



VIDA CONTEMPORÂNEA

REVISTA MENSAL DE ESTUDOS
ECONÓMICOS, FINANCEIROS,
SOCIAIS E LITERÁRIOS

DIRECTOR
CUNHA LEAL

1934

OS ARMAZENS

— GRANDELA —

OS MAIS ANTIGOS — OS MAIS VASTOS
— OS MAIS IMPORTANTES —
OS MAIS LUXUOSOS DE TODO O PAIS

Apresentam sempre

DISTRIBUIDOS **72** SECÇÕES
PELAS SUAS

Todos os artigos necessários à vida
desde o mais modesto e mais barato
até ao mais rico e mais dispendioso

BARROS & SANTOS

RUA DO CARMO, 70

Gabardines e impermeáveis para homens, senhoras e crianças
Vendidos agora por preços d'ocasião

Gabardines para homem, nas côres beje e cinza	130\$00
Gabardines para homem, com fôrro desmontável	150\$00
Gabardines para homem, com gola fechada, modelo da moda	150\$00
Gabardines para homem, com forros de sêda, desmontável	175\$00
Gabardines inglesas com gola fechada, modelo moderno	240\$00
Gabardines inglesas, de lã, com fôrro de lã	250\$00
Gabardines para menina, com fôrro desmontável	105\$00
Gabardines para rapaz, com fôrro desmontável	90\$00
Impermeáveis para menina, qualquer idade	45\$00

VIDA CONTEMPORÂNEA

Revista mensal de estudos económicos, financeiros, sociais e literários

DIRECTOR E PROPRIETÁRIO: CUNHA LEAL

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PROVISÓRIAS :	REDACTOR PRINCIPAL <i>Vasco da Gama Fernandes</i>	COMPOSTO E IMPRESSO NA
R. Cidade da Horta, 49, 1.º LISBOA — PORTUGAL	EDITOR E SECRETÁRIO DE REDACÇÃO <i>Victor Júdice da Costa</i>	Imprensa LUCAS & C.ª R. DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 61
— PREÇO 5\$00 —	ADMINISTRADOR <i>António Casanovas Augustine</i>	— LISBOA —

SUMÁRIO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL
MUSEU NACIONAL DA CIÊNCIA
E DA TÉCNICA

1 de Dezembro de 1640.

VIDA ECONÓMICA E FINANCEIRA :

Aspectos objectivos da crise económica, I, por Cunha Leal.

VIDA CULTURAL :

Duas gerações ? por Vasco da Gama Fernandes.
Aspecto filosófico da teosofia, por Jorge Ramos.

Est. 6 Tab. 6 N.º 17

VIDA COLONIAL :

Impressões sobre o Bié, por Albano Moncada.

VIDA INTERNACIONAL :

A Alemanha hitleriana e a paz da Europa, por Francisco Moreno.
Noticiário internacional.

VIDA LITERÁRIA E ARTÍSTICA :

Paris em 1934 — Daumier, por Abel Salazar.
Crítica de livros, por Quidam.

VIDA SOCIAL :

A crise do liberalismo-político e do liberalismo-económico, por Campos Lima.

VIDA DESPORTIVA :

A educação cívica e desportiva. Sua função social, por Plácido de Sousa.



1 de Dezembro de 1640

A história da Península Ibérica não evoluciona por forma a determinar uma distribuição não muito irregular da sua população pela sua superfície e a relativa homogeneização das raças que se instalaram nela com carácter de permanência.

Analisando o primeiro aspecto dêste problema, verifica-se que os habitantes da Península se afastaram sensivelmente do centro, refugiando-se de preferência na periferia, como se os empurrasse para ali uma força misteriosa, que não deve ser procurada exclusivamente nos domínios materialistas do Económico. Observe-se, por outro lado, que, unindo por meio de rectas a povoação hispânica de Irun, na fronteira francesa, com a nossa cidadezinha trasmontana de Vila Real e esta, por sua vez, com Lisboa, a parte do território peninsular compreendida entre estas duas linhas e o oceano é, em todo o contôrno da Ibéria, aquela em que as densidades populacionais atingem valores mais elevados. Êstes chegam a ser, em alguns pontos, superiores a 200 habitantes por quilómetro quadrado e oscilam normalmente à volta de 100. Assim como, nos condutores carregados de electricidade, esta tende a escoar-se para a atmosfera, se a densidade eléctrica excede certos limites, o que explica o chamado «poder das pontas», assim também aquela zona ibérica, não podendo suportar, ou seja alimentar, tão avultada carga humana, deu em expeli-la de si, o que justifica a emigração para a América latina — indo os portugueses para o Brasil e os espanhóis

para as restantes repúblicas sul-americanas, bem como para o México e Cuba.

Pelo que toca à não formação de um híbrido peninsular com características raciais mais ou menos definidas, hemos de notar que, na realidade, o facto é assaz estranho. Não nos abalancaremos a tentar torná-lo compreensível, já porque isso nos desviaria muito do objectivo dêste estudo, já porque temos fundadas dúvidas sôbre o valor de grande número das conjecturas e explicações históricas — romances fabricados por homens sisudos para entretenimento de crianças grandes. Contentar-nos-emos, pois, com constatá-lo. Com effeito, além da diferenciação, hoje acentuada, do tipo português a respeito do resto da população peninsular, existem ainda notáveis dissemelhanças entre os diversos grupos humanos que convivem, um pouco forçadamente, no corpo político espanhol. Castela-a-Velha teve sorte, potência ou geito — chame-lhe cada um como entender — em quantidade bastante para absorver os Estados que, na época da Reconquista, se haviam formado um pouco ao sabor do acaso, mas careceu em absoluto de capacidade política quer para provocar mútuas penetrações entre êstes agregados regionais até os fundir por completo, quer para criar em todos êles hábitos e sentimentos afins e obter dêles o assentimento tácito a uma finalidade colectiva, a um programa de vida comum, variável com os tempos. Assim, pois, quando a acção centralizadora e disciplinadora de Castela afrouxou com a proclamação tanto da primeira, como da segunda república, logo se manifestaram automáticamente as tendências separatistas que existem no seio de Espanha em estado latente.

A história ibérica é assim um desmentido à universalidade da «teoria do cadinho» acêrca da qual se fizeram outrora tantas ilusões os homens públicos norte-americanos. Partiam êles da hipótese de que a cohabitação de raças dispaes no mesmo país operaria a sua fusão num tipo populacional único, em prazo não excessivamente dilatado, como se o Estado fôsse um gigantesco cadinho. A simples observação dos factos demonstra-nos, porém, que, se em certos casos a fusão se verifica ao fim de alguns séculos — vidé a França —, noutros um milénio não basta para se atingir êsse resultado. Nem sempre, portanto, os Estados conseguem provocar a elevação da temperatura social até ao ponto necessário para se operar esta fusão de povos constrangidos ao convívio político pela coacção do Poder Central.

O período decorrente entre o reconhecimento da independência de Portugal e o reinado de D. Duarte fornece-nos exemplos de tentativas, por banda de Espanha, para a extirpação do quisto político que se formara no ocidente do corpo peninsular e que tão rico em aderências se mostrava. O processo histórico usado para tal foi-se depurando até cristalizar na fórmula seguinte: — a realização de alianças dinásticas que, eventualmente, viessem a justificar um pretenso direito dos monarcas espanhois à sucessão da corôa portuguesa, direito que seria apoiado pela fôrça das armas. Durante a segunda dinastia da nossa história, a nossa expansão ultramarina, corolário do fenómeno das descobertas, deu-nos a sensação de que éramos suficientemente fortes para invertermos os têrmos da desigualdade política peninsular, e, por isso, os reis portugueses também, a seu turno, recorreram ao expediente dos casamentos com o objectivo da instituição duma monarquia dual, encabeçada por êles ou pelos seus descendentes. Esta ambição, que era desmesurada em relação à potencialidade portuguesa, redundou em solene fracasso. O feitiço voltou-se contra o feiticeiro. E assim é que, após o desastre de Alcácer-Quibir e o episódico reinado do caduco cardeal D. Henrique, que não conseguiu rejuvenescer com o leite mamado nos peitos fecundos duma mulher do povo, Filipe II de Espanha enviou contra Portugal uma expedição sob o comando do Duque de Alba, a garantir o seu direito à sucessão henriquina, originado nestas trocas e baldrocas matrimoniais.

O passeio do duque de Alba não teve até Lisboa outro percalço que não fôsse a resistência oferecida nas portas de Alcântara por uns tantos populares mal armados e sem preparação militar, em cujas almas se havia refugiado, como num sacrário, a quintessência do sentimento nacional. Comandava-os um pobre rei de opereta cheio de vícios no meio dos quais rutilavam algumas poucas virtudes: o prior do Crato D. António, bastardo realengo. A partir de 1580, ano fatídico para os portugueses, mais uma vez ia pôr-se à prova, no decurso da história, a aptidão de Castela-a-Velha para a assimilação dos povos peninsulares. A experiência teve o seu epílogo em 1 de Dezembro de 1640 com a restauração da independência portuguesa, demonstrando-se assim que não são fáceis as fusões raciais no cadinho hispânico. O fogo, afinal de contas, só conseguiu separar a prata portuguesa dos outros metais peninsulares: o cadinho transformou-se, por conseguinte, em copela.

Não serão, porventura, descabidas nesta altura algumas reflexões sobre este problema. Dada a dificuldade de homogeneizar o complexo das raças peninsulares, tudo indica que Castela seguiu, desde o início da sua vida histórica, orientação errada sob o ponto de vista político. Em vez de procurar criar à viva força um Estado unitário e centralista, deveria ter dado existência jurídica aos particularismos regionalistas, instituindo uma monarquia plural que os respeitasse até que eles, ao fim de longa caminhada em comum, houvessem desaparecido espontaneamente. A obsessão do federalismo só toma, porém, certa consistência muito mais tarde em pleno século XIX, e não só entre espanhóis, porquanto alguns democratas portugueses, por ocasião do advento da primeira república espanhola, revelaram tendências dessa natureza no célebre baquete de Badajoz. E' verdade que a então recente instituição do Império Germânico nas salas do Palácio de Versailles, depois do triunfo alemão de 1870, conseguira enraizar no cérebro de alguns visionários portugueses a idea ambiciosa duma federação ibérica em que o seu pobre país representasse o papel hegemónico da Prússia. Esta fumarada de orgulho esvaíu-se, porém, rapidamente, sem deixar vestígios. Só mais de quarenta anos depois, mas agora em campo ideológico diametralmente oposto, se torna a encontrar a defesa da concepção duma união política peninsular, sob a forma de uma monarquia dual. A tese foi defendida pelo espírito mais brilhante e sugestivo da falange tradicionalista durante o século XX.

Ora, precisamente em 1580, Filipe II de Espanha tivera o condão de dar realidade àquilo que, na própria época e mais tarde, alguns portugueses acharam defensável, ou por deshonesto cupidez ou por desinteressados motivos de ordem política. Em todo o caso, como atrás se expos e todos sabem, a experiência não foi favorável à frutificação da fórmula. ¿Porquê? Em primeiro lugar, poremos em relêvo que Filipe II não adoptou essa fórmula com sinceridade. Nele e nos seus dois immediatos sucessores, o respeito aparente pelas leis e autonomia da nação portuguesa encobria o propósito de tornar efectiva, real e inteira a subordinação desta a Castela — objectivo que se pretendia atingir em breve espaço de tempo. O processo adoptado para determinarem a passagem da primeira para a segunda destas fases consistia na gradual supressão das regalias e foros portugueses, na opressão progressiva das massas populacionais, tanto no aspecto fiscal, como no aspecto político. A in-

dependência ir-se-ia perdendo quasi insensivelmente, e, no fim de poucas gerações, bastaria consagrar de direito uma situação adquirida de facto. Em segundo logar, importa observar que a monarquia dual implica, para as duas partes, a existência duma finalidade idêntica, ou seja de um plano de vida comum. Haveria, porém, possibilidade de adopção por elas do mesmo ponto de vista? É o que vamos ver seguidamente.

As duas nações, embora tivessem sido concorrentes no magno empreendimento das descobertas, tinham da sua acção universalista concepções inteiramente diversas. Portugal herdou, de certa forma, a tradição cartaginesa, a Espanha a tradição romana. O primeiro curou de adquirir o monopólio do comércio asiático e de organizar a sucção económica de África, estabelecendo para isso pontos de apoio ao longo das costas sucessivamente descobertas, talqualmente, em tempos recuados, primeiro os fenícios, depois os cartagineses haviam feito no território dêle. A segunda aspirou ao domínio temporal e espiritual de parte da Europa, segundo a noção romana do império, e concebeu a colonização sob a forma de ocupação efectiva não só da zona costeira, mas ainda do «hinterland», não respeitando os usos, os costumes e as tradições dos indígenas e exterminando-os em lutas incruentas, sob a direcção de homens que foram os autênticos precursores dos «gangsters» da época contemporânea. Dada a divergência destas duas orientações e dos objectivos implícitos nelas, os Filipinos foram levados a pôr de banda as finalidades de Portugal em proveito das de Espanha, utilizando, sistematicamente, ao serviço desta os recursos daquele. Em obediência a êste critério, a frota de guerra portuguesa foi, sem detença, incorporada na «Invencível Armada» para uma expedição contra a Inglaterra que não tinha nenhuma espécie de interesse para a fracção ocidental da Península. Resultados práticos: a «Invencível Armada», desmentindo rotundamente o seu pomposo título, foi destruída pela fúria dos elementos naturais desencadeados; o domínio dos mares passou para os ingleses, que, aferrando-se a êle, nunca mais o largaram, e os portugueses ficaram sem uma Armada para apoio e protecção do seu comércio externo, que era nessa época, em última análise, a sua finalidade nacional.

A Espanha abandonou o domínio colonial português às investidas insistentes da cobiça alheia, já porque — repetimos — não era possível

a coexistência de duas finalidades diversas dentro do mesmo corpo político, fôsse êste embora um «cartel» de nações, já porque o conjunto dos dois povos ibéricos entrara em fase de decadência que não permitia a manutenção de tôda a arquitectura histórica erguida anteriormente, já porque os Filipes supuseram que o seu propósito de provocar a digestão de Portugal por uma Espanha centralista não era realizável enquanto o primeiro tivesse os seus olhos volvidos para o Atlântico. Assim, pois, os reis católicos esperavam que, restringido Portugal à insignificância da sua superfície continental, os seus desconsolados habitantes se resignassem por fim a considerar, como razão da sua existência, o acréscimo da potência colectiva da Península, adoptando assim, como seus, os objectivos nacionais de Castela.

E' possível que, se a integração política de Portugal no conjunto ibérico, em vez de ter sido levada a efeito no final da dinastia encabeçada pelo Mestre de Aviz, tivesse sido realizada no seu comêço, ainda hoje fôsse um facto a unidade peninsular. Embora, em nosso entender, estas pretensões a sentenciar o que teria sido a evolução histórica, se tivesse seguido outras directrizes, não passem de jogos de espírito mais ou menos subteis, não deixa, às vezes, de haver poesia e mesmo utilidade nestas construções da imaginação e do raciocínio, até porque constituem uma forma de pôr em destaque e tornar mais compreensíveis certos aspectos da história autêntica dos povos. Tentemos, pois, a justificação daquela nossa afirmativa.

Após a morte do rei D. Fernando, Portugal ainda não tinha propriamente um objectivo nacional. A sua razão de ser residira inicialmente nas ambições dos chefes propulsores da sua independência — chefes que tinham obedecido ao estilo da época da Reconquista. Posteriormente, nenhuma vantagem a grei portuguesa poderia reconhecer em fusionar-se com um corpo político mais ou menos instável, por se encontrar ainda em fase de sujeição a todos os azares que caracterizam estas tentativas de estabilização dos povos. Se, porém, por fôrça ou por geito, a incorporação tivesse sido levada a cabo naquela ocasião, nenhum interêsse imediato, nenhuma finalidade longínqua impeliria fortemente os portugueses à realização de um grande esforço separatista. E, se o foco da vida política do mundo hispânico acabasse por se transferir para Lisboa, que ainda não teria a concorrência de Madrid, — o que não constituiria um absurdo por nos encontrarmos então no limiar

do sentido atlântico da civilização europeia —, não sabemos, ninguém pode saber se a construção política feita em tais condições não seria viável ou se até mesmo os portugueses não viriam a ser os mais interessados na sua conservação.

Felizmente nada disto sucedeu, e as ilusões que poderiam fazer-se os portugueses em certas horas graves da vida nacional quanto às vantagens duma Ibéria unificada curaram-se radicalmente durante o período compreendido entre 1580 e 1640 — o que afirmamos de modo tão absoluto por nos não parecer digna de consideração a ligeira brotoeja de federalismo e dualismo surgida em Portugal nos séculos XIX e XX. A desilusão de que fomos vítimas há três séculos e tal mais nos fez ainda ensimesmar, mais nos confinou ainda na certeza indestrutível de que a actividade nacional encontra as suas únicas possibilidades de pleno desenvolvimento, através do Oceano, nos continentes ainda por explorar. O ressaibo amaríssimo da experiência filipina reflecte-o nitidamente um prolóquio tornado vulgar em bôcas portuguesas: «de Espanha nem bom vento nem bom casamento». E' o cisma racial consagrado com ar de sentença definitiva pela sabedoria popular que até procura motivos justificativos na pretensa antinomia dos fenómenos atmosféricos de dois territórios não divididos por altas barreiras naturais.

Esta vontade de viverem livres e independentes dentro dos limites assinalados ao seu país pela capacidade realizadora da sua «élite» medieval é a maior razão da resistência dos portugueses à fôrça atractiva exercida por uma vizinha de superfície e massa populacional incomparavelmente maiores. Ajudaram-nos nisso as conveniências da política europeia, tais como as entendia a Inglaterra, à qual a amplificação da potência espanhola se afigurava menos consentânea com o seu conceito interessado do equilíbrio europeu. O facto de atribuímos a esta segunda causa importância relativamente secundária não deve ser levado à conta de basófia patrioteira: é o resultado das nossas reflexões sôbre o caso, serenas e isentas de qualquer deformação sectária.

Mas, assim como fazemos esta afirmação, não podemos também deixar de exprimir a opinião de que a circunstância de possuir ainda um extensíssimo domínio colonial, abundante nas riquezas peculiares das regiões tropicais e dispondo, ao mesmo tempo, de zonas próprias para a instalação e proliferação da raça branca, é para Portugal, de

facto, o fundamento superior da vontade de autonomia de que os seus filhos têm dado sobejas provas, com dispêndio de sensibilidade patriótica que chega mesmo a raiar pelos limites da susceptibilidade melindrosa. Cada nação tem de ter uma finalidade em perspectiva, a orientar do alto a sua actividade gregária. Para nós, portugueses, êsse alvo dos esforços nacionais é a criação de novos agregados políticos independentes nos territórios que o destino houve por mercê confiar às iniciativas do nosso gênio colonizador. Já entregámos à civilização um Brasil. Pretendemos agora legar-lhe na África outras criações do mesmo tipo histórico, pelo menos uma — Angola. Eis, pois, a direcção de convergência dos olhares e das vontades dos portugueses do século XX. Chegámos mesmo a um instante da vida nacional em que se torna indispensável e urgente passar das intenções e dos planos, que são muito, aos actos e às realizações, que são tudo.

E, contudo, há entre os portugueses quem repute uma causa permanente de esgotamento e de debilidade para a metrópole esta propensão ingênita da raça que a habita para a expansão ultramarina, para as grandes emprêsas de fora de portas, muitas vezes desproporcionadas em relação à sua capacidade intrínseca. Êsses tais quereriam que voltássemos as espaldas ao Atlântico, que despendêssemos as nossas energias não só num esforço de auto-colonização, fertilizando e povoando a planura alentejana, mas ainda na execução dum largo programa industrial. Para êles, as nossas possessões de além-mar não deveriam ultrapassar na sua evolução o estádio de colónias-fazendas, fornecedoras de matérias primas à metrópole e aos países carecidos delas, e representando, portanto, para a mãe-pátria uma fonte de enriquecimento e não uma origem de gastos, embora reprodutivos a longo prazo. Para êles, a própria perda das colónias não representaria um dano nacional irreparável.

Opiniões — dirão os indiferentes, encarando o problema com ar de elegante cepticismo. Opiniões, sim, — diremos nós —, mas opiniões contrárias aos interesses essenciais da pátria. No dia em que nós, os portugueses, nos encontrássemos comprimidos dentro do contôrno metropolitano sem a posse duma nesga de terra nas zonas africanas onde pudéssemos expandir-nos, nesse dia, desconsoladamente, volveríamos os nossos olhos para a fronteira espanhola e o problema da nossa independência poderia surgir-nos com aspecto fundamentalmente diverso.

Então pôr-nos-íamos quiçá a considerar que, durante um milénio, os povos peninsulares, num soberbo desbordamento de apetências vitais, tinham descoberto novas terras e novos mares, revelando, na frase consagrada, novos mundos ao mundo, cometendo façanhas gloriosas e depredações arripantes, até que, compelidos pela concorrência de outros povos, tinham refluído para dentro do ninho de águias donde haviam partido, afim de encetarem nova fase de vida interior, afim de se descobrirem a si próprios, afim de melhor se compreenderem mutuamente.

É possível que vejamos mal as coisas, mas para nós o problema da manutenção duradoira da independência portuguesa está ligado ao da conservação do nosso domínio ultramarino.

*

Data sugestiva esta de 1 de Dezembro de 1640, pelas possibilidades que ainda hoje evoca, mas também pelas responsabilidades que ainda hoje impõe.



Aspectos objectivos da crise económica

I

CONSIDERAÇÕES GERAIS

A crise que vem flagelando a economia dos povos e perturbando a sua organização política e social reveste-se de múltiplos aspectos entre os quais importa citar como mais importantes os seguintes :

1) A produção vem sendo, em regra, restringida, mantendo-se em quantitativos aproximados dos atingidos nos anos anteriores a 1930 para os géneros alimentícios, decrescendo ligeiramente para as matérias primas de origem vegetal e acentuando-se progressivamente êsse decrescimento, por sua ordem, para os combustíveis, matérias primas de origem mineral e produtos acabados.

2) O equilíbrio instável das trocas internacionais, para o qual concorriam numerosos tratados tendentes a estabelecer entre os direitos aduaneiros mundiais certa relação de proporcionalidade, foi prejudicado pelo desigual aperfeiçoamento dos organismos produtores dos diversos países, motivo por que se verificou a intensificação do proteccionismo pautal e a consequente redução tanto das transacções do comércio externo como do movimento da navegação marítima.

3) Por sua vez, o volume do comércio interno vem sofrendo uma contracção sensível, facto que se reflecte na depressão da actividade dos transportes terrestres.

4) A combinação das circunstâncias anteriores com os progressos da técnica da produção e do comércio e ainda com a crescente utilização da mão de obra feminina vem originando o desemprego de algumas dezenas de milhões de trabalhadores manuais e intelectuais, o que, por um lado, constitui prova cabal da insuficiência dos dirigentes do capitalismo e, por outro lado, representa o mais grave dos perigos para a ordem social.

5) O consumo foi-se reduzindo progressivamente.

6) Os preços foram afectados por uma baixa considerável, mais acentuada, em todo o caso, nas vendas por grosso do que nas vendas a retalho.

7) O desequilíbrio das balanças económicas de alguns países vem determinando grandes deslocamentos do ouro monetário, alterando-se por tal motivo a distribuição dos *stocks* mundiais d'este metal, o que forçou determinados Estados ao abandono do padrão-ouro e perturbou o equilíbrio cambial penosamente adquirido em anos anteriores.

8) As falências repetidas de organismos bancários e de empresas industriais e comerciais bem como as dificuldades crescentes da agricultura e a queda geral das cotações dos valores móveis tiveram o condão de provocar a ruína de grande parte da classe média e de aumentar, correlativamente, o volume das classes proletárias.

9) A massa dos depósitos em bancos comerciais vem diminuindo em proveito dos depósitos nas Caixas Económicas e outros organismos dos Estados.

10) A matéria tributável foi-se contraindo por toda a parte de modo tal que, apesar da elevação das taxas dos impostos a limites inoportunos, o «deficit» orçamental assumiu carácter endémico.

11) Os Estados viram-se absolutamente forçados pelas circunstâncias a assumir o papel já não só de orientadores mas ainda de dirigentes efectivos das economias nacionais; e a mentalidade dos povos foi-se afastando das concepções do liberalismo económico novecentista, com consequências políticas e sociais de toda a ordem.

Estes diversos fenómenos mantêm entre si certas relações de dependência, de modo que, estudando as variações simultâneas de dois d'elles, há tendência para se atribuir a um o carácter de causa e ao outro o de efeito, o que mais uma vez prova a subordinação espiritual do homem ao princípio, aliás tão discutível, da causalidade. Nota-se, porém, que as posições respectivas dos dois fenómenos interdependentes nos parecem periodicamente invertidas. E' o que succede, por exemplo, com os quantitativos da produção e com os preços das coisas produzidas. Na publicação da Sociedade das Nações, subordinada ao título de — *Situation Économique Mondiale*, 1932-33 — lê-se a este respeito o seguinte :

«Ora, como a organização da produção é, de facto, grandemente influenciada pelos preços relativos dos diversos produtos e serviços, é preciso tomar igualmente em linha de conta a acção perturbadora que as violentas fluctuações dos preços exercem sobre a produção. Existe manifesta correlação entre estes fenómenos, influenciando-se reciprocamente as mudanças de preço e a organização da produção. Na edição anterior d'este estudo, que incidia principalmente sobre a origem e início da crise, as mudanças de estrutura sobrevindas na organização da produção eram consideradas como causa importante da baixa de preços . . .

«O presente estudo segue ordem inversa, examinando-se os preços antes da produção afim de indicarmos a importância diferente que se lhes liga em outro estágio do ciclo. Insiste-se agora preferencialmente sobre a influência perturbadora do desequilíbrio dos preços, provocado pela baixa geral destes. Já se mostrou que esse desequilíbrio havia causado diminuição considerável da produção e havia feito sossobrar todas as tentativas de séria intensificação da actividade industrial.»

Tendo em atenção, por um lado, o que vimos de expor, de proveniência própria e alheia, e, por outro lado, o carácter objectivo dêste estudo, poremos, consequentemente, de banda excessivas preocupações ou veleidades de relação dos elementos fundamentais da crise e faremos, destacadamente, o estudo de cada um dêles.

1 — Efeitos da crise na produção

Desde meados do século transacto que a curva evolutiva da produção vem sendo francamente ascensional. De 1860 a 1930, o índice da produção mundial das indústrias deve ter sido multiplicado aproximadamente por 10 e o da produção agrícola por 6. E' bem de ver que não há comparação possível entre êstes acréscimos e o da população, o que, desmentindo as teorias pessimistas de Malthus, é próprio para fazer nascer em cada um de nós opinião lisonjeira sôbre a capacidade criadora da espécie humana. Observaremos ainda que aquela curva apresenta as oscilações em tórno da linha média características de tôdas as traduções gráficas de factos naturais.

A partir de 1930 inverteu-se, porém, o sentido do fenómeno económico, o que faz aparecer na sua curva um ponto de reversão e no nosso espírito uma dupla interrogação. Estaremos, porventura, em face duma baixamar mais acentuada numa espécie de maré económica de águas vivas — caso em que não tardaria em sobrevir um preiamar de nível igualmente anormal? Ou estaremos apenas no início de franco e duradouro retrocesso económico? Em suma, não é só no campo espiritual, mas é também no campo económico que se põe à humanidade o dilema angustiante: — nova Renascença ou nova Idade Média?

Esta última hipótese parece-nos difícil de admitir, por isso que os povos dispõem hoje de condições de progresso, como nunca tiveram nem, há trinta anos, imaginavam que pudessem vir a ter. Não têm, porém, sabido adaptar a sua estrutura política e social a êsse condicionalismo. E', pois, lógico supor que não esteja ainda estancada a capacidade organizadora dos homens e que essa acomodação se não faça esperar por tempo indefinido.

Pondo de parte bandarrismos de problemático valor, vamos, porém, à tradução numérica do fenómeno de regressão atrás citado. Antecipando algumas conclusões que os algarismos comportam em si, já atrás tivemos ensejo de esboçar, a traços largos, as características da economia produtora a partir de 1930. O ano de 1929 marca o apogeu da actividade material dos povos. Segue-se-lhe, quasi bruscamente, uma depressão acentuada, como se as sociedades houvessem sido fulminadas pelos raios despedidos, lá do alto do Olimpo, por qualquer Júpiter tonitruante.

No quadro seguinte encontrarão os nossos leitores os *números-índices* da produção mundial. Em cada ramo desta toma-se para índice 100 a média dos volumes da produção no período que abrange os anos de 1925 a 1929, inclusivé. Êste quadro foi publicado com o número 91 no — *Annuaire Statistique de la Société des Nations, 1933-34* —, sendo completado por nós com dados extraídos não só dos quadros 51 e 93 do mesmo anuário, mas ainda do quadro inserido a páginas 87 de outro trabalho do organismo genebrino — *Situation Économique Mondiale, 1932-33.*

NÚMEROS-ÍNDICES DA PRODUÇÃO MUNDIAL

Média de 1925-1929 = 100

GRUPOS DE PRODUTOS	1925	1926	1927	1928	1929	1930	1931	1932	1933
<i>Índice geral</i>	96	96	99	103	106	103	98	95	97
<i>Gêneros alimentares brutos</i>	98	97	99	103	103	104	102	104	103
Produtos de origem vegetal	99	98	99	103	101	104	100	104	101
em especial Cereais	100	99	99	103	100	102	98	104	100
Carne	94	96	100	104	105	106	105	104
Vinho	109	79	96	109	107	92	101	104	96
Café, chá, cacau	89	89	111	90	120	95	110	102	116
<i>Matérias primas</i>	92	94	99	104	111	102	91	81	88
Tabaco	99	97	96	100	107	111	111	101
Matérias oleaginosas vegetais	95	94	104	101	106	102	103	98	100
Têxteis	97	101	94	103	105	103	105	98	104
Borracha	79	95	93	100	132	125	122	108	130
Pasta de madeira	85	94	99	104	117	114	104	98
Combustíveis	93	93	102	102	110	102	92	84	89
Metais (produção da fundição)	88	91	99	106	116	95	71	52	64
Minerais não metálicos	87	93	101	107	112	107	93	77	76
Produtos químicos (adubos)	87	87	95	111	119	114	84	75
<i>Produção industrial</i>	92	94	100	104	104	111	90	77
Seda vegetal	63	72	100	124	141	143	167	178	224
Automóveis	95	98	82	102	123	81	59	39	53

Êstes números carecem de observações complementares para que redobre de nitidez a nossa visão do panorama económico da actualidade.

Antes de mais nada, frisaremos, pois, que na agricultura se tornou possível conservar a produção dos gêneros alimentícios em nível sensivelmente idêntico ao de 1929 graças à protecção aduaneira que lhes foi concedida pelos diferentes Estados em que a sua cultura não seria normalmente remuneradora. Foi por virtude dessa defesa à viva fôrça que no espaço restrito de 3 anos a produção do trigo cresceu de 30 por cento nos países importadores da Europa e, em contraposição, diminuiu precisamente dos mesmos 30 por cento nos países europeus exportadores dêste cereal. Esta protecção revela-se ainda na circunstância de os preços do trigo no mercado interior dos primeiros daqueles países oscilarem entre 3 a 4 vezes o preço dêsse gênero no Canadá. São fáceis de calcular as repercussões que a super-valorização do produto basilar da alimentação humana possa ter em tôda a economia. Êste facto arrasta consigo a subida do custo da vida e reduz notavelmente a capacidade de consumo das grandes massas populacionais em regiões já fustigadas pelo flagelo dos salários baixos. É impossível a manutenção indefinida dêste artifício por meio de diques e eclusas, porquanto a violência das fôrças naturais se encarregará, um dia, de derruí-los.

Em nenhuma das crises económicas dos séculos XIX e XX se encontra baixa semelhante à que, actualmente, se verifica na produção das matérias primas e da in-

dústria em geral. É necessário acrescentar ainda que os números posteriores ao ano de 1929 não traduzem tôda a gravidade da situação mundial por isso que na Rússia, por motivo da entrada em vigor do plano quinquenal, a actividade das indústrias foi excitada a partir daquela data, elevando-se de 65 por cento, o que, na totalização dos resultados parcelares, vem contrabalançar a influência depressiva da crise dos Estados capitalistas. Na maioria dêstes o volume da produção industrial diminuiu, na realidade, entre 30 a 45 por cento.

Dentre as indústrias de aplicação destacámos no quadro anterior duas — a da sêda artificial e a do automóvel. Não obstante a crise, a primeira desenvolveu-se enormemente, registando-se, de ano para ano, aumentos sensíveis na sua laboração efectiva. Em toneladas métricas, esta passou de 66.220 em 1924 para 302.500 em 1933 ! Só de 1932 para 1933 o acréscimo foi de 62.300 toneladas. Ao contrário, a fabricação de automóveis desceu de 4.886.000 em 1925 para 1.977.000 em 1932, depois de ter atingido em 1929 o seu máximo rendimento — 6.313.000. De 1932 para 1933 regista-se, contudo, sensível melhoria neste ramo industrial, crescendo de 735.000 o número de unidades produzidas.

Êstes algarismos traduzem dois fenómenos cuja importância não é demais encarecer. Por um lado, verifica-se que o consumo da sêda vegetal foi grandemente excitado pela descida dos preços que a pôs ao alcance do bôlso de grandes camadas populacionais : isto aproximou na sua aparência externa as mulheres de tôdas as classes, com conseqüências de ordem psicológica e social mais transcendentas do que à primeira vista se poderia calcular. Por outro lado, a queda da produção mundial automobilística prova que a intensificação da actividade das indústrias tem de ter, como base, o bem estar geral das populações, o acréscimo da sua capacidade de compra pelo aumento dos salários, a par da redução dos preços de fabrico, e que a restrita clientela dos ricos não assegura à economia produtora vida normal e regular : logo que o operariado norte-americano e a média burguesia europeia deixaram de ter capacidade monetária para a aquisição de veículos desta natureza, a indústria respectiva afundou-se lamentavelmente.

Note-se, por último, que a situação da agricultura e da indústria ainda não corresponde exactamente aos números por nós citados, com tôdas as correcções implícitas nas observações anteriores. E' que, a-pesar-de restringida por tal forma a actividade produtora, o consumo não basta para lhe dar vasão. Desta maneira, os *stocks* vão aumentando cada vez mais, com inconvenientes de natureza económica e financeira ao alcance de tôdas as inteligências. Os índices dos *stocks* mundiais de produtos fundamentais, nos anos decorrentes entre 1925 e 1932, são os seguintes, segundo a já referida *Situation Économique Mondiale*, 1932-33 :

Anos.....	1925	1926	1927	1928	1929	1930	1931	1932
Índices.....	76	89	104	108	124	158	183	194

Tomou-se, como índice 100, a média dos *stocks* nos anos que vão de 1925 a 1929, inclusivé.

O exame dêstes números é tão sugestivo que dispensa comentários.

2. O desequilíbrio económico internacional e a redução do comércio externo

O equilíbrio económico internacional foi sempre instável, resultando do ajustamento diário e constante dos deslocamentos de mercadorias, de capitais e de serviços entre as várias regiões do globo. Quando a balança dos pagamentos internacionais de determinado país tendia a tornar-se deficitária, verificava-se o accionamento imediato de um complexo conjunto de forças económicas e financeiras no sentido de pôr termo a tal situação. Se o simples jôgo das acções e reacções desta natureza não bastava para a consecução dêste objectivo, então os governos intervinham com o fim de amplificar ou de restringir artificialmente os seus efeitos.

Enquanto o regímen monetário em vigor na grande maioria dos países se fundamentava no padrão-ouro, êste ajustamento era infinitamente mais fácil do que passou a ser após a instauração de um regímen quasi geral de circulação fiduciária sem a garantia de reservas metálicas em proporção com ela. De facto, a influência de todos os factores económicos vem a traduzir-se na fixação dos preços. Se o nível dêstes se elevasse num povo em relação ao nível dos outros povos, as mercadorias acorreriam ali de tôdas as partes do globo, provocando êxodo de ouro e correlativo abaixamento dos preços. Se, pelo contrário, o nível baixasse, as mercadorias tenderiam a escoar-se para os mercados externos e a rarefazer-se no mercado interno, originando-se por esta forma afluxo de ouro e alta de preços.

A intervenção governativa tornava-se essencial para a fixação dêstes níveis de preços. Com efeito, os organismos produtores dos vários países não se haviam alçado ao mesmo grau de aperfeiçoamento técnico, e, quando mesmo esta diferença de fase, esta falta de sincronismo viesse a desaparecer, ainda assim a maior ou menor amplitude dos mercados internos e dos mercados coloniais dêles dependentes era quanto bastava para tornar menores ou maiores, na relatividade, os *prix de revient* da produção. Nestas condições, se o livre-cambismo tivesse sido adoptado em todo o mundo, os deslocamentos internacionais de mercadorias acabariam por estrangular a agricultura e a indústria dos países mais atrasados e de menor volume populacional. Eis porque o livre-cambismo teve os seus mais ferrenhos adeptos na Inglaterra — país, que, durante o século XIX, marchou na vanguarda do progresso industrial e a êle sacrificou completamente a agricultura nacional.

Para a quasi totalidade dos países, o proteccionismo pautal era o providencial artifício à custa do qual os governos conseguiram atingir o objectivo de manter, sem perigo, os preços em nível que permitisse às entidades produtoras vida desafogada e desenvolvimento normal. Para que não fossem cometidos exageros na aplicação do método, o que acarretaria a criação de indústrias verdadeiramente parasitárias, lá estavam as inevitáveis represálias dos povos affectados pelos excessos pautais de cada um dos membros da comunidade internacional. Suscitavam-se então negociações diplomáticas que, mais cedo ou mais tarde, acabavam por traduzir-se em tratados comerciais. A generalização do sistema da pauta dupla — máxima e mínima — e da «cláusula da nação mais favorecida» permitiu dar grande elasticidade e eficiência a

êstes acordos bi-laterais. E, assim, se possibilitou o estabelecimento, não de preços idênticos em todo o mundo, mas de um desnivelamento de preços que reflectia a diferença das condições e capacidades económicas dos diversos países.

A acção dos governos poderia ainda fazer-se sentir por outras formas. Citaremos entre elas — a realização de empréstimos internacionais, para o efeito de se provocar a melhoria dos câmbios e de se completar o apetrechamento económico dos povos, e a adopção de restrições em matéria de crédito, ainda para se atingir o primeiro dêstes dois objectivos. Por êstes e outros procedimentos se modificava o equilíbrio interno da produção, distribuição e consumo e se obrigavam as fôrças económicas e financeiras a procurar novo equilíbrio nos planos nacional e internacional.

A guerra perturbou fundamentalmente as relações económicas do mundo. Antes de se regressar a um regímen de pleno convívio internacional, era indispensável proceder-se à reorganização das máquinas económicas de cada país. Durante o cataclismo haviam pululado, um pouco por tôda a parte, indústrias que, em período normal, só poderiam ter viabilidade à custa de barreiras alfandegárias de descomunal altura. Por outro lado, os progressos técnicos realizados no post-guerra por certos povos agravaram de tal modo os distanciamentos entre as capacidades dos sistemas produtores das várias nações do orbe que as mais desfavorecidas só viram, como solução imediata para as suas dificuldades, o recurso aos desregramentos pautais. Originou-se assim uma corrida proteccionista em que a Grã-Bretanha, abandonando o seu orgulhoso livre-cambismo, se resignou, por fim, a comparticipar.

A certa altura, porém, já a subida dos direitos alfandegários se afigurava a alguns povos meio insuficiente para se atingir o objectivo da defesa das respectivas economias nacionais. Ei-los, pois, lançados na via das restrições ao comércio internacional, tomando, como pretexto, já não a baixa dos preços, mas sim a instabilidade monetária sobrevinda após o abandono pela Inglaterra do padrão-ouro — facto que originou na ordem comercial o chamado *dumping* do câmbio. O proibicionismo contemporâneo revestiu-se de várias modalidades, umas directas e claras, outras indirectas e disfarçadas. Enunciamo-las sumariamente :

a) a proibição pura e simples da importação de determinados artigos e géneros ;
b) o sistema de licenças a conceder pelas autoridades administrativas para o efeito da importação de certos produtos — sistema que comporta três variantes, a saber :

1) não há um limite estabelecido previamente para o montante dessas importações ;

2) há um limite para essas importações, marcado globalmente, isto é sem especificação da parte que cabe a cada país exportador ;

3) os máximos contingentes que é possível importar dos diversos países exportadores são marcados por determinado prazo e especificadamente para cada um dêles ;

c) a fiscalização e restrição das importações por intermédio dos bancos centrais, que, para o efeito, são investidos pela lei no monopólio da compra das divisas es-

trangeiras provenientes da exportação, não podendo vendê-las aos importadores se não de acôrdo com certas regras e nunca em quantitativo superior ao total das aquisições feitas por aquela forma.

Tudo isto concorreu para se agravar, mais e mais, o desequilíbrio económico internacional, e, quasi instinctivamente, começou a germinar na consciência dos diferentes agregados humanos a idea de que cada um dêles carecia de bastar-se a si próprio. Seria a realização do equilíbrio do todo pelo equilíbrio perfeito de cada uma das partes. Esta concepção absurda, monstruosamente anti-natural, determinou — na ordem política, um estado de hiper-sensibilidade nacionalista, que põe em grave risco a paz do mundo, na ordem económica, a restrição brusca das trocas internacionais que os números das estatísticas reflectem com impressionante e cruel exactidão.

Ei-los, tais como no-los apresenta o *Annuaire Statistique de la Société des Nations*, (1933-34) :

VALOR DO COMÉRCIO MUNDIAL

(em milhões de dólares-ouro)

ANOS	IMPORTAÇÕES	EXPORTAÇÕES	TOTAL
1928.....	34.742	32.839	67.581
1929.....	35.601	33.040	68.641
1930.....	29.087	26.495	55.582
1931.....	20.818	18.908	39.726
1932.....	13.996	12.926	26.922
1933.....	12.483	11.699	24.182

Assim, pois, entre 1929 e 1933, o valor do comércio internacional sofreu a redução de 64,8 por cento. E' de notar que esta quebra tão significativa resultou da concomitância de dois fenómenos: por um lado a deminuição das transacções em quantidade, por outro lado a queda dos preços. A primeira destas duas circunstâncias foi, a seu turno, afectar uma das mais importantes indústrias — a dos transportes marítimos. Desde que baixou o volume das transacções entre os povos, parte dos barcos das frotas comerciais teve que ficar sem emprêgo, ao mesmo tempo que a indústria das construções navais foi condenada a moderar a sua actividade. Os números seguintes, extraídos respectivamente dos quadros 97 e 94 do referido anuário da Sociedade das Nações elucidam amplamente as afirmações que vimos de fazer :

	1928	1929		1930		1931		1932		1933	
	30-VI	30-VI	31-XII								
Percentagens, em relação à tonela-gem total, dos navios mercantes sem emprêgo	7,6	5,5	5,2	8,6	13,6	16,3	18,4	20,9	19,2	18,3	13,9

	1928		1929		1930		1931		1932		1933	
	a va- por	com motor										
Navios mercantes em construção com mais de 100 toneladas (em milhares de toneladas).....	1.198	1.311	1.330	1.636	984	1.333	771	630	371	392	336	418

O estudo atento destes fenómenos põe em relêvo a extrema complexidade da engrenagem económica dos povos. O mais ligeiro desarranjo numa das suas partes provoca logo o mau funcionamento do todo.

3. Influência da crise sôbre o volume das transacções internas

Poder-se-ia, porventura, supor que a crise, afectando enèrgicamente as trocas internacionais, tivesse repercussões muito pouco acentuadas sôbre as transacções internas, fazendo vislumbrar a hipótese de, no futuro, vir a encontrar-se nestas acréscimos compensadores do depauperamento daquelas. A ser assim, a tese dos nacionalismos económicos e políticos seria defensável, o que nos forçaria a reformar ou até mesmo a pôr inteiramente de banda ideologias seculares. Verdade seja que a auto-suficiência de cada colectividade política independente tenderia a provocar a cristalização das deficiências técnicas dos respectivos sistemas económicos, com inevitáveis e dolorosas repercussões sôbre o custo da vida, por isso que desapareceria uma das causas de progresso — a competição para a conquista dos mercados internacionais. Mas, em contrapartida, a quási absoluta independência material dos povos furtá-los-ia ao contágio das crises, que tivessem como centro de vibração os outros povos.

A natureza é que não esteve pelos ajustes quando atribuiu aos diversos sectores da Terra especializações produtoras e capacidades intrínsecas diversas. A necessidade de se ir adquirir certas matérias primas, certos combustíveis e certos géneros alimentares em zonas estranhas — o que implica, forçosamente, o estabelecimento de trocas bi-laterais ou triangulares de mercadorias — só se não faz sentir nos Estados Unidos da América do Norte pela vastidão do seu território e pelas múltiplas aptidões dêste. E, contudo, tôdas as tentativas que nesse país têm sido feitas, de há tempos para cá, no sentido do ensimesmamento económico e político não conduziram na prática a outro resultado que não fôsse uma deminuição da actividade industrial girando à volta de 46 por cento em relação à do ano de 1929 e, a par dela, a criação de um verdadeiro exército de desempregados cujo efectivo chegou já a atingir a cifra astronómica de 13 milhões. ¡ Magro resultado! — devemos confessá-lo.

A interdependência dos povos subsiste sem que possam anulá-la histerismos mais ou menos nacionalistas. Por virtude dela, não só a contracção das importações provoca fatalmente a das exportações, mas, por outro lado, existe paralelismo entre

êste fenómeno e o da redução do movimento comercial interno. A crise actual é uma doença que está minando todo o organismo económico por forma impiedosa, sem que possamos localizá-la numa ou noutra das suas partes.

É impossível encontrar nas estatísticas números que nos deem directamente a noção do decréscimo das transacções internas. No caso do comércio externo, se despresarmos pela sua pequena importância relativa os efeitos do contrabando, podemos afirmar que tôdas as mercadorias, quer entrem quer saiam de um país, são forçadas a passar pelas alfândegas onde ficam registados não só os seus quantitativos mas ainda os seus valores aproximados. Não há desfiladeiros através dos quais obrigatoriamente hajam de escoar-se os géneros e artigos oriundos de um país e transaccionados dentro dêle. Contudo, torna-se possível acumular indícios que indirectamente comprovem a deminuição do comércio interno. Citaremos entre êles :

1) a comparação dos volumes da produção com os dos «stocks», da qual se infere, como vimos, que aqueles decrescem e êstes crescem, o que tanto monta dizer que são efectivamente mais reduzidas as quantidades transaccionadas ;

2) o abaixamento do poder de compra das grandes massas populacionais por motivo da quebra dos salários e da excitação do fenómeno do desemprego ;

3) a deminuição da produtividade de certos impostos que incidem, directa ou indirectamente, sôbre o montante das transacções ;

4) a intensidade da circulação das mercadorias nos caminhos de ferro.

Ponhamos de parte o primeiro dêstes elementos por dêle já nos termos ocupado e o segundo e terceiro por reservarmos para mais tarde o seu estudo, e façamos incidir agora a nossa atenção sôbre o quarto.

Importa observar que, nos últimos tempos, o caminho de ferro tem tido um temível concorrente nas carreiras de «camionettes». Em todo o caso, tal concorrência tem-se feito sentir preferencialmente no transporte de passageiros, não afectando por aí além o transporte de mercadorias. De todos os modos, as indicações fornecidas pelas flutuações do tráfego ferroviário serão sempre suficientes para ajuizarmos da intensidade da circulação de mercadorias. E esta, por sua vez, deve ser função da intensidade das trocas internas.

Não inserem as estatísticas da Sociedade das Nações dados completos sôbre o movimento ferroviário em todo o mundo. Limitamo-nos, pois, a extrair do seu anuário para 1933-34 (quadro 100) os números que dizem respeito às nações mais importantes pela sua densidade populacional e económica. Não incluiremos entre elas a Rússia por isso que o seu caso é muito especial e poderia falsear as perspectivas da crise que assola o mundo capitalista.

TONELADAS-QUILOMÉTRICAS

(em milhões)

ANOS	ALEMANHA	ESTADOS UNIDOS	FRANÇA	INGLATERRA	ITÁLIA	POLÓNIA	TCHECOSLOVÁQUIA
1926.....	64.783	653.254	43.947	22.961	12.911	16.341	10.239
1927.....	72.615	630.727	40.332	30.818	13.183	19.206	11.177
1928.....	73.179	636.673	42.800	28.983	11.711	21.926	11.965
1929.....	76.382	657.263	45.772	30.817	12.199	23.508	12.367
1930.....	61.009	563.278	45.037	29.080	12.304	19.846	10.476
1931.....	51.208	453.157	40.736	26.676	11.545	20.041	9.228
1932.....	44.411	340.000 *	35.059	24.418	10.079	14.928	7.208
1933.....	47.755	360.000 *	—	24.557	9.112	15.494 *	6.000 *

* Estimativas ou números provisórios.

O exame destes números sugere-nos, entre outras, as seguintes observações :

1) De 1929 para 1932 — último ano sobre que temos indicações completas — a tonelagem quilométrica dos 7 países citados baixou, na totalidade, de 858.308 milhões para 476.095, o que representa uma queda de 44,5 por cento.

2) Esta diminuição do tráfego terrestre é muito superior, em percentagem, ao decréscimo da produção geral e até mesmo ao da produção industrial, pois esta última, de 1929 para 1932, desceu, em todo o mundo, de 34 por cento, e nos Estados Unidos, Alemanha, França, Polónia, Inglaterra e Tchécoslováquia baixou, respectivamente, de 46, 39, 30, 46, 21 e 42 por cento, faltando-nos dados sobre a Itália (*Situation Économique Mondiale*, 1932-33, pag. 89).

3) Tendo em atenção a baixa do comércio internacional, que, sendo de 60,8 por cento entre 1929 e 1932, deve ter-se reflectido na intensidade da circulação terrestre, e considerando ainda tanto o decréscimo da produção como o dos «stocks», forma-se um quadro de conjunto dentro do qual se situam, harmónicamente, os números respeitantes ao tráfego ferroviário.

4) A queda do comércio interno deve ser da ordem dos 40 por cento, aproximadamente dois terços da do comércio externo.

4. O fenómeno do desemprego

O lucro — eis a mística do capitalismo. As épocas áureas deste regimen de organização social são aquelas em que a obtenção do lucro não sujeita o seu funcionamento a perturbações de certa gravidade. Ora, para isso, importa, entre outras coisas, que a mão de obra seja suficiente para a tarefa económica sem que seja excessiva. Nas épocas de insuficiência, a ânsia do lucro levou os mais fortes a escravizarem os mais fracos. Depois veio a fase do equilíbrio, que se iniciou em meados do século transacto e que se prolongou quasi até ao fim da terceira década do século XX. Finalmente, surgiu o período em que a organização económica já não tem capacidade para dar emprego a toda a mão de obra, originando-se assim um fenómeno que contém em si os germens das maiores inquietações da hora presente.

Antes de se fazer o estudo das causas e do modo de gestação da situação actual, é necessário compreendê-la bem na sua essência. Quem se ocupa de questões económicas sabe que, até mesmo em épocas normais, existe em cada país um grupo de desempregados, constituído por homens novos, que pela primeira vez procuram colocar-se, e por trabalhadores já feitos, que pretendem mudar de patrão ou de especialidade. Esse grupo representa uma percentagem mais ou menos determinada da massa geral dos trabalhadores. E' o que poderemos classificar como «*chômage endémico*». De repente, porém, este núcleo engrossou, desmedidamente, anormalmente, dando lugar ao que, com alguma propriedade, apelidaremos de «*chômage epidémico*».

À primeira vista pode afigurar-se-nos extremamente simples o remédio para tal mal: bastaria reduzir de certo número de horas a actual semana do trabalho, o que constituiria um benefício para as classes desfavorecidas. Dada, porém, a circunstância de os povos não formarem compartimentos económicos estanques, se tal medida não fôsse adoptada sincrónicamente por todos êles, a relatividade dos seus níveis de preços teria de modificar-se sob pena de não poder funcionar com lucro a máquina capitalista nos países que tivessem tomado a iniciativa da redução dos seus horários de trabalho. Ora tal modificação viria acentuar ainda mais o desequilíbrio da vida universal. De resto a inércia é propriedade comum às coisas e aos seres com vida. Nesta hora, a principal das muitas dificuldades com que o capitalismo luta para se adaptar a novas circunstâncias é precisamente a inércia espiritual dos seus homens representativos.

Quais são as causas do «*chômage epidémico*»? É de uso distinguir nas causas duas categorias: as permanentes e as acidentais. Também neste fenómeno se observa a concomitância de umas e outras. Entre as primeiras apontaremos, como fundamentais, não só a crescente utilização após a guerra, da mão de obra feminina, mas sobretudo os progressos da técnica para os quais não há adjectivação bastante expressiva. Entre as segundas destacaremos a insuficiência episódica da protecção pautal para a defesa da produção interna e, a par dela, a crise económica que multiplicou por elevado coeficiente os males derivados da inadaptação da estrutura social dos povos às novas condições da técnica.

Verifica-se, portanto, que os embaraços actuais derivam, em larga escala, de causas que, à primeira vista, deveriam determinar efeitos benéficos para o género humano. Como compreender, em boa verdade, que a amplificação do papel da máquina possa prejudicar as classes trabalhadoras, a não ser por virtude de anormalidades ou anomalias da organização social vigente? O ideal desta pobre vida terrestre seria que ao homem coubesse na tarefa económica apenas uma função de vigilância e de direcção das fôrças naturais domesticadas. Que êle tenha de juntar à acção destas a acção da sua própria fôrça muscular — é ainda hoje, por certo, uma necessidade, que devemos, contudo, considerar como dura e cruel. Mas que haja de encarar-se, como calamidade social, o facto de se tornar dispensável o emprêgo de parte da energia humana até certa data despendida, isso é que excede tudo quanto uma razão equilibrada, desprendendo-se das miseráveis contingências dos interesses de certos grupos, possa conceber!

Em todo o caso, as coisas são como são e não como deveriam ser. E a triste

realidade é que, sobretudo por causa da manutenção de horários de trabalho que já não correspondem ao estágio da evolução económica, o desemprego se vem acentuando, de há anos a esta parte, consoante no-lo indica a tabela seguinte :

ESTATÍSTICAS NACIONAIS DO DESEMPREGO
NO FIM DOS MESES DE MARÇO DE 1929 A 1933

(Em milhares)

(Extraído da *Situation Économique Mondiale*, 1932-33, pág. 116)

PAÍSES	1929	1930	1931	1932	1933
Alemanha	2.484	3.041	4.744	6.034	5.599
Austrália	39	63	114	120	109
Áustria	225	239	304	417	456
Bélgica	28	42	207	350	393
Canadá	12	23	32	77	80
Dinamarca	66	49	70	145	166
Dantzig	18	20	27	36	38
Estónia	4	4	3	8	15
Estados Unidos	—	2.964	6.403	10.477	13.359
Finlândia	3	10	11	18	19
França	9	14	72	347	356
Holanda	—	—	—	253	342
Hungria	14	43	55	71	69
Inglaterra	1.204	1.694	2.666	2.660	2.821
Irlanda	19	23	25	31	83
Itália	309	413	735	1.085	1.111
Japão	—	352	397	474	—
Letónia	9	6	9	23	13
Noruega	24	23	29	38	42
Nova Zelândia	3	3	38	45	51
Polónia	177	289	373	360	280
Roménia	10	13	48	55	—
Sarre	9	9	18	45	42
Suécia	44	42	73	99	121
Suíssa	9	21	61	103	113
Tchecoslováquia	50	88	340	634	878
Yugoslávia	12	10	12	23	23
Total	4.781	9.498	16.866	24.028	26.569

A análise destes números demonstra que, de facto, não têm razão quantos, não vendo, como nós, no desemprego a resultante dum conjunto assaz complexo de causas, tendem a considerá-lo apenas o efeito duma única dessas causas — a crise económica. A prova da verdade do nosso assêto está em que o «chômage» começa a acusar proporções inquietantes exactamente no ano de 1929, quando é certo que este marca o apogeu da actividade económica dos povos em todos os tempos. Por outro lado, constata-se que, durante o referido ano, as máximas percentagens dos desempregados em relação ao número total dos trabalhadores manuais se verificam na Alemanha e na Inglaterra — na primeira porque aperfeiçoou extraordinariamente a técnica da sua máquina económica, na segunda porque, ao invés, descuroou a moder-

nização do seu aparelho industrial e não se resignou a abandonar, a tempo e horas, o seu clássico livre-cambismo, de modo que, à falta de defesa aduaneira eficiente, foi sendo invadida, durante anos, pelos produtos oriundos de povos melhor apetrechados que ela para a concorrência económica.

É ainda de notar que em 1929, em vez de haver, como nos anos consecutivos, uma compressão anormal do consumo, houve antes uma excitação artificial — facto que, aliás, se verifica sempre nas épocas de prosperidade material e que naquele ano se alçou até um nível exagerado por se viver em beata e quasi mística admiração pelo génio inventivo, pela capacidade criadora da espécie humana, traduzindo-se êstes sentimentos e estas ideas na teoria do progresso indefinido, que justifica tôdas as prodigalidades. Assim, pois, em 1929 o super-consumo — causa accidental — anulou, em parte, a influência dos avanços da técnica — causa permanente — no que diz respeito às necessidades de mão de obra. Estas duas causas, discordantes naquele ano, passaram, porém, a tornar-se concordantes a partir de 1931. 1930 deve ser olhado como fase de transição e de equilíbrio no tocante ao consumo, o que dá à expressão numérica do «chômage» durante êsse ano importância especial, devendo, porventura, corresponder ao que já se usa apelar de «*núcleo irredutível do chômage*». Depois sobrevém o afundamento, a catástrofe, precipitando-se homens e cousas na voragem duma crise que ameaça subverter a civilização capitalista se ela não souber arrancar ao seu instinto de conservação, à sua inteligência, fórmulas flexíveis de adaptação ao condicionalismo da hora que passa.

Estudando a repartição do desemprego pelos vários ramos da actividade, observa-se que os mais affectados divergem de país para país. Em todo o caso, pode asseverar-se que as maiores percentagens se encontram, por ordem decrescente, na construção civil, nas indústrias mecânicas, nas indústrias têxteis, nas minas, na imprensa e no grupo dos géneros alimentares.

Por último, frisaremos que a intensificação do fenómeno do desemprego provocou, por um lado, a repatriação do operariado estrangeiro em certos países europeus, como a França, e que, por outro lado, fechou as portas à emigração nos países americanos e em muitas regiões coloniais e semi-coloniais.

5. A queda do consumo

Acabamos de ver que o consumo, a partir de 1931, se encontra reduzido a proporções mínimas. O facto, como passamos a demonstrar, é devido à conjugação de causas psicológicas com causas materiais.

Já atrás tivemos o ensejo de aludir a êste assunto, mas é interessante que o profundemos um pouco mais. A humanidade, anteriormente a 1930, vivia ou, o que é o mesmo, imaginava viver no melhor dos mundos. Ao fim de esforços inenarráveis, as forças naturais haviam acabado por se deixar captar com relativa docilidade. As pesadas, as desageitadas máquinas do passado davam lugar a arranjos cinemáticos por assim dizer inteligentes de que a «linotype» pode ser citada como protótipo. Ao

homem deixaram de ser exigidos esforços físicos insuportáveis, quer pelo quantitativo, quer pelas condições higiénicas em que eram despendidos. A capacidade de produção das economias nacionais crescia de dia para dia, reduzindo a frangalhos as concepções malthusianas. Nestas condições — pensava o homem de 1928 ou de 1929 — para que abafar a ânsia natural de consumir, se com a sua satisfação se não desfalcaria o património colectivo? Os governos, os produtores, os comerciantes estimulavam esta tendência pelas facilidades excessivas da política creditória que adoptavam. O super-consumo encontrava, pois, uma das suas razões de ser no condicionalismo psicológico do meio ambiente.

As dificuldades financeiras, nascidas em grande parte do exagêro do crédito, provocaram as primeiras grandes perturbações da produção, e estas agravaram-se a seguir e geraram, por sua vez, novos embaraços financeiros, de modo a constituir-se uma cadeia em que cada um dos elos é efeito do anterior e causa do seguinte. Assim se determinou a eclosão da crise actual, que fêz succeder, sem transição, à psicose da prosperidade a psicose da catástrofe, à confiança a desconfiança, à moda de parecer rico a moda de parecer pobre, ao chiquismo dos gastos perdulários a elegância da poupança injustificada. Esta predisposição dos espíritos é, sem dúvida, uma das causas profundas do sub-consumo actual.

No sub-consumo influem ainda, porém, causas materiais cuja acção se faria sentir enèrgicamente, mesmo quando não fôsse amplificada por causas psicológicas. Apontaremos entre elas — a deminuição sensível dos rendimentos nacionais e as alterações na repartição dêsses rendimentos pelos grupos populacionais.

E' muito difícil a avaliação, sequer aproximada, do primeiro dêstes factores por serem parcos os dados estatísticos que se lhe referem. O que dêles, contudo, se infere é ainda assim suficientemente elucidativo. As estatísticas accusam, com efeito, para a Alemanha um rendimento global de 76.100 milhões de R. M. em 1929 e de 46.700 em 1932, o que tanto monta dizer que a quebra foi de 38,6 por cento. No mesmo espaço de tempo, o rendimento nos Estados Unidos desce de 85.200 milhões de dólares para 40.000, o que dá para a quebra a percentagem de 53,1. Na Inglaterra o fenómeno não atinge, na aparência, tão grandes intensidades, pois os rendimentos baixam apenas de 3.996 milhões de libras para 3.199, o que corresponde a uma quebra de 19,9 por cento; mas, como de 1929 para 1932 o valor da unidade monetária em relação ao oiro decresceu de 27,8 por cento, a quebra real do rendimento britânico foi de 42,2 por cento.

E' certo que o índice do custo da vida, tomado como 100 o seu valor em 1914, é representado em 1929 e 1932 pelos números que se seguem: na Alemanha respectivamente por 154 e 121, ou seja um decréscimo de 21,4 por cento; nos Estados Unidos respectivamente por 171 e 134, ou seja um decréscimo de 21,7 por cento; na Inglaterra por 164 e 143, ou seja um decréscimo de 12,8 por cento. A deminuição, em percentagem, do poder aquisitivo global de cada país deve resultar da diferença entre a percentagem da baixa do seu rendimento nominal e a percentagem da descida do seu custo de vida, exprimindo-se, portanto, para os três países supra-mencionados pelos valores seguintes:

- 1) para a Alemanha por $38,6 - 21,4 = 17,2$ por cento ;
- 2) para os Estados Unidos por $53,1 - 21,7 = 31,4$ por cento ;
- 3) para a Inglaterra por $19,9 - 12,8 = 7,1$ por cento.

Êstes números já são por si assaz elucidativos. Sucede, porém, que os efeitos da redução do rendimento nacional são ainda notòriamente agravados pela circunstância de se ter modificado a sua distribuição em prejuízo das classes mais desfavorecidas. No estudo que, sob o título de «a experiência rooseveltiana», publicámos no n.º 4 da *Vida Contemporânea*, recordámos uma frase de H. Wallace relativa à situação dos diferentes grupos sociais, — frase que nos parece oportuno reeditar aqui : «uma maioria de indivíduos gasta o seu dinheiro antes de satisfeitas as suas necessidades, ao passo que uma minoria satisfaz as suas necessidades antes de gasto o seu dinheiro».

A crise teve o condão de tornar ainda mais revoltante êste contraste pelo facto de se terem encontrado, de um dia para o outro, sem colocação remuneradora dezenas de milhões de operários. Já atrás apontamos alguns algarismos significativos sòbre o desemprego. Por isso nos limitaremos agora a pôr em relêvo que, se nalguns países a situação criada pelo *chômage* lá vai sendo parcamente atenuada pela adopção de uma magra política de assistência às suas vítimas, noutros países o velho espírito do liberalismo económico novecentista persiste em reagir contra esta tendência nobremente humanitária, embora, como veremos, de discutível eficácia.

Os seguros sociais obrigatórios já hoje se aplicam a mais de 38 milhões de operários e os voluntários a mais de 3,5 milhões, sendo 17 os Estados que praticam um ou outro dêstes sistemas. Alguns dêstes Estados, como a Inglaterra e a Alemanha, reconheceram que lhes assistia o dever de juntarem a sua subvenção à dos patrões e operários, para que não entrassem em crise as caixas de assistência. Muitos governos têm posto em execução planos de fomento, mais ou menos apressadamente improvisados, com a intenção de dar emprego a pequenas fracções dêstes desocupados. As formas de socorro adoptadas pelas entidades oficiais ou particulares têm sido muitas e variadas. Tôdas elas, somadas, representam, porém, coisa de pouca monte em relação à gravidade do mal que baldadamente aspiram a debelar. E, por isso, M. Bookman, referindo-se aos gastos com que para tal efeito os Estados Unidos sobrecarregaram em 1931 o orçamento federal, dizia com carradas de razão : «por muito grande que seja esta verba de 450 milhões de dólares, quer considerando-a em si própria, quer comparando-a com os socorros concedidos durante períodos de prosperidade, a verdade é que ela representa apenas cêrca de 2 por cento dos 22.000 milhões em que se avalia a perda total sofrida em 1931 por tôdas as pessoas que recebiam salários ou vencimentos, e menos de 5 por cento do prejuízo total suportado tão sòmente pelos assalariados das principais indústrias». A impotência dos Poderes Públicos para remediarem os efeitos catastróficos do *chômage* está fielmente fotografada nestas sóbrias palavras.

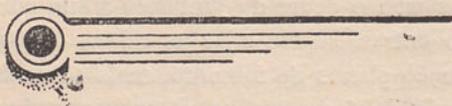
Assim, pois, grandes massas das populações dos países civilizados viram reduzido a um mínimo confrangedor o seu poder aquisitivo por virtude dêste agravamento

da irregularidade na repartição do rendimento nacional. Falta-nos, porém, abordar outro assunto digno de menção sob êste ponto de vista. Queremos referir-nos às reduções do salário *nominal* nos diferentes países — reduções que oscilam à volta de 18 por cento. Esta quebra foi, porém, compensada pela baixa do custo da vida, e, portanto, em regra aquele facto não deve ter afectado o poder de compra daquela parte do proletariado, que continuou a ter ocupação para a sua actividade. Pela sua importância, devemos, contudo, apontar uma excepção à regra geral: o índice *real* dos salários agrícolas baixou nos Estados Unidos de 40 por cento, aproximadamente.

Em vista do exposto, compreende-se que o consumo tenha descido a nível excessivamente baixo. E, sem mais explicações, fácil é de ver também que o sub-consumo, sendo um efeito, deve, a seu turno, ter-se transformado em causa de agravamento dos próprios males que o haviam determinado. Mais uma vez se nos depara um exemplo daquela reversibilidade de causas e efeitos a que, logo no princípio dêste estudo, fizemos merecida referência.

(*Continua*).

CUNHA LEAL.



DUAS GERAÇÕES?

Ainda não eram 12 horas. Àquela casa modesta onde Brito Camacho morrera e onde passara grande parte da sua vida, começavam a chegar muitas pessoas.

Caras conhecidas. Velhos republicanos do tempo da propaganda, «amigos do Camacho», que com êle percorreram a província de lés a lés levando no coração exaltado a feitiçaria mágica duma grande República.

Aqui e ali pequenos grupos conversavam amenamente sôbre tudo, despreocupados do meio ambiente, não ocultando mesmo uma gargalhada mansa quando a matéria da conversa exigia tanto. Contavam-se à bôca pequena as últimas anedotas do infatigável evangelizador da Democracia...

No meio da multidão que chega começam a descobrir-se os carões anafados de muitos que à República tudo devem, sem nunca a terem servido e que, aproveitando o enterro de Brito Camacho, que em vida os correria a ponta-pés, cá veem marcar a sua posição de irredutíveis servidores da gamela orçamental.

Gente do povo rodeia o modesto caixão do eminente escritor.

Vale a pena fitá-los. Um, não deve ter passado os cinquenta anos. O olhar absorto fixa-se nas tábuas razas onde repousa o tribuno. Na cabeça, os cabelos brancos anunciam uma velhice precoce que o alquebramento do corpo confirma.

Foram anos de África, no meio de privações, vivendo a vida amarga do afastamento, numa perpétua crença por uma Democracia rejuvenescida no calor duma Justiça gloriosamente altaneira.

Aquele outro, mais velho, traz nos olhos todo o fulgor antigo dum acérrimo batalhador.

Deve ser um velho republicano ou, por outra, deve ser um grande republicano pelo sentimento que demonstram as suas lágrimas pela perda do antigo ministro da República.

Uma pergunta indiscreta revela-nos a identidade da personagem.

O que êle fôra, santo Deus ?

Era vê-lo a caminho dos comícios de propaganda, doido de alegria, num perene contentamento que contaminava os companheiros que, como êle, só pensavam em erguer sôbre os escombros da monarquia a esbelta figura duma imperecível República.

Na manhã de 5 de Outubro a sua voz enrouquecida gritava aos quatro ventos o triunfo da nova causa. Nas noites transactas andara êle de espingarda engatilhada na luta desigual...

Viera a República.

Um lugarzinho numa repartição pública equilibrava-lhe a fome e as duras necessidades caseiras...

Na jornada heróica de Monsanto — lá ia êle, também, com a mesma alegria que o seu rosto exhibira nas tardes iluminadas da propaganda...

E depois sempre o mesmo.

Agora estava ali compungido, quem sabe se a recordar as horas loucas em que êle sonhara uma era de Paz e de Justiça em que os homens, sem serem lobos, se unissem num forte amplexo de concórdia.

Começa a chegar sempre gente.

Alguns fraques graves emprestam ao ambiente morno um aspecto de gravidade impossível.

Figuras de antigos políticos — raras.

Só um ou outro, sem temer, aparecia com a consciência limpa, trazendo no coração e na inteligência o propósito firme de enveredar a República pelas sendas puras da verdade — dessa verdade tão exaltada nas tardes de sol em que a monarquia rezava os responsos da sua fatal derrocada...

Já vai no fim da rua do Alecrim o cortejo.

Muitos dos carões anafados já dão mostras de cansaço pela descida a que a obliquidade da rua obriga.

Foi gente que nunca soube o que era descer e, além disso, a hora da refeição aperta o estômago refastelado ainda por um suculento pequeno almoço...

* * *

A que propósito vem tôda esta triste ladainha ?

Muito simplesmente para vincar aquilo por que me tenho batido sempre : a inexistência de duas gerações dentro da República.

Não acredito que exista a distinção.

A geração de Brito Camacho, a geração dos homens da propaganda, da legião esforçada dos que construíram a República é igual àquela que, nada e crescida na última década, anseia também servir da mesma forma um ideal comum de reabilitação moral.

Nada nos separa. A mesma vibração comunicativa percorre a quintessência do nosso ser.

Os nossos nervos sacodem-se, voluntariosamente, ao serviço dum cérebro pre-nhe do mesmo idealismo de ante-1910.

As épocas são diferentes? Por certo.

As exigências são outras e as lições abundam? Não o negamos.

Mas como considerar duma geração diferente o homem que como nós luta por melhores dias para a Humanidade, nesta refrega ingente de alcançar para todos um mínimo honesto de existência limpa?

Estamos numa permanente maré de equívocos que tanto têm retalhado a República.

Di-lo alguém que ainda não alcançou a casa dos trinta e que pela República tem sentido algumas horas de tristeza e dúvida.

Gerações diferentes? Eis um dos mais tremendos erros da política republicana contemporânea.

* * *

Qual o nosso conceito de geração?

Para nós geração não é a *vida* durante um *certo tempo* duma *determinada* multidão de indivíduos, mas uma *seqüência de ideas e pensamentos* que durante certo lapso de existência une os homens, encaminhando-os pela mesma senda intelectual no firme propósito de alcançar uma meta idêntica.

À palavra *geração* atribuímos, portanto, o sentido de *potencialidade intelectual* que pode limitar-se a algumas décadas ou estender-se, indefinidamente, até à consecução dum plano mental.

Nesta conformidade e integrado na nossa noção de geração e após uma análise fria à vibração intelectual que empolgou os homens de ante-1910, verificamos que um conceito de vida e um desejo comum de *realizar* caracteriza os mesmos homens — os de então e os de hoje.

Os tempos são diferentes por certo.

Aos homens da propaganda — raras excepções podemos apontar: Basílio Teles, por exemplo — preocupava a solução política da Democracia, convictos de que através dela se encaminharia o ideário republicano para a meta da Democracia económica.

Tocados pelo idealismo febril da Grande Revolução que dum jacto abatera os privilégios do despotismo real, obcecados pelo sonho duma República esmoler para os seus inimigos, condescendente aos vitupérios e às ameaças, os homens do tempo de Brito Camacho, não ocultavam, entretanto, a vontade firme de dotar o novo regímen duma aparelhagem capaz de por si só vencer a arrogante petulância dos bemaventurados e, obtida a vitória, inaugurar uma época de nivelamento económico.

As Constituições para êles não representavam mais do que cadernos de *esclarecimento político*, breviários onde todos pudessem recolher os ensinamentos para a sua inflexível conduta de cidadãos.

Ao Estado desejavam dar uma estrutura liberal, mero espectador perante a afluência dos milhentos problemas a resolver.

Nada de intervencionismo nem de fiscalizações que, nos seus sinceros pontos de vista, constituíam vis afrontas à intangível liberdade individual.

A Democracia era para êles uma *realidade* já feita. Nada a poderia destruir, nada a faria sossobrar.

Enraizado na consciência popular só lhe restava o caminho seguro das realizações, cercado êsse caminho pelos cautelosos marcos dos interêsses criados, dos direitos anteriores, inatacáveis por natureza e por decôro.

E que mais dizer do *sentido político* dos homens da propaganda?

Será justo exigir dêles aquilo que o seu tempo desconhecia pela ausência dos acontecimentos que a era contemporânea fêz surgir abruptamente do confusionismo aterrador da vida de hoje?

Que eram dotados de espirito arejado — é dúvida que não colhe ao falarmos dos homens da propaganda.

Êsse arejamento é para nós a segura certeza de que, se à sua mentalidade fossem postas as interrogações do nosso tempo, a solução que êles encontrariam não brigaria com aquela que almejamos ser a vencedora.

Foram campeões duma mesma verdade: uma Humanidade melhor.

Encontramo-nos com êles, distanciados por certo no tempo mas unidos por uma mesma crença.

O nosso tempo é realmente bastante diferente.

Para nós a Democracia não é uma *realidade*. No dia em que ela fosse uma *realidade* transformar-se-ia num mostrengo reaccionário, disforme e de contornos repelentes.

Não a compreendemos assim. Queremo-la sempre indecisa, voluptuosa, na ânsia incontida de caminhar para a meta invisível das nobres realizações.

Na sua *incerteza* está a razão do seu triunfo. Na sua perene vibratilidade residem as esperanças intelectuais duma geração inteira.

Mal de ela se porventura o narcisismo lhe corroesse as entranhas!

À paixão que a pode empolgar será a paixão do desconhecido, do pôrto incógnito onde amarrará a barca veloz dos ousados navegantes da nova idea.

Não queremos uma República esmoler.

Queremo-la equilibrada, justiceira, humanitária por certo, mas não eivada do ridículo «não te rales...», óptima solução para as duras emergências de agora.

As Constituições devem ser instrumentos de combate e nunca repositórios de normas abstractas, de lições de civismo vagamente atraentes.

Porquê pensar assim?

* * *

Aos homens de hoje apareceu um mundo diverso do de então.

Uma Europa retalhada pela voracidade insaciável dos imperialismos, subjugada por uma crise moral propensa a arrastá-la para os abismos da confusão fatal. Dum lado observa-se o amarfanhamento da civilização germânica, outrora eminente nos faustos do Progresso, do outro lado o equilíbrio instável dos vencedores, sacudidos pela nevrose das incertezas, espécie de duendes à procura dum caminho da mediana lógica.

Tanto uns como outros — vencidos e vencedores — tateam nas trevas do desconhecido.

As Democracias saídas da chacina já não apresentavam o aspecto lírico de antes de 1914. Sufocadas pela desvalorização da moeda, pela fuga precipitada de ouro dos mercados; asfixiadas por um crescendo custo de vida, filho da escassez assustadora dos géneros; desequilibradas pelo jogo desenfreado das Bôlsas e pela paralização de inúmeros trabalhos agrícolas; desfalcados os tesouros públicos pelas despesas astronómicas do conflito que trouxeram um aflitivo aumento tributário, as Democracias políticas começaram a *entender* os problemas de maneira diversa.

Nesse *entendimento novo* está por exemplo a prova exuberante dessa *inquietação democrática*, fonte de permanentes realizações.

As constituições do «post-bellum» atestam êsse novo entendimento. Por elas se constata o sentido económico da Democracia, umas vezes elevando as classes proletárias às alturas do *contrôle*, outras vezes colocando nas mãos estadoais as alavancas do comando.

Conceitos velhos de propriedade foram arrazados para sôbre eles se erguer o sentido social dêsse direito, que mergulha as suas raízes robustas nas profundezas dos séculos.

A economia dirigida aparece tentadora a clamar um triunfo meritório.

É uma realidade democrática — antagónica da prejudicial economia orientada, espécie de mediavelismo grotesco — que começou a interessar as mentalidades abaladas da guerra.

O fenómeno russo, com os seus defeitos e as suas virtudes, contribuíra também, para a sempiterna vigília intelectual.

E mesmo agora?

É Roosevelt numa persistente tentativa de revigoração económico, em luta contra a hidra plutocrática de Wall Street.

É o coração pacifista em permanente sobressalto ante o avanço gigantesco da «internacional de armamentos» à procura duma farta colocação da mercadoria.

É, para acabar, a petulante arrogância do imperialismo nipónico, lançando desprezível olhar pelos direitos da Humanidade, para êle insignificante coisa em comparação com a visão larga duma conquista sem fim, abraçando a China e estendendo — quem sabe? — os seus tentáculos às paragens sobressaltadas da Europa decadente.

Que mundo diferente o nosso!

Mas será isso razão para julgarmos os homens da propaganda diferentes de nós?

O mal dêles foi talvez êste: o de não viver, com energia, a conturbada época em que mourejamos.

Êles ainda viveram: nós mourejamos.

Mas tanto uns como outros alimentam a doce esperança de melhores dias, sem os desfalecimentos fúnebres daqueles míseros falhados que, no enterro de Brito Camacho, achavam a ladeira do Alecrim demasiadamente inclinada para o seu rição de tôdas as horas, de sempre...

VASCO DA GAMA FERNANDES.

Aspecto filosófico da Teosofia

O mundo tem necessidade duma Teosofia? Um teósofo dirá que sim; um não teósofo dirá que não. Ambos podem escrever volumes para sustentar cada um o seu ponto de vista — mas tanto um como outro cometem o êrro de se antecipar aos factos com deduções baseadas sôbre puros conhecimentos, hipóteses e superstições. Aquilo que afirmem ou neguem será apenas — suposição; e, para que uma afirmação ou uma negação tenham valor, é necessário que se limitem ao terreno das próprias experiências, isto é, devem demonstrar-se como deduções impostas por factos realizados directa e pessoalmente.

Êste segundo processo é mais lento mas em compensação é mais seguro porque evita os erros e as ilusões. Quando nos encontramos em face duma doutrina ou corpo de doutrinas chamado Teosofia, feito de experiências individuais lógicas, não haverá inconveniente algum em discuti-lo porque estamos numa época profundamente psicológica — «psicologia de ordem superior» segundo Delchi.

Mas, quando nos encontramos diante duma teosofia feita de repetições (e é êste o caso da quási totalidade dos que se dizem teósofos) não podemos nem devemos aceitar as suas conclusões, por mais belas que pareçam, porque não têm o mínimo valor científico-lógico. Esta espécie de teosofia não passa duma simples crença de carácter nitidamente religioso, espécie de dialectica e desporto mental. O fracasso de tôdas as religiões professadas deve-se ao facto de se ter imposto e aceitado as suas profissões como artigos de fé, em vez de se ter cautelosamente insinuado com ideas ou atitudes — dentro da discussão. É o que acontece com a Teosofia — razão esta porque a classificamos entre as doutrinas de tipo religioso. Na verdade não se impôs, mas tem-se explorado, talvez involuntariamente, êsse receio, êsse mêdo do mais-além, que todos sentem, mais-além que os teósofos resolvem com uma facilidade estupenda — como para demonstrar a fragilidade dos seus pontos de vista... Quando não é a

religião que forma a estrutura da Teosofia, é a metafísica. O aspecto metafísico representa já um progresso. Mas o resultado final de ambas, a Teosofia religiosa e a Teosofia metafísica, é o mesmo : nulo. Diz-se que isso não é Teosofia. Pode ser. O certo é que os seus prosélitos praticam-na assim. E uma doutrina só vale pelos resultados práticos que dá. Não desejamos embrenhar-nos em discussão alguma de carácter mais ou menos académico, mas podemos afirmar que o desenvolvimento do pensamento humano está de acôrdo com êste fenómeno : classificar as investigações realizadas. Essa classificação tem-se feito várias vezes unindo particulas — sufixos, prefixos, radicais — cuidadosamente seleccionadas. As palavras resultantes sintetizam os fenómenos investigados, as observações feitas, o critério que as orientou, as conclusões que se estabeleceram e a transcendência que se quis dar aos factos e às observações — tudo o que facilita o estudo ou seja o trabalho de análise e de síntese. Embora êste processo fôsse adoptado na mais remota antiguidade, no ocidente só conhecemos as classificações a que poderíamos chamar «gregas», não porque sejam da origem helénica, mas porque se foram formando lentamente utilizando palavras gregas desde a época em que a Grécia surgiu como elemento condutor da civilização ocidental. Como os fenómenos são estudados em relação uns aos outros, as classificações fazem-se por «grupos», cada um dos quais recebe a sua denominação correspondente. Citaremos quatro dêstes grupos : os que se referem aos *astros*, ao *homem*, às *causas* e à *vida*. A cada uma destas terminologias, que se referem ao «objecto estudado», corresponde uma que indica a finalidade com que êsse objecto é estudado. Assim temos :

- 1.º grupo : Astronomia, Astrologia, Astrofania (*fania*, significa visão).
- 2.º grupo : Antroponomia, Antropogenia, Antropologia, Antroposofia.
- 3.º grupo : Teogonia, Teologia, Teocracia, Teodicia, Teosofia, Teofania.
- 4.º grupo : Bionomia, Biologia, Biosofia, Biofania.

Como se vê, trata-se dum entroncamento de partículas que se mantem reciprocamente — correlacionam-se. O primeiro grupo foi a característica dos povos antigos: egípcios, caldeus, assírios, helneus índios e chineses. A sua cultura começou e acabou no estudo do céu, não só por necessidades económicas — principalmente o cultivo do solo — como por natural inclinação do seu espírito. Na vida dos astros descobriram a lei da relatividade que depois applicaram aos fenómenos naturais, ao homem e às sociedades humanas, encontrando neles uma perfeita concordância. Não derivará dêste facto científico primordial o nome de Celeste Império dado à China? Não estará êle relacionado com o simbolismo da estrêla dos Reis Magos, o que significa que o Cristianismo, além de ser um *facto* histórico e místico, é também um *mito* astronómico?

O segundo grupo foi característico da época grega. A verdadeira cultura da Grécia começou pelo antropomorfismo psicológico de Protágoras, reacção lógica contra o panteísmo metafísico de Heráclito e o sensualismo de Demócrito, o primeiro puramente especulativo e abstracto, o segundo baseado nos sentidos e na eloquência da razão. Entendia Protágoras que êstes dois filósofos se collocavam nos extremos na investigação esquecendo que, para o homem, a única coisa que existe de acessível é êle próprio : é o indivíduo que dá a cada um a exacta medida da Verdade e do Bem.

O terceiro grupo caracterizou a época cristã a começar do primeiro século. Embora

em diversos autores e em várias escolas gregas, desde Hesíodo aos Estoicos, encontramos o prefixo «*teos*», a sua difusão no ocidente começou na época paulina, quando o feroso propagandista do cristianismo andou derramando a sua mensagem pela Grécia e Ásia Menor; os próprios historiadores teosóficos fazem derivar a palavra teosofia do Apóstolo (Coríntios II, 7) mas podemos afirmar que ela já fôra utilizada por Platão, exactamente como a conhecemos, enquanto S. Paulo usa a expressão «*Theou Sophia*» (sabedoria de Deus).

O quarto grupo é característico da época moderna. A Ciência substituiu Deus pela Vida: esta última palavra é mais ampla e mais compreensível. Tôdas as investigações modernas se movem dentro do conceito «vida» (bios). Apresentado assim o esquema geral, ocupemo-nos pois da teosofia.

A teosofia ocupa um modestíssimo lugar entre muitas outras actividades e disciplinas ideológicas, cada uma das quais tem o seu valor e desempenha funções próprias.

Os teósofos discutiram anos e anos se a palavra «teo» se devia traduzir e entender como o substantivo *Deus* ou o adjectivo *divino*. A verdade é que esta discussão demonstra já um inconveniente cujos resultados práticos lamentáveis podíamos comprovar. Uns aceitam o termo *Deus* conciliando assim os princípios teosóficos com as suas próprias crenças religiosas, — e de facto transformam a Teosofia numa religião, às vezes até, numa seita religiosa. . . outros, pelo contrário, são adeptos do termo «divino», proclamam a teosofia como herética — no sentido de que repudia tôda a idea dum Deus mais ou menos antropomórfico — e comparam-na a uma espécie de biologia integral que estuda todos os fenómenos normais e super-normais com o objectivo de fixar nitidamente qual é a meta da evolução humana e o que convirá para acelerar o seu ritmo. Apoiam-se as duas interpretações em pormenores de ordem etimológica, filológica, histórica, sentimental, racional e mística — e portanto justificam-se. Uma doutrina que desde o princípio, desde a análise do seu nome, dá lugar a polémicas ferozes, é já uma doutrina imperfeita, incompleta e portanto negativa. *Teosofia* é uma palavra que nós substituiria nos por *Biosofia*.

A mentalidade contemporânea repudia o conceito de Deus.

Em compensação aceita o conceito da Vida como essência de tudo o que existe. Teòricamente a Teosofia teve de ser a negação da Teologia, o antipodismo da fé, o antagonismo da religião, o contrário do divinismo. Foi um sistema eclético, práticamente é uma estranha mistura de doutrinas à margem duma investigação consciente.

É a crença — de tipo supersticioso; equilibra-se entre a fé e o fanatismo exagerado. Um montão de infantilidades chamadas ocultismo, sedutoras na aparência, vãs no fundo, pretendeu deter o estudo da teosofia — situação que se prolongou durante séculos, alimentada pelo conceito de que ela era «a sabedoria sobrenatural». Assim, a Teosofia, que nos primeiros tempos da nossa era continha o verdadeiro e único gnosticismo cristão, foi progressivamente prevertendo-se e decaiu até que a igreja romana no século IV declarou herejes todos os teósofos. . . aproveitando a oportunidade para explorar em exclusivo a Teosofia. A partir de então, a teosofia encontra-

se em tôdas as seitas absurdas. Ressurgiu em 1875 quando Blavatsky fundou a Sociedade Teosófica ; adulterou-se por certas doutrinas orientais e a Europa não a aceitou. Para Jinarajádasá — hindu educado em Londres (ambiente em que a lei da evolução é o eixo de tôda a cultura científica), a Teosofia é o estudo da evolução, da vida e das formas. Mas a lei da evolução não será apenas um recurso da Ciência ? A Vida não pôde evoluir pela simples razão de que ela contém em si tôdas as potências e portanto é sempre perfeita. Se houvesse uma lei de evolução humana, deviam de ter aparecido centenas de milhares ou milhões de Budas, Confúcios, Jesus, Zoroastros e outros super-homens, dado o tempo transcorrido. Por outro lado o estudo da Grande Pirâmide de Gizeh (a que se atribui uma antiguidade de 150.000 anos) demonstrou que ela contém todos os conhecimentos modernos e astronómicos, geográficos, humanos e sociais — e ainda com maior exactidão.

Também muitos antropólogos ao estudar as raças chamadas selvagens ou primitivas (particularmente os índios da América) inclinam-se a classificá-lo mais como restos de antigos povos civilizados que fragmentos de humanidade em estado incipiente. Pelo que se refere às formas, não se pôde falar de evolução porquanto elas não são mais que aspectos e configurações transitórias dum centro vital em pleno dinamismo.

É necessário que a inteligência destrúa as suas próprias criações imaginosas e alucinantes, repudiando a idea dum *EU* separado, que é inconcebível dentro do princípio da Unidade da Vida. O homem perfeito, inteiramente livre de tôda a dôr, unificado com a vida total — imagem da gôta de água que se encaminhou para o mar... — é aquele que se liberta de tôdas as amarras espirituais, resistindo à perniciosa influência das doutrinas absurdas e quiméricas.

JORGE RAMOS.



Impressões sôbre o Bié

CARTA A CUNHA LEAL

Meu querido amigo :

Botão, 15 de Outubro de 1934.

Com prazer aceito o seu honroso convite para escrever sôbre coisas coloniais no presente número da sua Revista.

Aqui na província sem os necessários elementos de estudo só posso escrever recordando impressões colhidas *in loco* nos tempos em que andei pelas colónias e que relembro sempre com saudade.

De tôdas as regiões por onde passei daquele nosso Ultramar a do Bié tem as minhas preferências. É por isso que dela vou falar aos leitores da sua Revista.

Eu estava exercendo as funções de Delegado do Procurador da República junto do Juízo Cível da Comarca de Lourenço Marques quando em fins de 1913 o Ministro das Colónias Dr. Almeida Ribeiro criou, entre outras, a Comarca do Bié. Na minha promoção a juiz coube-me por sorte ir instalar esta nova Comarca. Recebi a minha colocação nela com desgosto; já porque habituado à vida fácil e cómoda de uma linda cidade como Lourenço Marques, onde vivia há sete anos, não me sorria a vida em pleno sertão; já porque me informavam de que a maioria dos portugueses residentes no Bié era da pior espécie.

Mas para lá fui e em 13 de Dezembro de 1913 instalei a nova comarca à frente da qual me conservei até Fevereiro de 1919.

O caminho de ferro de Benguela chegava só até o Xinguar; dali por diante, uns 80 quilómetros, fui transportado por pretos até à sede da comarca em Belmonte, hoje Silva Porto.

Ali tudo faltava. Tive que transformar o melhor que foi possível um velho casarão em edificio para o Tribunal. Arrendei para habitar uma casa térrea cujo tecto de lona caiada escondia o telhado de folhas de zinco. Não havia melhor. Ainda me

lembro com prazer do infernal barulho da chuva, caindo sôbre o zinco, quando das grandes trovoadas tão freqüentes naqueles sítios.

A falta absoluta de comodidades acrescida de uma avalanche enorme de processos parados e apenas começados a instruir no julgado municipal sôbre crimes da maior gravidade fizeram-me desanimar e pensar em sair da Comarca para o que cheguei a empregar os meios de que podia dispor sem felizmente (senti-o mais tarde) o poder conseguir.

A minha permanência no Bié, além do conhecimento que me deu da região e do meio social, permitiu que eu pudesse fazer uma idea da vitalidade colonizadora da nossa gente humilde do povo que dispersa por aquela região enorme, só podendo contar com o esforço próprio para se defender de todos os perigos, conseguia manter-se, trabalhar e perseverar na forte esperança de vencer.

*

Começou a comarca a funcionar. A instrução dos processos parados trouxe consigo um sem número de diligências que puseram em sobressalto a população branca. Êste sobressalto vinha atormentar a miséria por que todos estavam passando, resultante da grande e brusca depreciação da borracha, ao tempo a principal riqueza daquela gente.

Assim a acção da justiça criminal, recaindo sôbre a população que quasi a desconhecia, levantou uma forte reacção, chegando a fazerem-se representações ao Governo da Metrópole e a correr que se pretendia deitar fogo ao cartório do escrivão para destruir os processos.

A acção da justiça foi-se porém exercendo serenamente, levando a todos a convicção da sua necessidade para reabilitação da população colonizadora que tão mau nome tinha. Alguns crimes e graves houve a punir, como em tôda a parte, mas teve também que ser reconhecida a inocência de muita gente.

Enfim foram-se todos convencendo de que a administração da justiça pairava muito acima de quaisquer prevenções originadas na má fama da população e se exercia sem favoritismos nem más vontades.

Embora por necessidade, num meio pequeno e a princípio de expectativa hostil, me visse obrigado a viver num certo isolamento, eu senti bem a transformação que se operou naquela gente pela forma como passaram a conduzir-se em tudo o que se relacionava com o Tribunal.

Liquidados os processos antigos (havia-os ainda referentes a crimes praticados quando da revolta do Bailundo em 1902), o que levou os dois primeiros anos de funcionamento da Comarca, entraram as coisas judiciais na normalidade. A tarefa foi árdua e eu não posso deixar de recordar três colaboradores: o Dr. Manuel Pinheiro da Costa, delegado do Procurador da República, cuja honestidade, bom senso e faculdades de trabalho muito admiro, o Dr. Amilcar Basca Martins da Cruz, advogado distinto em qualquer auditório, pessoa de nobre honorabilidade e de grande cultura jurídica e literária, e Abílio da Silva Laires, escrivão do Tribunal, leal, sabedor e invul-

gar trabalhador. Não são elogios. Presto homenagem e recordo com saudade companheiros de trabalho.

*

Tive ocasião de percorrer a região quer na realização de diligências judiciais fora da sede da comarca, quer passeando e caçando. Pernoitei por vezes nas libatas dos indígenas dormindo em camas de campanha e conheci de perto o viver dos portugueses dispersos pela região. Alguma coisa observei e muito ouvi de antigos residentes.

A história do Bié pelo que respeita à acção dos portugueses é recente, mas contém já um grande exemplo que para sempre a há-de enobrecer.

Silva Porto, o velho pioneiro, imprime-lhe um cunho verdadeiramente português. Nele revelam-se tôdas as qualidades do nosso povo: aventureiro, êle lançou-se à descoberta dum vastíssimo *hinterland*; observador e zeloso de bem servir, êle informa as autoridades de tudo o que podia interessar à nossa expansão colonizadora; brioso, êle põe corajosa e belamente fim à vida para acabar com um desprestígio que, quem sabe, pensaria poder, a prolongar-se, afectar o interêsse nacional. A personalidade dêste grande português merece bem ser acarinhada pela tradição e descrita pelos portugueses, que fizeram do Bié a sua terra, a seus filhos para que se transmita de geração em geração e venha a encher de orgulho no futuro uma grande população de origem portuguesa.

De Silva Porto para cá a população indígena do Bié foi sendo submetida. A revolta do Bailundo ainda teve repercussão no Bié. Quibala, soba de Quissende, revoltou-se, destruiu e saqueou as casas de alguns europeus que tiveram de se refugiar em Belmonte, mas foi logo submetido e prêso pelo tenente Joaquim da Silva Gonçalves. Agora o Bié é uma região completamente pacificada.

*

A construção do caminho de ferro de Benguela, a abertura de estradas que cortam a região em tôdas as direcções, a depreciação completa da borracha abriram uma nova época na vida das populações europeia e indígena do Bié.

Antigamente o europeu dedicava-se exclusivamente à permuta com o indígena, sendo o principal artigo de permuta a borracha. Internava-se em geral sem família. A ausência de mulheres brancas era quasi absoluta e daí os cruzamentos com mulheres indígenas teúdas e manteúdas.

Não resisto à tentação de contar um caso bizarro que observei num inventário orfanológico: os filhos herdeiros, uns poucos, eram todos de côr, cada um de sua mãe, fariam diferença apenas de dias de idade e tinham todos sido registados civilmente pelo pai no mesmo dia!

Isto modificou-se e o Bié tem hoje uma apreciável população de mulheres e crianças brancas, o que em muito tem concorrido para modificar por completo as condições de vida, fixando o europeu na região e tornando-o agricultor.

Por sua vez os indígenas, que se empregavam principalmente como carregadores no serviço de transportes, tiveram que abandonar tal occupação, dedicando-se à agricultura por conta própria ou prestando serviços aos agricultores portugueses.

Assim se está desenvolvendo a agricultura que num futuro próximo será a principal riqueza numa vasta região de clima propício à adaptação dos europeus, onde abunda a água, que facilmente, sem grandes dispêndios, pode em larga escala ser aproveitada, como fôrça motriz e para irrigação de grandes tratos de terrenos, nas inúmeras cachoeiras que no seu percurso formam os rios e riachos que atravessam o Bié.

As condições naturais do Bié oferecem grandes possibilidades, a população indígena é das mais densas da colónia de Angola e é já relativamente apreciável o número de famílias portuguesas que de há umas três dezenas de anos para cá se lá veem progressivamente fixando.

É cheia de promessas aquela região.

Como tal é preciso olhá-la e tratá-la.

Passou já a injustiça que no litoral da colónia e na Metrópole se fazia aos portugueses que lá viviam, e para isso muito contribuiu a criação da comarca que, levando-lhes uma administração regular da justiça, trouxe para a luz da verdade a sua acção de colonizadores.

Dum vasto, longínquo e isolado hinterland as notícias que chegavam ao litoral vinham, como é natural, deturpadas.

Avolumavam-se e generalizavam-se.

Assim a existência de alguns criminosos europeus apresentava-os a todos como constituindo uma população de facínoras.

Não é pelo seu valor jurídico mas só por corroborar esta minha afirmação que envio e peço publique uma sentença que proferi naquela comarca.

Por aqui se pode avaliar.

*

No dia 8 de Julho de 1905 instaurou-se no extinto Julgado Instrutor do Bié êste processo, realizando naquele dia e no seguinte as diligências que decorreram até fls. 23.

Instalada em 3 de Dezembro de 1913 a comarca do Bié, foi o processo encontrado naquele estado, prosseguindo-se na organização do corpo de delito que levou à pronuncia sem fiança dos réus Cândido Camilo Ferreira, casado, de 42 anos, empregado do comércio, natural de Luanda, morador em Quetalala, região de Chibobo Bié, e Rodolfo Ferreira de Lima, casado, de 58 anos, advogado de provisão, natural de Santo Antão-Cabo Verde e morador na cidade de Moçambique.

Presos os réus, o Ministério Público, no seu libelo deduzido em harmonia com a pronúncia, acusa-os como co-autores do crime previsto pelo art. 434.º do Código Penal por, no primeiro semestre do ano de 1905 em Andaquera, região de Quis-sende-Bié, na casa do réu Camilo, terem subtraído ao queixoso, soba Nunda, 20 bois e 5 cargas de borracha no valor de 252\$00, sujeitando-o para êsse fim a cárcere privado acompanhado de ofensas corporais de que lhe resultou um dente partido e seis dias de impossibilidade de trabalho.

Os réus negam o crime na sua contestação escrita, articulando factos tendentes a mostrar a improcedência da acusação.

Procedeu-se pela forma constante das actas a audiência de discussão e julgamento.

O que tudo visto e examinado : passo a referir os factos que tenho como provados.

Por ocasião da conhecida revolta dos indígenas do Bailundo, os indígenas da região de Quissende-Bié também se revoltaram incendiando e roubando casas de comércio, entre elas a do réu Cândido, situada naquela região, sítio de Andaquera.

Os prejuízos sofridos pelo réu Cândido com tal incêndio e roubo foram de importância superior a 17.000\$00.

O sobado do queixoso Nunda, que abrange as terras do Gonde, é situado na região de Quissende e foi um dos que se revoltou.

Sufocada a revolta, o réu Cândido pensou em receber dos indígenas da região de Quissende uma indemnização pelos prejuízos sofridos, mas, para evitar que os indígenas mais tarde o acusassem de os roubar, dirigiu-se à autoridade administrativa em Belmonte pedindo a sua intervenção no assunto.

Como tivesse chegado a Belmonte um advogado de provisão — o réu Lima —, o réu Cândido e um outro indivíduo de nome Próspero José Teixeira, que também tinha sido vítima de roubo e incêndio, constituíram-no seu procurador para com a autoridade administrativa tratar da questão da indemnização.

O réu Lima encarregou-se disso. O que entre êste e o chefe do Concelho do Bié se passou sôbre o assunto não consta dos autos, mas entre os dois alguma coisa foi combinado porque o réu Lima seguiu para casa do réu Cândido, levando em sua companhia um agente da autoridade — o cabo europeu Rodrigues.

Ali o réu Lima desligou-se do Próspero por ter informado que a indemnização que êste pretendia receber era exagerada em relação aos prejuízos sofridos.

Em casa do réu Cândido, onde se encontrava o réu Lima procedeu-se à cobrança da indemnização aos indígenas da região, tendo o soba Nunda e a sua gente pago à sua parte 20 bois e 5 cargas de borracha.

O pagamento era feito a pouco e pouco pelos «seculos» do soba Nunda, estando êste presente em casa do réu Cândido, assistindo o cabo Rodrigues e um intérprete.

Quando começou a tal cobrança, uns «seculos» do soba Nunda vieram a Belmonte com o réu Cândido à presença da autoridade administrativa que ouvindo-os lhes disse que tinham de pagar a indemnização.

O réu Cândido só conseguiu cobrar uma diminuta parte do valor dos prejuízos que sofreu.

Todos êstes factos mostram que a recepção da indemnização foi autorizada e auxiliada pela autoridade e feita publicamente, não indo além, nem sequer se aproximando do valor dos prejuízos sofridos pelo réu Cândido.

Teria sido o soba Nunda sujeito a cárcere privado em casa do réu Cândido e por êste ofendido corporalmente?

As testemunhas indígenas «seculos» daquele soba afirmam-no dizendo que viram em casa do réu Cândido o soba Nunda vigiado por serviçais e ouviram dizer ao mesmo e a um indígena já falecido de nome Sacambunde que êste réu tinha dado um sôco na boca do soba partindo-lhe um dente.

Cumpre-me pois apreciar o valor dos depoimentos destas testemunhas.

Tal apreciação tem de ser feita, tendo por base dois elementos: — a disposição do art. 2514.º do Código Civil — e o confronto com outras provas dos autos.

Quanto à disposição do citado art. 2514.º:

As testemunhas indígenas fazem parte dos indígenas da região que incendiaram e roubaram a casa do réu Cândido, no seu espírito de indígenas revoltados deve permanecer após a sufocação da revolta o ressentimento contra o elemento civilizado estabelecido ao tempo nas suas terras.

Tais testemunhas, tendo concorrido com a sua parte para o pagamento da indemnização, podiam vir a lucrar com a condenação dos réus, pois, tendo esta como consequência a reparação do dano causado, havia a possibilidade de receberem do soba aquilo com que concorreram para o pagamento ao réu Cândido.

Como consta das actas de audiência, duas das referidas testemunhas — Catumbela e Capitango — com quem me informei acerca da morte de outras duas *testemunhas*, digo de outras duas das mesmas testemunhas, mentiram-me, afirmando-o, porquanto depois de se verificou que estavam vivas, e sob custódia vieram depor.

Testemunhas destas e depondo nestas condições não me asseguram a certeza de não errar, baseando uma condenação na prova por êles fornecida.

Acresce ainda quanto ao seu confronto com as outras provas dos autos que: a testemunha Alves Medeiros indo a casa do réu Camilo na ocasião da recepção da indemnização percorreu a casa e dependências e não encontrou nada de anormal, nem quaisquer indígenas se lhe queixaram de violências;

— a testemunha Mota Lemos que foi a casa do réu Cândido em companhia dum major do exército de nome Medina não notou que exercessem violências sobre os indígenas;

— no exâme directo feito tardiamente ao soba Nunda verificou-se a falta de cinco dentes mas não se encontraram vestígios de ofensas corporais nos lábios declarando o perito médico que não podia descobrir qual a causa que provocou a queda dos dentes;

— dos depoimentos das testemunhas Melgaço de Abreu e Alves de Medeiros, vê-se que dois dos signatários, que assinaram a participação que deu origem a êste processo, o fizeram por mal querer ao réu Lima, o que se evidencia nas declarações de fls. 17 duns indígenas que a pedido dum dêles se veio também queixar.

Todas as considerações me deixam na dúvida acerca das violências que se dizem exercidas sobre o soba Nunda.

É certo que por gosto se não pagam indemnizações.

Mas, voluntariamente, se pagam, sendo a vontade determinada umas vezes por princípios de honra, outras por receio da autoridade e ainda outras para evitar inimizades prejudiciais aos crédores.

Pagamentos feitos nestas condições não são subtrações por meios violentos.

Nestes termos a dúvida que se levanta no meu espírito acerca da veracidade do que depõem as testemunhas indígenas leva-me absolver os réus que mando em paz sem custas nem selos.

A Alemanha hitleriana e a paz da Europa

A Alemanha, que foi para a guerra, em 1914, com a certeza matemática de dominar a Europa para fecundá-la, talqualmente haviam feito ao mundo romano as hordas dos seus hirsutos antepassados, saiu da guerra em 1918, vencida, mutilada, colocada em posição de vassalagem financeira, económica e política para com o estrangeiro. Os governos democráticos, que se seguiram ao armistício, receberam a ignominiosa herança duma autocracia cujo chefe, após a derrota, se esgueirou para a Holanda em fuga desatinada, curvaram-se com a morte na alma perante a dura fatalidade, foram os executores forçados da política da derrota. A idea de democracia confundiu-se assim, injustamente, no espírito popular com a idea de humilhação. Com a in-consequência infantil que é uma das suas características raciais, a gente alemã aceitou, mais tarde, como boa a tese hitleriana que, atirando para cima das instituições vigentes com as culpas que cabiam às instituições passadas, visava a preparar o advento das instituições futuras. O hitlerismo é, pois, uma consequência da derrota germânica.

O hitlerismo, antes da sua ascensão ao poder, havia-se proposto sarar, com maior ou menor rapidez, as chagas que ainda se mantinham em aberto no corpo germânico : — as amputações territoriais sobretudo na zona oriental, o corredor de Dantzig, a provisória desintegração do Sarre, a perda do seu vasto domínio colonial e a desigualdade em matéria de armamentos. A-par-disso, aspirava a determinar a unificação política dos povos de raça germânica, primeiramente pela efectivação do «Anschluss» com a Áustria, depois pela integral absorção desta, o que emprestaria à Alemanha proporções nem sequer sonhadas pelo grande Bismarck. Tais eram as finalidades mais importantes da política externa do hitlerismo. As da sua política in-

terna consistiam, essencialmente, no extermínio do judaísmo abominado pela sua preponderância intelectual e económica, no depuramento gradual e progressivo do aborígene alemão, no maior estreitamento dos laços políticos entre as diversas partes do todo imperial e no ordenamento da economia segundo directrizes novas, que provocassem a rápida desapareição dos 5 ou 6 milhões de desempregados e o retôrno a uma nova fase de prosperidade e de progresso.

Nesta última parte do programa hitleriano existiam objectivos de fácil realização, desde que os governantes se desprendessem dos escrúpulos morais a que ainda persistem aferradas certas almas simplórias e fora de moda. Assim é que aos nazis se tornou possível operar a extirpação do quisto judaico com brutal simplicidade, embora com o grave inconveniente de reacções económicas por banda de norte-americanos e ingleses. A atenuação dos particularismos regionalistas também lhes não custou esforços de esfaltar. A absorção de elevada percentagem dos «sem trabalho» fizeram-na à custa da redução dos salários de modo que o poder global de compra das massas trabalhadoras não subiu, atenuando-se apenas os desnivelamentos de vida dentro delas. A-pesar-dêste sucesso fictício, a política financeira e económica do hitlerismo redundou em autêntico fracasso. As reservas-ouro do banco emissor tanto se adelgaçaram que são hoje praticamente inexistentes. O pagamento dos compromissos externos foi suspenso. O comércio com o estrangeiro baixou assustadoramente. Não obstante a excitação artificial provocada por uma desesperada política de fomento, a actividade geral decresceu. Impossibilitada de importar matérias primas, em quantidade suficiente, por carência de meios de pagamento, a Alemanha recorreu à sua assombrosa técnica para que lhes encontrasse sucedâneos artificiais, tendo já sido recolhidos resultados que permitem as mais largas esperanças para o futuro, mas que, de momento, não são animadores por virtude do exagêro dos custos de fabrico.

É, porém, nos domínios da política externa que o hitlerismo se tem mostrado *até agora* mais ineficaz. Prudentemente condicionamos a idea do insucesso com a restrição implícita na frase «até agora» por isso que, numa ação governativa que pretende escapar pela continuidade às contingências do dia a dia, nunca se sabe se actos e atitudes aparentemente infelizes não serão a preparação duma manobra de larga envergadura, comportando a quási certeza dum êxito a prazo. Segundo uma imagem clássica, a diplomacia tem suas semelhanças com o xadrez em que são freqüentes os sacrificios dum cavalo garboso, dum bispo rotundo, duma torre altaneira ou da rainha magestosa para se obter, quási matematicamente, ao fim de certo número de jogadas, o almejado cheque-mate ao rei.

O hitlerismo parece ter abandonado, com estranha facilidade, tôdas as suas reivindicações territoriais tanto na Europa como na África, sem que isso tenha levantado o mais simples esbôço de protesto nas massas populares, que, no período heróico da propaganda, se contorciam em espasmos patrióticos perante o enunciado dum programa assentando essencialmente sôbre essas reivindicações. Mas há mais. Estando a Alemanha separada da Polónia precisamente por motivo de algumas injustas amputações daquela em proveito desta, o hitlerismo, não obstante essa circunstância, procura aproximar-se da sua visinha do Este, como se, de repente, o orgulho germã-

nico se tivesse tornado insensível aos diferendos que ainda ontem o faziam estremecer de indignação a que, sem dúvida, não faltava legitimidade. A darmos crédito às actuais arengas de Hitler — para uso de potências desprevenidas — as ambições externas do nazismo ter-se-iam circunscrito à reincorporação da zona do Sarre e à igualdade com as outras nações em matéria de armamentos. Há quem, em face disto, suponha que, mais uma vez, a montanha, depois de cruciantes dôres de parto, se limitará a expelir dos seus potentes flancos um misérrimo ratinho. Será assim?

Começaremos por observar a tal respeito que dos objectivos da política externa germânica só talvez os que acabam de ser apontados sejam susceptíveis de efectivação sem necessidade de nova guerra. Durante muito tempo o nazismo pensou em facilitar por forma indirecta a solução do problema do «Anschluss» com a Áustria, provocando para isso uma mutação na política interna dêste país. Na Áustria existe, inegavelmente, uma forte corrente pangermanista, que, por espírito de imitação, aderiu com entusiasmo à mística hitleriana. Auxiliá-la nas suas tentativas de ascensão ao poder, dando-lhe a Baviera como base de operações e fornecendo-lhe os meios materiais necessários para a luta — tal foi a atitude seguida sem rebuços pelos novos senhores do «Reich». A acção revolucionária do hitlerismo austríaco teve como mais recente manifestação o «putsch» de que resultou o bárbaro assassinato de Dolfuss. Foi assaz significativo o espectáculo a que então assistiu a Europa. Mussolini, inveterado defensor da política germânica na parte referente à revisão dos tratados, às reivindicações coloniais e à igualdade de direitos, mas não menos decidido partidário da independência da Áustria, porque a considera uma necessidade vital da sua pátria, concentrou imediatamente quatro divisões na fronteira daquele país. «Res non verba» — proclamou com sua costumada arrogância o ditador romano. Se a Alemanha não tivesse feito, como Pilatos, o gesto de lavar as mãos no tocante à morte de Dolfuss, se se tivesse decidido, em suma, a apoiar os revoltosos, teria sido a guerra, como em 1914, após o atentado de Serajevo. Ora a Alemanha não se sente ainda preparada para a guerra. Ganas, não lhe faltam, mas falta-lhe muita outra coisa.

E, contudo, ela vem realizando desde há muito — ao princípio com grande sigilo, depois com menores cautelas — uma obra de rearmamento, mau grado as insistentes choradeiras com que tenta apresentar-se ao mundo na postura de vítima inerme e imbele de inimigos poderosamente armados. Observe-se, porém, que a integral montagem e o perfeito adestramento duma máquina de guerra à altura das circunstâncias exigem um conjunto de actos ostensivos que fatalmente poriam de sobreaviso o mundo civilizado. E isso, caso se fizesse em contravenção autenticada do Tratado de Versailles, denotaria, por parte da Alemanha, o firme propósito de deflagrar a guerra a curto prazo, o que levaria os países mais directamente ameaçados a tomar-lhe a dianteira quando verificassem que os seus preparativos bélicos iam suficientemente avançados para se tornarem perigosos. Ora a Alemanha, a ser atacada nestas condições, pode sugerir-se a riscos tão graves como o do desmembramento, carecendo assim de ter a iniciativa do novo conflito. A igualdade dos direitos em matéria de armamentos é, pois, de facto, o objectivo fundamental da sua política internacional, porque sôbre êle repousa a possibilidade da consecução das suas restantes finalidades.

À luz dêste critério compreende-se, por conseguinte, que Hitler se improvise em campeão da paz europeia, exigindo, porém, em troca, para a sua pátria adoptiva, direitos idênticos em matéria de armamentos aos das outras nações — o que, no seu dizer, constitui para ela simultaneamente uma condição de segurança e um imperativo de dignidade. E compreende-se ainda que o povo germânico, por instinto ou inteligência, finja, como o seu «Führer», esquecer outras reclamações bem mais altas, mas dependentes, em absoluto, daquela. Trata-se de maquiavelismos transparentes a que se não aplica correntemente o qualificativo de desonestos, porque está entendido, tácitamente, que em diplomacia a desonestidade é a regra dos povos fortes e a sinceridade é a virtude dos povos idiotizados.

O que é, porém, bem mais estranho é que os outros povos se deixem medusar por vezes pelas afirmações de Hitler, não obstante a sua evidente má-fé. Recordemo-nos, por exemplo, de que, depois da horripilante chacina de Roehm e dos seus pretensos cúmplices, Hesse, em palestra preparatória do discurso que o «Führer» deveria fazer no Parlamento, realizou uma finta no sentido do estabelecimento de relações de cordialidade política com a França. Esperava-se que o mote fôsse glosado, com largueza, por Hitler na sessão do «Reichstag», do que êle se absteve prudentemente. Pois esta inibição oratória provocou em França as mais vivas decepções como se o povo da Europa mais compreensivo e equilibrado espiritualmente pudesse dar crédito a palavras, que, se fôsem pronunciadas, teriam de ser a máscara de um pensamento oculto e tenebroso.

Há quem sorria do isolamento relativo em que a pretensa «maladresse» das manobras internacionais do hitlerismo tem colocado a Alemanha. ¿ Será absolutamente justificada esta acusação dirigida aos governantes do III «Reich»? Reparemos em que o capitalismo germânico tem interêsses directos radicalmente opostos aos das nações europeias mais populosas ou mais ricas. Apenas a Inglaterra e a Itália pareciam constituir excepção à regra geral — a primeira por virtude do seu conceito do equilíbrio continental da Europa, a segunda por motivo da sua ciuemeira pela França. A revelação clara das ambições alemãs e os métodos preconizados pelo nazismo para a sua realização alienaram-lhe as boas graças britânicas, o problema austriaco arrefeceu as simpatias italianas. Mas isto, se pode imputar-se em pequena escala à falta de habilidade da «clique» hitleriana, é acima de tudo — repetimos — a resultante da natureza muito especial dos problemas externos do seu país.

Para, na medida do possível, obviar a êste inconveniente, a política nazista está tentando, como dissemos, dissociar a Polónia do bloco dos inimigos da Alemanha, aproveitando para tanto o arrefecimento provocado entre aquela e a França pela adesão gaulesa ao *pacto dos quatro* e agravado pelo agudo russofilismo do falecido Barthou. A Alemanha, armada em serpente paradisíaca, faz vislumbrar à Polónia a hipótese da incorporação nos seus territorios da Ucrânia Russa e da Lituânia, — objectivo que deve seduzir necessariamente o militarismo pilsudsquiano, que se instalou, há já tanto tempo, nas margens do Vístula. Duvidamos, contudo, de que o hitlerismo leve a bom termo esta operação diplomática de larga envergadura. As realidades acabam sempre por se sobrepor aos sonhos, e a realidade é que os interêsses essenciais da Alemanha

e da Polónia são antagónicos, sendo difícil de estabelecer a sua concordância à custa da pele da Rússia e da Lituânia, quando é certo que a primeira tem a pele muito coriácea. Em nosso entender, Hitler apenas pretende «finassieren» com o hirsuto Pilsudski, causando, ao mesmo tempo, certas dores de cabeça à odiada França, porquanto nem um nem outro podem esquecer o problema silesiano e o «corredor de Dantzig» — artifício arquitectado pelos criadores do nova Polónia para lhe darem uma saída para o mar. Por outro lado, qualquer manobra tendente a afastar a Yugoslávia da França, com o fundamento no despeito daquela pelo estreitamento de relações da segunda com a Itália, esbarra forçosamente com a irredutibilidade das posições húngara e yugoslava e sobretudo com as aspirações exageradas do pan-servismo. As fantasias jornalísticas tecidas sobre este tema não tem outro valor senão o de entreter a imaginação doentia dos povos. Nem sequer o assassinato do rei Alexandre teve o condão de alterar a posição do problema.

Na actualidade, a Alemanha hitleriana conta com a boa vontade da Hungria, porquanto, a-pesar-das naturais repugnâncias do seu feudalismo agrário pelas teorias socializantes do nazismo, o seu orgulho ferido pelas violentas espoliações perpetradas através dos tratados da paz a tudo sobreleva. Conta ainda com as simpatias da Bulgária e de parte da população da Áustria, devendo, porém, observar-se que a Hungria, a Bulgária e a Áustria são aliadas da Itália e que as posições internacionais desta e da Alemanha não são hoje coincidentes. É, com franqueza, um bem modesto activo em face de um grande passivo de antipatias declaradas ou de repugnâncias mal escondidas. Mas o principal trunfo da diplomacia germânica consiste na enorme massa populacional da própria Alemanha, no seu dinamismo sem par e na sua notabilíssima capacidade de domínio das ciências e da técnica. Os homens de Estado e os pensadores dos outros países perguntam, com um arrepio de pavor, se será possível deter a ânsia insofrida de expansão de um povo com estas características, quando é certo que, ainda por cima, êle não impõe à sua acção limitações morais, erigindo a fôrça em suprema «ratio» nas grandes competições da vida. Haveria, porventura, um remédio — o desfazer da obra genial de Bismarck, isto é, o desmembramento político da Alemanha a que já fizemos, de passagem, uma alusão. Isso constituiria, porém, uma injustiça da mesma natureza daquelas a que a Alemanha aspira a cometer. † Não será, contudo, fatal que a justiça gere outras injustiças da mesma intensidade, embora de sentido contrário?

Para se estudar convenientemente a evolução da doença europeia é forçoso desprezar as indicações parasitas fornecidas por certos incidentes superficiais que nos poderiam induzir em suposições erradas, e atender apenas às mútuas acções e reacções dos factores que realmente a determinam. † De que nos servem, por exemplo, as afirmações públicas da diplomacia, quando as circunstâncias nos demonstrem, sem embargos, a sua falta de correspondência com a realidade? Essas afirmações podem ser propositadamente falsas — é o caso do pacifismo de Hitler e dos seus acólitos — ou podem representar, por parte de quem as profere, um esforço íntimo para não ver a verdade que lhe repugna — é o caso do pacifismo de tantos homens públicos franceses das esquerdas. Nos exemplos citados a máscara da paz cobre perspectivas de

guerra. Mas, por vezes, dá-se o inverso, e então é uma linguagem mavórtica que esconde um desejo de paz — é o caso de certas fanfarronadas guerreiras de Mussolini. De resto, é de notar que, no actual momento, os homens, em vez de comandarem os acontecimentos, vão, por via de regra, a reboque dêles, ainda quando nos pareça o contrário. ¿ Pois não se sustenta já por aí que em Julho de 1914 quási ninguém queria a guerra e todos trabalharam para que ela se tornasse fatal ?

Veio todo êste arrasoado a propósito de demonstrar que a mudança da linguagem do Hitler do govêrno em relação ao Hitler da opposição não significa abandono das finalidades nacionais que êste indicava aos dolicocefalos germânicos como dignas do seu aplauso e da sua colaboração. Dentro da política democrática verifica-se com dolorosa freqüência que «um jacobino feito ministro nem sempre é um ministro jacobino», consoante Mirabeau afirmava para viabilizar a sua candidatura a um pôsto governamental. Dentro da política autocrática, nesta época em que o dirigente do Estado não é ungido no berço como tal, mas é o filho das suas próprias obras, êsse dirigente carece de exceder-se constantemente a si mesmo, e por isso os reaccionários ou os jacobinos feitos chefes são sempre chefes mais reaccionários ou mais jacobinos do que antes da sua investidura.

O Hitler actual é filho de si mesmo. É o prisioneiro do seu sonho, teve de afeiçoar-se inteiramente a êle, depois de ter vasado nesse molde a alma germânica. Persegue-o através das circunstâncias, utilizando-se indiferentemente, para o servir, da verdade e da mentira. Tem de tentar realizá-lo pelo ferro e pelo fogo. E, se a sorte das armas lhe fôr adversa, morrerá com a Alemanha, se é que com ambos não virá a morrer a civilização burguesa.

Hitler não é um homem, é um odre de Eolo desatado por um deus malicioso e cruel, é uma fôrça cega da natureza como o terremoto, que arraza cidades, ou o vulcão, que as sepulta sob lavas e sob cinzas.

FRANCISCO MORENO.



Noticiário Internacional

A SOCIAL-DEMOCRACIA NA SUÉCIA

As últimas eleições realizadas na Suécia, em regime de inteira e absoluta liberdade, trouxeram à social-democracia um assinalado triunfo que na opinião de Albin Hansson, presidente do conselho, ultrapassou as mais optimistas expectativas.

Num combate renhido, entusiástico, embora comedido pela educação cívica dos nórdicos, a luta eleitoral na Suécia assumiu foros de acontecimento internacional, dada a influência económica e política desempenhada pelos povos do Norte, outrora somente embriagados pelas cavalgadas bárbaras da conquista sangüinária.

Embora de carácter local, circunscrito aos Condados, o acto eleitoral e o seu resultado vão decisivamente influir nos destinos da nação sueca.

Entregue desde 1932 à superior direcção do partido social-democrata, a Suécia, então abalada por uma crise enorme, ressurgiu, em pouco tempo, ocupando no concêrto da economia europeia um lugar de superior e merecido relêvo.

Integrado na doutrina democrata, segundo a qual a existência duma Nação como agregado social e civilizado implica um permanente contacto entre governantes e governados, numa comunhão de entendimentos que convençam os segundos e esclareçam os primeiros, o govêrno de Albin Hansson considerou, públicamente, o acto eleitoral como um sério *referendum* popular à sua acção governativa.

Escolhidos os membros do Conselho de Condados, serão êstes os eleitores dos membros da Câmara Alta do Parlamento sueco. Pela sua imediata repercussão se pode avaliar da importância dessa estrondosa vitória da social-democracia.

Andaram bem Albin Hansson e o seu govêrno nesta consulta ao seu país. Pelo resultado obtido em que êste alcançou 503 logares, uma autêntica moção de confiança popularmente votada, pode o govêrno da presidência de Hausson prosseguir corajosamente na sua admirável obra de reconstrução económica, levando a Suécia a manter, com merecimento, o seu pôsto de nação livre e civilizada.

O GOVÉRNO FLANDIN EM FRANÇA

Pobres reaccionários que mais uma vez se iludiram!

A entrada dos novos bárbaros em Paris com um generaleco qualquer era espectáculo, na verdade, digno da curiosidade cosmopolita da *Ville Lumière*.

Eis senão quando...

A França foi sempre assim.

Nas horas mais difíceis da sua vida de nação guiadora da civilização, foco abrasador donde irradiaram as ideas generosas da reabilitação humana, a França, inesperadamente, agiganta-se ante a expectativa mórbida das multidões, levanamente crentes numa derrocada, esquecidas das barreiras intransponíveis que o civismo e o conceito magnânimo da Liberdade levantaram para sempre em volta da martirizada terra francesa.

Pátria de são princípios de humanidade, permanente inspiradora dos mais rasgados ideais da sã Democracia, ou empunhando as armas, com bravura, para conter em respeito as hordas desvairadas, ou levantando a voz em prol da dignidade dos humildes, a França, país aberto e acolhedor para as mais estranhas amarguras do exílio, continua a desempenhar neste combalido século de apressado declínio, o papel de fiel duma avariada balança que umas vezes parece pender para o lado da fôrça mas que ela, com prudência e serenidade, faz retornar à posição humanitária do equilíbrio.

Mais uma vez a França soube ressurgir das suas próprias cinzas.

Quando Doumergue, desiludido pela sua inexplicável tentativa de reorganização mais ou menos fascista do estado francês, retornava à placidez bonacheirona da sua casinha do Midi, logo os inimigos da Democracia viram nessa circunstância o anúncio certo da morte ansiosamente esperada.

A formação do govêrno da presidência de Pierre-Etienne Flandin, vigorosa compleição intelectual, classificado pelos franceses como o homem da conciliação e da união dos radicais-socialistas com os republicanos do centro, veio confirmar o nosso ponto de vista já conhecido nas colunas desta revista : a da gestação admirável a que se entrega a Democracia nos momentos de quietude, criando novos sêres, arrancados à gleba, para a servirem e para a prestigiarem.

Pierre-Etienne Flandin é um produto admirável dessa gestação de valores, guindades às culminâncias do poder pelo impulso da sua inteligência e do seu patriotismo.

No novo govêrno de Flandin entram representantes dos partidos radical-socialista, esquerda democrática, centro republicano, etc., etc..

É um govêrno heterogêneo sob o ponto de vista partidário, mas duma magnífica homogeneidade no sentido de dotar a França duma forte aparelhagem política e económica.

Assim o desejou Flandin nestas suas significativas palavras, no momento em que leu a declaração ministerial :

«A França quer paz. Saberemos mantê-la externa e internamente. Queremos

ser fortes, fazer face aos que pretendam porventura perturbar a paz externa ou interna. Desenvolveremos as nossas alianças e amizades, fortaleceremos a Defesa Nacional e, no campo internacional, procuraremos, pela S. D. N., a Justiça que continua a ser, para os combatentes tão experimentados pela adversidade, a compensação dos sacrifícios feitos. Defenderemos a República contra tôda a empresa revolucionária ou de ditadura, e consegui-lo-emos, garantindo a todos os cidadãos justiça independente, completa, inexorável e integral, dentro do âmbito estrito da lei».

A VITÓRIA TRABALHISTA NA INGLATERRA

No número 2 da *Vida Contemporânea*, ao referirmo-nos à vitória dos trabalhistas nas eleições parciais para a Câmara dos Comuns, escrevíamos as seguintes palavras, que, na hora presente da política britânica, voltam a possuir notória actualidade :

«A Inglaterra tem, na realidade, o seu orçamento equilibrado e livremente discutido.

«Estaria, naturalmente, indicado que a paz política reinasse em todos os sectores da vida inglesa.

«Mas, pelo contrário, quando mais perfeita parecia a vitória do conservantismo inglês, as eleições municipais e algumas parlamentares eram ganhas, na sua maioria, pelos candidatos trabalhistas. Liberais e comunistas alcançavam, também, notáveis progressos.

«À inferior compleição psicológica de certa gente parecerá o facto um tremendo antagonismo.

«A nós não nos surpreende essa insatisfação.»

Neste momento decisivo da política inglesa estas despretenciosas considerações voltam a ter razão de ser, já que, de novo, o partido trabalhista acaba de triunfar nas eleições para um têtço dos concelhos municipais nas trezentas cidades da Inglaterra e do País de Gales e para os concelhos de vinte e oito bairros de Londres.

Vejamos, a traços largos, o que representa, praticamente, o triunfo trabalhista.

Em primeiro lugar uma reacção forte e vigorosa contra o govêno conservador de concentração nacional que, com Chamberlain nas finanças, quere à viva fôrça satisfazer as ambições dum povo que dá mostras duma *insatisfação* própria do carácter evolutivo que deseja imprimir à política da sua terra.

Em segundo lugar a extraordinária influência que os burgos desempenham na orgânica administrativa da Inglaterra engrandece o prestígio da votação, indicadora, assim, do desejo firme do povo inglês em enveredar a sua vida social num sentido francamente esquerdistas.

É a êsses burgos, onde os trabalhistas possuem, agora, uma poderosa maioria, que compete a organização completa dos serviços públicos, a superintendência das grandes obras públicas e a administração dos fundos destinados aos sem-trabalho. Nestas circunstâncias a repercussão socialista nesses departamentos da governação

pública será de molde a mostrar ao gabinete Mac-Donald o único caminho a seguir.

Resta-nos saber qual a interpretação que o govêrno nacional dará ao resultado aterrador do escrutínio.

Admite-se já a possibilidade duma rápida dissolução da Câmara dos Comuns e a abertura dum período de franca propaganda eleitoral.

Sejam quais forem os reflexos que o facto trazer para a política inglesa e indirectamente para a conservação da política europeia de paz, o que, agradavelmente, assinalamos é esse não conformismo dum povo, por natureza psicológica nada propenso a desvarios políticos, que quere avançar na senda do Progresso e coadjuvar as restantes Democracias na luta ingente pela supremacia do Direito e da Justiça.

O TRIUNFO ROOSEVELTIANO

Segundo as estatísticas chegadas até nós a configuração actual da Câmara dos representantes nos Estados Unidos é a seguinte após as recentes eleições :

Democratas.....	298
Republicanos.....	92
Progressistas	7
Agrários	2
Independentes	36
	<hr/>
	435

O Senado, por seu turno, apresenta-nos o seguinte :

Democratas.....	70
Republicanos.....	24
Agrários	1
Progressistas	1
	<hr/>
	96

A eloquência dêstes números é duma flagrância incontestável.

Após o advento de Roosevelt ao poder, rodeado pela expectativa dum povo esmagado por uma crise sem igualha na sua história, o resultado destas eleições, da mesma forma como aconteceu na Grã-Bretanha, vem demonstrar que *algo de nuevo* percorre a sensibilidade política dos Yankees.

Não há outra conclusão a tirar do facto senão esta : a tentativa de economia dirigida — *dirigida* note-se bem e não *orientada* que é coisa muito diferente e prejudicial — levada a cabo pelo presidente Roosevelt encontra nas massas trabalhadoras dos Estados um acolhimento triunfante.

O *New Deal* convenceu, ao que parece, as insatisfeitas massas norte-americanas. Na imprensa europeia o resultado das eleições despertou uma grande curiosidade. Tanto os jornais franceses, como os ingleses e os alemães, não se cansam de

elogiar a conduta de Roosevelt que no dizer inflamado do *News Chronicle* é o *homem mais poderoso do mundo*.

Não restam dúvidas de que a vitória de Roosevelt traz a êste tremendas responsabilidades para a sua futura actuação política.

De vários lados já lhe começam a chegar incentivos, animando-o a prosseguir na sua política de nivelamento económico num país impregnado de *virus* capitalista, que até agora tem manietado tôdas as manifestações socialistas das novas gerações que têm em Upton Sinclair, eminente escritor da vanguarda, o seu expoente de maior grandeza.

Está Roosevelt perante dois caminhos.

Um dêles leva-o por certo ao descrédito e à hecatombe da sua prestigiosa figura de estadista moderno — a passividade ou a moderação para com a hidra plutocrática da Wall Street.

O outro — o duma enérgica socialização de certos meios da produção pela intervenção estadual nas grandes emprêsas — pode guindar Roosevelt ao primeiro plano da galeria dos políticos que nesta conturbada hora contemporânea, se lançam na luta pela felicidade do povo martirizado e escravo.

Com que ansiedade esperamos o desenrolar desta nova fase da política dos Estados Unidos da América do Norte !



**Êste número foi visado
pela Comissão de Censura**

PARIS EM 1934

Exposição das obras de Daumier, nas Tulherias e na Biblioteca Nacional

Ninguém ou quasi ninguém nas salas, como agora sucede em tôdas as exposições, em Paris como em tôda a parte. O público aglomera-se nos cinemas, nas salas de sport, delira com o box, com a bicicleta e com o foot-ball, corre babado atrás dos azes do murro, da perna e do pé, devora os jornais sportivos, discute apaixonadamente um combate de ring, mas por coisas de arte não se interessa. Nem o culto nem o inculto. As lindas mulheres só pensam em boxeurs, e a aristocracia dá-se rendez-vous em volta dos rings. Nos relatos jornalísticos é da praxe o cliché : «Na assistência viam-se as mais lindas mulheres de Paris, M.^{elle} X, da Opera Cómica, M.^{elle} Y, do Vaudeville ; a Condessa de X, a Marquesa de Z, e a duquesa de Y... É uma febre mórbida de sexualismo feroz, de sadismo platónico, requintado e bárbaro. As moças parisienses, da aristocracia velha rocha ou da aristocracia financeira, do teatro ou do cinema, deliram, prostituem-se em imaginação perante o embate feroz dum combate de box ; devoram com requintes de gourmet as plásticas musculosas, os torsos espadaúdos, e os bicípedes salientes dos brutamontes que se esmurram ; e, num delírio, vêem-se possuídas, a cintura quebrada num amplexo de besta-fera, os ossos rangendo, partindo-se, desfeitos, esfarrapados, sangrentos, mortos . . .

E há velhos que deliram também : o dono dum Palace qualquer apareceu morto, no seu escritório, enrolado num tapete. Na boca tinha os órgãos sexuais do seu amante, filho do famoso Malvy, que lá foi para o hospital, amputado . . .

Paris alui na derrocada das civilizações que requintam, que se tornam cépticas : é o cansaço, o esgotamento, a dissolução.

A grande e a pequena cabotinagem impera : — o escroc, o gangster, o degenerado, o cínico, o homo-sexual ; desagrega-se moralmente um mundo cansado de tudo.

«*Cela rapporte ?*» se não, nenhum interêsse tem : e a arte, a literatura, a política, tôda a vida, é uma coisa «*qui rapporte*» ou «*qui ne rapporte pas*». Nenhum

ideal, nenhuma paixão ; o gôsto público baixa, a cultura dilui-se, tudo se artificializa, se torna clinquant ; falsificações, tudo Bera.

Neste lodaçal Daumier renasceu. Tôda a sua obra é uma análise profunda das misérias, dos vícios, e das taras da cabotinagem civilizada : sobretudo dos vícios secretos, das ninharias e das pequenas misérias da burguesia. As suas páginas sôbre os advogados, sôbre os pequenos legistas, sôbre a gente dos tribunais, da política e da banca são documentos definitivos a propósito de tôda uma sociedade. Misérias físicas e morais, tics, vaidades, ambições, torpezas e degradações secretas, tudo vem à superfície nas suas máscaras, nos seus gestos, e nos seus corpos.

Sobretudo o pântano burguês que se esconde sôb a hipocrisia das conveniências, das aparências, da vida regrada ; e as legendas, muitas vezes, são quasi supérfluas, tal é a cena visível através das expressões, dos gestos e das atitudes. Daumier passa do dramático pungente ao cómico e à satira da miséria moral, com uma facilidade desconcertante ; nenhum dos aspectos do pântano social lhe escapa, nenhum dos miasmas do charco da vida lhe é desconhecido. A psicologia burguesa, com a sua honestidade de fachada, o seu culto das aparências, com a sua sala de visitas moral e a sua imundície oculta, com a sua visão curta e ferozmente egoista, os seus comodismos, a sua intolerância, pântano bem vestido de aparências, encontra em Daumier o anotador impecável e profundo.

Um dia, porém, Daumier deixou em paz os burgueses e, num salto brusco, cobriu de ridículo a antiguidade clássica, com grande escândalo dos *academiçantes*. Fatigado do lugar comum académico, da imbecil adoração do clássico, irritado pela idealização tola da vida antiga e pela teatralidade heróica e pomposa do classicismo, que não é já possível adaptar à nevrose do mundo moderno, Daumier, tendo compreendido que a antiga grandeza heróica e solene, com os seus guerreiros, as suas tiradas, o seu passado empolado, nos aparece hoje sofrivelmente *bête* e *niaise*, foi-se aos Achilles, às Penelopes, aos Ulisses, aos Narcisos, despiu-os da idealização clássica, reduzindo-os a tristes vermes humanos, moles e deploráveis, fisiológicos, suados, e pô-los em cena, fazendo do contraste a base da sua charge. No fundo é um ataque dirigido ao academismo de escola, pedante e olímpico, que pontifica sôbre arte, e monopoliza o ideal, tendo sempre na tela, na bôca e na pena o estribilho já tedioso do *estilo nobre*, a *composição bem ordenada*, o *ideal alevantado*, a *elevação da idea*, a *ordenação sapiente*, etc.

Tudo estava já cansado da insuportável pintura histórica, arqueológica, filosófica, da prole fecunda dos Poussins, dos Davids e dos Ingres, e das suas insípidas produções ; havia já a fadiga irritada das *Infâncias de Jupiter*, dos *Raptos de Proserpina*, dos *Raptos de Sabinas*, das *Mortes de Germânicos*, dos *Trabalhos de Hércules*, dos *Tempos arrebatando Verdades*, dos *Orfeu e Euridice*, dos *Pastores da Arcádia*, dos *Echo e Narciso*, etc., etc.. E o academismo saiu mal ferido das mãos de Daumier ; os *Echos e Narcisos* viram-se reduzidos a tais plásticas, a tais posturas, careteando e gesticulando de tal maneira, que a claque do Ideal e do Estilo Nobre, amuada, resmungou.

Há na obra de Daumier uma generalização de vistas, uma profundidade de aná-

lise que o transporta facilmente a todos os tempos. As suas páginas sôbre as piscinas e banhos públicos têm fácil adaptação aos tempos de hoje e à monomania do nu integral. A miséria plástica do homem, despida dos andrajos que a encobrem, transforma-se num espectáculo de tal lástima, num tal remexer de coisas lamentosas, moles, ossudas e suadas, com tais estigmas de decadência, que se não pode percorrer sem dó e sem revolta as páginas duma revista nudista, ou contemplar, no teatro, o corpo das bailarinas despidas. O nu integral, para ser viável, tem de reunir sempre as condições *integrais* que fazem dêle um nu artístico, o que é impossível, como já mostrei.¹

A obra litográfica de Daumier é de sobejo conhecida; o que foi porém uma surpresa para muitos, e para outros a confirmação dum juízo já feito, foi a exposição, feita agora nas Tulherias, da sua obra como pintor.

A sua pintura, dizem, deriva em parte dos holandeses e de Chardin, o que é admissível; mas a meu ver ela tem sôbretudo afinidades com a de Millet e Delacroix. De Millet aproxima-o a visão sintética e esquemática do desenho, o tratamento pastoso e martelado da pintura, a simplificação de detalhes subordinados à síntese de efeito, o sistema de projectar as figuras em silhuetas sombrias sôbre um fundo claro que lhe faz auréola apoteótica; de Delacroix o sentimento dramático do claro-escuro, da mímica e do gesto, e a surdina musicalmente potente do colorido. Millet porém é um místico melancólico, patético e lírico; Daumier é um observador da comédia humana, da miséria e do pântano social. O seu horizonte é curto; é o horizonte de Paris; os seus personagens são actores, saltimbancos, comadres e burgueses; os seus fundos são muros onde se chapa a luz, ou ribaltas, ou fachadas de casas e de edifícios. Ou então penumbras de interiores, com luz de adegas, onde os amadores de estampas, de quadros e bibelots, remexem com volúpia neste ambiente que lhes é caro. Interiores de bric-à-brac, paredes cobertas de estampas, de quadros, móveis sustentando estatuetas, tudo mergulhado numa obscuridade profunda e difusa, ou iluminado pela luminosidade cinzenta e esfumada dum atelier, pela luz espectral dum anfiteatro. Nas cenas de tribunal, a luz fria cai, cinzenta, sôbre os crânios dos assistentes, em filas nas bancadas, ou sôbre o acusado, ou ainda sôbre o acusador; por vezes, a penumbra gelada e profunda joga com o calor de cave da parte iluminada: e as cabeças são modeladas nesta luz, com indecisões das sombras e cruezas fosfóreas, em vigorosas esculturas de crânios, de faces, de corpos, numa intensidade de vida interior e de expressão exterior que junta a precisão à sobriedade e ao vigor.

Luzes frias, de caverna, em corredores, em salas de audiência, em cantos tristes e funéreos onde se passam dramas humildes, de miseráveis que aluem, abandonados, sob o pêso do destino, ou olham embrutecidos, cínicos, revoltados; enquanto as figuras dos homens de leis, com as suas togas negras, se disputam ou brigam, roídos de brigas, de ínfimas vanglórias, de torpe cinismo ou de pantanosas torpezas.

¹ *Um estio em Berlim.*

Nas ruas e nas praças, perante a multidão basbaque, os saltimbancos esfalfam-se, crispados em gestos espasmódicos, famélicos e desvairados; aqui Daumier enternece-se, sem pieguices, numa simpatia complacente perante a humanidade em trapos pedindo pão, em esgares e momices; ou então, à luz ácida da ribalta, as máscaras dos actores contraem-se em ríctus profissional, iluminadas por de baixo.

Daumier, como Millet, executa de memória; não é porém um chiquer: o seu trabalho é precedido duma longa assimilação da forma, de numerosos estudos e croquis feitos do natural, dum longo trabalho de captação da forma, da luz e da vida, que depois é depurado, sintetizado, até encontrar a forma de expressão mais rápida e mais breve, mais sugestiva e em harmonia com o temperamento do artista. Simplifica as pregas, as roupagens, que reduz ao essencial, fazendo cingir sob os drapajados a forte construção dos corpos em movimento; como em Millet, os panos cobrindo os corpos dir-se-iam farrapos molhados que cobrem e desnudam uma estátua: modelam a estrutura largamente, por grandes superfícies.

As subtilezas quasi imperceptíveis duma linha exacta são suprimidas; substitui-as um traço sintético, esquemático, que marca e acentua o principal; por vezes mesmo um rosto, uma expressão é marcada como por linhas orográficas, sem sombras nem modelação, como um desenho a traço. Os fanáticos do desenho consideram sem dúvida tal processo, como embrionário, um simples esbôço, um esquema, uma garatuja. No entanto um desenho simplificado propositada ou instintivamente, que se integra numa síntese de efeito fazendo-a valer, não é um esbôço mas uma conclusão; pode discutir-se a conclusão, mas não se pode chamar embrionário, deficiente ou impotente a um tal desenho. Parece ainda não se ter compreendido que não há desenhos correctos ou exactos mas desenhos que, como os outros elementos plásticos, concorrem ou não concorrem para a síntese de efeito; e assim, o desenho de Rafael é uma coisa, o de Buonarrotti outra coisa como ainda o de Rubens, o de Velasquez, o de Rembrandt. A monomania ingresa do desenho «correcto» é um contra-senso, e a batalha que à volta disto se desencadeou, uma luta no vácuo, uma polémica vasia de sentido. O desenho de uma academia é uma coisa, o desenho de uma cena viva e real, ou dramática, ou fantasista, outra coisa. Pode discutir-se sobre o não academismo de artistas como Millet ou Daumier, o que se lhes não pode exigir é o absurdo de desenharem as suas figuras não académicas com um desenho académico. Gostos não se discutem e qualquer pessoa pode preferir uma academia a uma tela de Millet; mas a obra de arte tem uma lógica própria, ligando numa síntese os seus elementos, e assim, dado o todo, estão dadas as partes, ou tudo será um chocante absurdo. O desenho só é falso, só é incorrecto, quando não está em relação lógica com o carácter da obra de arte, quando se não integra como elemento na sua síntese de efeito, quando é, enfim, uma nota falsa no conjunto. E pode sê-la mesmo dentro da maior correcção; uma tela de Millet, ou de Delacroix, com um desenho académico, seria um disparate, um absurdo; uma tela de Rubens, com o desenho de Rafael, seria incompreensível. Assim, numa obra de arte, só temos de verificar se o desenho está ou não na lógica do quadro, na correlação exacta com a

sua síntese de efeito. Tal su ede com o desenho de Daumier, com tôda a sua técnica pictórica, de resto.

Tôda ela pode parecer dura, angulosa, violenta e esquemática ; mas tudo converge para o resultado sintético, e assim tudo desaparece e só êste se vê.

Só êste tem de ser analisado e discutido ; e precisamente o facto de tudo, desenho e técnica, claro-escuro e côr, modelação e luz, sob esta síntese desaparecer, mostra que êstes elementos estão na correlação lógica devida.

Daumier exprime, com a pintura, a sua visão da vida : — o homem, com a sua miséria, o seu drama, a sua comédia ; envolve-o com o claro-escuro, a luz, a penumbra ; as trevas húmidas dos interiores, a luz crua do exterior ; e êle ora surge, das profundas trevas, como um mistério que gesticula num ríctus, ora se projecta, como silhueta fantasma, na luz projectada, em foco, por uma janela sôbre uma janela.

A opposição da luz e sombra é o símbolo da própria alma humana ; por isso talvez os artistas que mais fundo penetraram na expressão anímica do homem, como Rembrandt, como Vinci, como Carrière, instintivamente o rodeiam com o mistério das penumbras que joga com o mistério da luz. Uma é como o aprofundar dum abismo, outra como uma exclamação extática de pasmo ; uma é o homem em profundidade, a outra em superfície, uma é a concentração, a outra a dispersão ; uma, enfim, tende para o nada, a outra para o infinito.

Por vezes, um máximo de trevas, um mínimo de luz persiste difusa, onde o homem aparece ; Daumier redu-lo assim a um estado espectral, que é a expressão paroxística da vida interior. Ê o artista no atelier, o doente imaginário, são amadores examinando telas, num leilão, ou folheando estampas.

A côr, em Daumier, é intensa e profunda : negros lacas, negros verdes, azuis e verdes com fulgores de águas profundas. Mas, talvez, o que na sua obra pictórica, exposta nas Tulherias, há de mais precioso e de mais belo como luz e côr, como orquestração musical de tons, é a pequenina tela onde um homem, de pé, curvo, folheia estampas numa pasta. Há duas outras telas com o mesmo assunto, na mesma disposição, repetição do mesmo tema, mas uma delas é, sem a menor hesitação, superior : é a que, se não me engano, pertence à colecção Esnault-Pelterie. O vigor de expressão luminosa, o embate do claro-escuro, junta-se aqui à mais rara delicadeza de tons : — tôda a gama argentina de cinzentos, na luz e penumbra difusa, se harmoniza com os tons sombrios, os negros, os verdes, e com as sombras profundas. Os cinzentos são da mais rara e preciosa qualidade ; o argentino cendrado, mate, neutro, tem esta qualidade sem par, a saber que na sua neutralização extrema irradia luz como uma joia. A porcelana mais rara não tem brancos mais preciosos, nem patines mais nuancées ; contempla-se esta pintura com a voluptuosidade dum amator de porcelanas, olhando um prato precioso, de coloridos raros em arabesco na massa translúcida e amortecida dos brancos das velhas faianças.

Daumier tem porém, em tudo, e por cima destas qualidades delicadas, o sentimento profundo e grande do «humano» ; partindo da realidade trivial, quási da caricatura, eleva-se pela força da sua alma, ao geral e ao sintético, e desta maneira se aproxima, no seu campo, de Miguel Ângelo, de Rembrãndt e de Carrière. A sua vi-

são é dramática, tôda em profundidade, em abismo : luz, claro-escuro, penumbras, giram, em turbilhão, arrastam-nos, e deixam-nos por fim em face do drama humano : e então, desamparados, encontramos-nos em face dum trágico e irremediável nada. Angústias, dores, satisfações, anseios, ideais, revoltas, delírios, crises de amor e de ódio, o cristal rolando no pântano, o esgare e o êxtasis, o demoníaco e o divino, tudo dêle se arroja, tudo nele se sepulta e luz, vibra, fulgura e morre, por fim, desfeito em pó. O sempre mesmo drama, findando no sempre mesmo nada ; o sempre mesmo impulso, quebrado na sempre desilusão. Vencido, não se cança, não esmorece, não abdica, do charco logo se erguendo em novo anseio, em nova ilusão. Mesmo quando firme, já está na crença de que tudo é inútil, vão e ilusório.

Por isso, na obra de Daumier, uma grande bondade, complacente e triste, cobre a resignação quási indiferente com que o drama humano aí se encontra expresso ; não há nele o azedume, o ódio, a violência brutal contra a humanidade, de certos satíricos, de certos descrentes : que tudo como que sorri, melancolicamente, numa resignação que desculpa e perdoa. Sublimado pela bondade, Daumier atinge por vezes o épico, eleva a miséria humana até à grandeza heróica ; vede o terrível «Palais», os «Emigrantes», o «Beijo», a «Sopa» e então sentimo-nos subjugados por um frémito de emoção. É agora a humanidade, em massa, caminhando heróica sob o pêso paradoxal e negro do seu destino vasio, do seu destino sem dó : é então a tragédia pura, heróica e sem comédia, na bruta realidade das coisas e com esta bruteza erguida a uma sublimação junto da qual as epopeias clássicas e os antigos heróis e os velhos feitos nos parecem pueris bujigangas. Daumier então, como Zola no «Germinal», ergue-se ao trágico, sem amparo, sem academismo, sem teatro. Não é já a bondade complacente que lhe move o pincel, mas talvez a Revolta, a revolta surda, profunda e inexprimível, do homem esmagado pelo destino, pelo mistério, pelo absurdo. Nos «Emigrantes» dir-se-ia reflectida a própria história da humanidade, caminhando, através dos séculos, num esforço sem fim, direita a um destino sem destino ; caminhando em massas compactas, de luta em luta, de ideal em ideal, de miséria em miséria, ora caída em trevas, ora supondo ver luz, ora na derrocada, ora no entusiasmo, ora descrente, ora iluminada. Em constante oscilação, em constante renovamento, na sempre mesma e pendular pulsação, o destino esmaga-a, o tempo esmaga-a, o destino cego lança-a em trevas, e cada vez mais ela do charco se ergue e arroja os seus olhos para a luz. Drama de miséria e de absurdo, paradoxal tragédia duma certeza sempre envolta em dúvida, duma evidência sempre envolta em bruma, ela vai, através dos tempos, curva, em pesada massa, rolando sem fim, misérias, belezas, pântanos, ilusões... Como no esquema de Daumier, ela segue por um caminho árido e pedregoso, entre altas silvas ásperas e rudes, na penumbra : mas no alto o céu brilha, no seu esplendor apoteótico de luz, no infinito a alma da sua serenidade. E a grande massa, caminhando sempre, os pés em sangue e a alma em trapos, tem Esperança, ainda e sempre Esperança, mesmo na certeza absoluta do irremediável Nada.

A Vitória de Samotrácia

No alto da grande escadaria do Louvre, solitária na luz dourada e difusa, que se reflecte nos calcáreos cloróticos, a Vitória de Samotrácia, sôbre a prôa da sua barca de granito, abre as suas asas no túmulo da sua glória eterna. É a aparição mágica dessa idade de ouro, que o triste mundo de hoje quasi nem já pode compreender. Seu peito erecto ergue as peças do manto flúido; reflecte a luz suave e dourada que cai do alto e modela em penumbra luminosa a saliência do ventre. Vai voar, e os panejados do seu manto irreal, as pregas imateriais da sua túnica fremem sob a briza que passa sussurrando.

A carne vive sob êste frémto aéreo de roupagens, e as roupagens transparentes vivem sôbre o frémto da carne. Está vestida pela briza, que lhe envolve o corpo escultural em magias de sugestão flúida, como se o corpo luminoso fôsse visto através de bruma em pragas.

Aérea na sua solidez marmórea, a Vitória de Samotrácia, solitária na amplidão dourada da grande escadaria, dir-se-ia que vai abrir as suas asas nas brumas argêntas de Paris, pairar sôbre o mundo em angústia, que vai lançar sôbre êle de novo o espírito e a alma da velha Grécia, salvá-lo da neurastenia asiática que o cristianismo lhe trouxe, como um tóxico, na depressão mole e triste da sua mística de renúncia, na sua abdicação da beleza. A sua alegria divina, feita de pensamento e beleza, de amor e juventude, ao abrir as suas asas protectoras, vai dizer-nos que é tempo de findar com esta fobia asiatoide da matéria, com esta absurda luta pueril e vazia, de espírito e matéria. Que um nada é sem a outra, e que esta nada é sem aquele; que não há matéria sem espírito, que tudo é vida e mistério, que o homem nasceu para amar e procurar a beleza, para idealizar, lutar e viver, que a única justificação da vida é a própria vida, que a única justificação do mundo é o próprio mundo, que a acção contém em si própria a finalidade, que a beleza e o amor contem em si o infinito.

O seu corpo divino diz-nos que a beleza reside na forma da matéria, e que portanto nem é matéria nem espírito; e que portanto não existe sem matéria; e que assim a matéria é o barro divino, na imaterialidade espiritual da sua beleza sem par, que a matéria é espírito quando a arte a vivifica; e que o espírito sem substância é o vácuo estéril onde se precipita, desamparada, a humanidade, quando o delírio a alucina. Ela diz-nos, a mágica aparição, que tudo é nada, pois a beleza é forma, e a forma é nada; mas que êste nada é tudo para o homem, pois sem êle nada existe, senão o caos informe, senão o espírito informe. Sem matéria tudo é nuvem, fantasma spectral do néant, a dissolução do mundo; sem matéria tudo é morte.

Ela diz-nos, a deusa alada, que o amor helénico, equilibrando o pensamento e a emoção num corpo são, é bem mais elevado que o amor cristão, de renúncia e morte, de abandono e renúncia; que êsse amor cristão, de suicídio e morte, de tristeza e negrume, de charcosa dolência nos seus espasmos de ascetismo, afogou a Europa no visco de alma da fobia asiática, na absurda e anti-humana renúncia da vida, do corpo e da beleza. Ela diz-nos, do fundo misterioso dos séculos, que a Grécia ressurgue, para

fazer renascer um dia ainda, no mundo cansado, a beleza da vida ; ela paira acima do charco pantanoso do conceito cristão. Ela, a pagã divindade da beleza, ali solitária na escadaria do Louvre, é a deidade para quem se erguem as almas cansadas de melancolia cristã ; para ela se erguem as súplicas dos nevrosados, dos exaustos, dos desiludidos e cansados. Num grande movimento secular, após séculos e séculos de ilusão e cegueira, eis que para ela de novo se ergue a alma do mundo, sedento de sol, de beleza e de alegria.

Substitui a Virgem, a triste virgem devota e sentimental ; as suas asas de águia, o seu corpo de deusa, a sua beleza de deidade fazem ainda parecer mais tristes, mais informes, mais desoladoramente monstruosas as Virgens góticas que à sua esquerda, nas salas do Louvre, vivem tristemente nos tristes primitivos. Paira sôbre elas, de asas abertas, ofuscando-as como o sol ofusca as trevas, e, como o sol, inunda de oiro tudo o que a sua beleza transforma, tôdas as almas que a sua magia fascina. Ela é, na escadaria do Louvre, um símbolo : após a sua visão radiosa, ao entrar nas salas dos primitivos, dir-se-ia que penetramos num mundo de larvas, disformes e moles, onde, em trevas húmidas, remexem coisas viscosas. E tôda a teoria devota dos retábulos, das cenas da paixão, das adorações ao menino, tôdas as Virgens e todos os Cristos, todos os santos e todos os apóstolos, tôdas as cenas e tôdas as *assumpções*, tôda a indumentária e tôda a *mise-en-scène* cristã, na sua forma piegas e devota, nos aparece como um triste pingo de cera, ou como uma baba viscosa caída sôbre a beleza, sôbre a alegria, sôbre a saúde a que o homem tem direito.

Nestas salas, dir-se-ia que a luz baixa, que tudo se esfuma, que um ar gelado de horror pantanoso arrepia a alma ; que tudo, alma e espírito, como um dia que se ensombra, se torna duvidoso e sombrio. Êstes Cristos lamentáveis, êstes ascetas e santos beatíficos, estas Virgens sem corpo, de olhar mortiço, estas mãos em prece, êstes corpos em genuflexões, — oh ! como eu os odeio, e como a sua fealdade triste, o seu devotismo beato e murcho, nos aparecem lamentáveis, depois da radiosa visão abrir as suas asas de alegria sôbre a alma fatigada !

Alguns séculos de tristeza, de aberração cristã, habituaram-nos a ver por tôda a parte, sem reacção, a fealdade da arte devota ; familiarizaram-nos com ela, tornou-se um hábito. Depois está em harmonia com o fundo sombrio, com a depressão charcosa que o cristianismo depositou, como um lodo, na alma europeia. Assim o hábito tudo empapou de fealdade, de renúncia, de monstruosidade devota. Mas quando uma figura helénica, com a suprema beleza das figuras do Parthenon, nos surge na frente, o contraste repele esta iconografia bárbara, como a luz dissipa as trevas ; e, quando essa figura é a Vitória de Samotrácia, então dir-se-ia um símbolo mágico destinado a modificar o sentido estético e moral do mundo.

Então compreende-se, sentindo-o, o movimento que se chama a Renascença ; compreende-se que êsse movimento, começado na Itália, pela revelação do mundo antigo, ainda não terminou ; que apenas, talvez, está no seu comêço.

A vida e a beleza ressurgirão, como a Phœnix ; no mundo, sombrio e tenebroso, raiará o calor do velho sol ; o paganismo helénico, asfiziado sob a onda asiática do cristianismo judaico, tonificará a Europa e fa-la-á regressar à vida.

Aqui mesmo no Louvre se sente essa nova aurora : a Vénus de Corrégio, luminosa e esplendente, a Vénus de Ticiano e de Giorgione, dir-se-iam o luminoso resurgir da Vénus pagã. No salão quadrado do Louvre, a Vénus de Corrégio ilumina tudo, numa irradiação doirada de âmbar, e, na sua calda voluptuosidade, faz negros, tenebrosos, os quadros com Virgens, faz sinistros os monstros góticos ; faz cair em sombras de caverna, as tristes larvas de beatitude cristã, os seus apóstolos, os seus santos, os seus Cristos. Ao ideal cadavérico e verde, à pústula e à chaga da iconografia medieva, sucede-se a glória da vida, da alegria e do amor.

Todo o movimento artístico da Europa, nas suas grandes linhas, representa um esforço lento e tenaz para libertar a arte da pressão triste do cristianismo, e voltar ao helenismo. Esta libertação começa na Itália, e estende-se depois a tôda a Europa, quando a arte medieval cede o lugar à arte italianizante. O conflito entre as tendências nacionais e o movimento italiano não nos importa por agora : no movimento geral tudo recuou sob a influência clássica, que não é mais do que o eco da velha Grécia. Sob esta influência a arte liberta-se do devotismo cristão e faz-se livre. Rembrandt na Holanda, Rubens na Flandres, Velasquez na Espanha, reagem contra o classicismo italiano, mas ao mesmo tempo libertam-se por inteiro do devotismo.

Êste grande movimento é bem conhecido ; é o expoente concreto da evolução do espírito europeu, tentando num esforço titânico libertar-se da asfixia opressiva, melancólica e esterilizante do cristianismo. É a velha luta da Ásia e da Europa, a continuação histórica do conflito asiático-helénico. À expansão do helenismo a Ásia respondeu um dia com o cristianismo ; e, quando o mundo antigo exausto e dissoluto aluiu, ela precipitou-se sôbre a Europa com a hipocrisia duma doutrina que mata e que arrasta consigo tôdas as escórias da Ásia. Caiu assim sôbre a Europa pagã a fobia da vida, o temor da carne, a obsessão do pecado. A Europa fugindo do sol precipitou-se no tédio, êste grande tédio charcoso do cristianismo, como êstes dias plúmbeos, em que uma chuva tenaz e quási invisível tudo infiltra, tudo empapa, humedece e torna viscoso, numa melancolia monótona e sem esperança. A Europa, de pagã, fêz-se devota, fêz-se beata ; e, como a devoção e a beatitude não suprimem os humanos instintos, os impulsos animais, as necessidades da carne e do sangue, a Europa fêz-se hipócrita. E dissolveu-se em hipocrisia fria, no lodo viscoso da mentira que substituiu o animalismo pagão.

Sob o devotismo seráfico cresceram, como cogumelos, os vícios monstruosos, as aberrações, os delírios, as nevroses, as loucuras. A Europa, em delírio seráfico, caiu na imundície, na imunda putrefacção do corpo vil, da matéria pútrida, desprezível. A beatitude humana, comprimida pelo ascetismo, pela seráfica renúncia, pela fobia da carne, tomou o ríctus horrível da beatitude extática e com esta beatitude cobriu as suas pústulas. Os santos, os ascetas eram metade homens e metade monstros. Comiam cebolas cruas, e, imundos, andrajosos, procuravam nas praças públicas o escárneo, as invectivas da multidão, ofereciam a face aos escarros, rojavam-se na lama e no pó, apodreciam, pestilenciais, em masmorras. Deixaram-se cobrir de infectos parasitas com os olhos em êxtasis ; e ofereciam a pústula sangrenta e asquerosa do seu corpo ao Deus da bondade e do amor. A dignidade humana rolou no lodo ; o homem

com a alma encharcada em miséria, fisicamente aviltava-se, no desdém da matéria ; mentalmente, anulava-se, na subordinação ao dogma ; moralmente, fazia-se hipocrisia mole, fria e viscosa, que a beatitude seráfica encobria com os seus ademanes untuosos, no fundo torpes, porque tem a consciência da moral periférica, de fachada, de aparência, que não só impede todo o verdadeiro progresso moral, mas corrompe o homem na auto-ilusão do hábito. Assim se criou tôda uma moral de convenção, que se resumia afinal em fórmulas, em ríctus e preconceitos, enquanto o fundo animal dos instintos e da vida, encontrando um dique, derivava, aberrante, como sempre, para o sofisma moral. Não podendo amar Vénus na plena luz do sol, num ambiente de poesia e de arte, amou a prostituta, na sombra frã do disfarce ; enquanto a Grécia poetizava os actos da vida animal, cercava de arte e de luz, por vezes de glória e de apoteose, a vida fisiológica, e assim diminuia o que ela possa ter de brutal, o cristianismo, não podendo suprimir o animal, açaimou-o : o animal assim açaimado tornou-se vil e traiçoeiro, sorna e falso, e ainda mais corrupto. À concepção exterior do mundo antigo em decomposição sucedeu a corrupção disfarçada, encoberta, na sombra, sob os exteriores seráficos da honestidade. O pudor falso encobria a luxúria ; a reserva calculada e maculosa encobria os piores pântanos da alma. Tudo se tornou permitido, desde que não fôsse visto à luz do sol, e ainda porque a confissão de tudo livrava.

Por outro lado, à custa de tanto aprofundar a consciência, à custa de tanta introspecção, procurando misérias íntimas, a pôr no altar da redenção, para oferecer como expoente da própria miséria, para se degradar e abaixar ainda mais aos olhos divinos, ciumentos e ferozes, frios e crueis, o homem acabou por se descobrir, por se odiar, por se tornar insuportável a si próprio.

Tudo se cobriu de charcosa bruma, tudo se enevoou, se tornou cinzento, dum cinzento sinistro, embaciado e morto.

O Cristianismo deificou a miséria, a chaga e a pústula, fêz delas quási um ideal, uma mística, fêz da sórdida humilhação e do aviltamento uma glória.

Exaltando a humilhação, oferecendo o rosto para ser esbofeteado, deixando-se conspurcar pelo escarro, rebaixou a energia moral e social do homem, habituou-o a uma nova espécie de senilismo, preparou-o para um novo conformismo, e até para a imundície física e moral. Esta humilhação miserável, conjugada com a untuosidade seráfica, sentimental e piegas, da beatitude devota, criarão um estado de espírito e uma concepção da vida singular.

Paris de relance

A folhagem primaveril, um pouco tenra ainda na sua verdura fresca, surgiu quási de repente, por milagre, nos esqueletos das árvores nuas, que erguiam nos ares, em parques e boulevards, a ossatura das suas ramarias mortas. Dir-se-ia que a cidade foi invadida por juvenis visitas campestres, por folhagens tenras ainda e túmidas de seiva, por tal forma esta gala apareceu de improviso, e como por um me-

canismo desconhecido. As flores juncam o chão, humildes flores que todos calcam, e ninguém apanha; e os neutros cinzentos das fachadas, os azulados ocres, os negros em glaciés de cobalto vão desaparecendo sob a gala de folhas que transformam em verdes túneis as perspectivas dos boulevards. No Luxemburgo é um fausto de verduras pálidas, dum verde mais fino e macio, mais puro e mais fresco que nos países do sol, e que uma veladura branda invisível amortece sempre de cinzento. Dos céus nacarados desce sôbre a terra uma cortina flúida, imaterial, de argentinós neutros rosados, ou nacarados na mais complexa brancura de velha porcelana transparente e flúida: — e o sol, neste palor, dissolve por vezes a sua candência de oiro, que embebe a bruma subtil e a torna luminosa. Ela é então espectral e extática, vê-se e fica na memória como uma irrealdade; a luz não tem suficiente fôrça para acentuar a matéria, a atmosfera, sempre húmida, é quási cinzenta, e a sua densidade, embebida em luz, transforma as coisas em cenários de magia. Quando, à tarde, o sol desce invisível na densidade mais opaca do poente brumoso, há como que uma irradiação difusa nesta neblina exangue, esvaída, e tudo então se transfigura.

Paris, que a maioria dos visitantes julga negro, é dum colorido rico e pitoresco, para quem o souber ver em pintura; os seus neutros, os seus cinzentos, os seus ocres e negros, sob a carícia da neblina luminosa, desenham os mais raros azuis, os mais flúidos e nacarados cinzentos, os mais completos neutros: — e os perfis fundem-se então no conjunto, projectam-a nos céus numa quási igualdade de matéria, numa quási igual transparência. Azul sôbre azul, cinzento sôbre cinzento, róseo sôbre róseo, tudo está desenhado, modelado, com a própria matéria da atmosfera: então, esta atmosfera densa dir-se-ia absorver o sol, e tôda ela se torna luminosa. Por vezes o sol rompe, crú e vibrante, e a luz iguala quási a do meio-dia: então a magia desaparece, tudo se define, tudo sai do sonho, extático e distante, irreal, e como que se materializa. A lepra das fachadas mostra-se a nu, suja e suada de negro, e o encanto perde-se, as nuances desaparecem, tudo se torna luminoso e prosaico como nos nossos países do sol. Tudo se torna definido, limitado, cortante e visível, como na banalidade fatigante dos países de soalheira. Dir-se-ia porém, que o sol faz um esforço, na sua luta com a bruma, e que esta logo volta e tudo faz transformar. Ela é como um neveeiro que não chega a definir-se, que se dilui, se imaterializou a ponto de se confundir com a atmosfera e com a luz: e é êsse o encanto desta cenografia parisiense de primavera.

Com o florir da primavera as elegantes exibem novas momices.

Há em Paris, com certeza, uma centena de mulheres verdadeiramente elegantes; mas a maioria rápido transpõe os limites difíceis da elegância e cai na palhaçada. Da verdadeira elegante à *palhacinha* não há senão um fio, e é a *palhacinha* que predomina. Agora que o capricho da moda decretou os chapéus pequeninos, postos de lado, sôbre o olho, sôbre a orelha, alguns tão pequenos como pratos de chécaras, verdadeiramente cómicos, a impressão de *palhacismo* é geral e por vezes completa. O artificialismo extravagante da moda é a causa automática da sua fadiga rápida e da sua rápida imitação. Isto tende assim para um *fregolismo* acrobático, que surpreende e desconcerta. Ainda os chapéus não tinham atingido o mínimo possível de tamanho,

e ei-los já que crescem, ameaçadores, sôbre as cabeleiras loiras e artificialmente onduladas, ou terminando em cachoeira de tranças e caracois. O espectáculo dos boulevards, dos cafés, é uma verdadeira, uma autêntica palhaçada, sem que êste têrmo seja forçado; porque à extravagância coquette e petulante das preciosas se junta, em contraste, a estapafúrdia fantasia dos elegantes.

A quadrada arquitectura do francês, ossudo e pesado, é quasi idêntica à do alemão. E nestes corpos toscos, o completo inglês perde imediatamente a sua linha, brutalizado e modelado pelo arcaboço anguloso de qualquer Mr. Esta deselegância é clássica, e faz sempre contraste com a coquetterie pitoresca da mulher francesa. Mas agora o capricho do parisiense compraz-se em fantasias apalhaçadas, de variado efeito, mas sempre de mau gôsto. Os calções à golf pululam, num despropósito manifesto; e, sob os jaquetões, apenas uma camisola, bordada e decotada, ou até o peito nu. Um nêgligé semi-sportivo, semi-canalha, um ar crâneur de pugilista, dá à multidão masculina do boulevard um ar bárbaro, dum pedantismo grosseiro; e as cabeleiras loucas, despenteadas, selvagens, com as barbas de passa-piolho, os longos sobretudos de cocheiro, de ombros erguidos e agudos, as calças-saiões, cobrindo a bota, tudo faz do trottoir um desfile de revista, e das terrasses uma exposição de caricaturas.

10 ou 15 francos é quanto custa, de aperitivos ou licores, o convencer-se a gente, após meia hora de terrasse, da impossível estupidez do boulevard.

Terrasse cheia; um bruhahah confuso, gestos, tics, vozes, momices de mulheres maquillées; e o olhar finda por se fixar, em fascinação inconsciente, nos espelhados dos taxis, que reflectem a luz, em lampejos vermelhos ou verdes, ou negros, na obscuridade central da via. Em teoria ininterrupta, no écran iluminado pela projecção da luz do café, a multidão passa, como num film.

Caótica, desarmonica, tics, gestos e esgares, em momices e risadas de lábios sangrentos; cabeças de mascotte e cabeças de boneca, cabeças de esmalte e de cera, como nos manequins dos cabeleireiros, cabeças selváticas, de trunfa leonina; fácies imbecis, de mocinhos imberbes, em bambochata, loiros e linfáticos, com todos os estigmas da moleza burguesa, com todos os cruzamentos de vícios e misérias, num mixto de juventude e de cansaço, ou de excessiva e ruidosa alegria. Por vezes, enorme, muito janota, passa um negro côr de café, de rosto orango-tango, suado e oleoso; a macacaria amarela, de olho mongol, abunda, passa numa insistência tenaz, com as suas grossas cabeças informes, redondas, de fortes maxilares sôbre pescoços delgados, de negros cabelos ásperos e metálicos. Têm risos infernais, de máscara exótica e macabra; e nas suas faces mongólicas, de olho em fenda, sem pálpebras, os olhos negros têm expressões que nos não é dado penetrar. Parecem comprehendê-los, no entanto, e até amá-los, as parisienses por vezes galantes que os acompanham, porque esta união franco-chinesa de amor é agora muito vulgar. O contraste é divertido, quando um gentil focinho de loura, na vivacidade mímica da sua expressão, na coqueterie petulante do seu gesto felino, quando o minúsculo chapèuzinho cai sôbre a orelha ou cobre o olhar, numa pantomima quasi de clown, faz parilha com o hediondo rictus do amarelo babadinho não sei se de amor, se de desejo, ou de qual-

quer coisa de exótico que lhe corresponda. Os negros também, segundo parece, têm certa cotação nas preferências fantasistas da parisiense: e há orango-tangos bestiais, lustrosos de óleo na face café, a que se penduram gentilezas em momices de gata eletrizada. E' talvez o capricho pelo belo horrível; e aos psicólogos mais profundos da alma feminina compete o estudo consciencioso destas aberrações.

Para o leigo, como eu, em tal matéria, isto é simplesmente como se elas passemos chimpanzés, saguís e orangos, com os mesmos desvelos que agora usam para o seu cãozinho, cujos caprichos, por vezes incorrectos, parecem ter substituído as travessuras dos bebés.

E o fluxo monótono do film boulevardier, no écran luminoso da terrasse, esco-se sem cessar, na banalidade atroz da sua palhaçada barata. O olhar fixa-se no soturno negrume das fachadas fronteiras, segue distraído as palpitações luminosas dos reclamos naturais, o espelhado dos taxis que passam, e já nada vê: — tudo se diria perder a vida interior, neste movimento contínuo; tudo amortece pouco a pouco, se ensombra e cái em fundo abismo. Em vão estoiram ruidosas gargalhadas, e passam alegres moças num excesso de gestos e de esgares; — tudo se diria automático e mecânico, como êstes bonecos que, para réclame, imitam por completo a vida, a ponto de causar confusão. Se com êles se povoasse a cidade, a sua impressão periférica seria absolutamente a mesma; e os manequins-caricaturas expostos na vitrine têm uma tal expressão de vida e realidade, que a multidão se diria metida em aquáriuns, de tal maneira a caricatura e a realidade se vão aproximando. Há senhores passeando nos trottoirs que ficariam bem numa vitrine, e há manequins nas vitrines que ficariam bem passeando nos trottoirs; assim, o mecânico e o real, a imagem e a realidade, a cera e a carne viva, começam a confundir-se, a baralhar-se, numa só impressão. Tudo finda em caricatura, nesta cidade gasta e cançada; tudo é gesto e tic, na vida, na literatura, na filosofia e na arte: nada de intenso e profundo, tudo é periférico e passageiro, moveção e instável, como a moda...

ABEL SALAZAR.

Crítica de livros

AS NOVAS MULHERES, por Luís Jimenéz de Asúa (tradução e comentários de Pedro Veiga).

Luís Jimenéz de Asúa representa no movimento mental da Espanha nova o proeminente papel dum perfeito, dum íntegro renovador.

Quem acompanhou as horas febris da construção democrata em Espanha, por certo não esqueceu a figura dêste nobilíssimo professor universitário, cuja fama académica já se não contém a dentro das fronteiras da sua Pátria.

Consciencioso investigador científico nos domínios da ciência penal, concentrado mestre cujas únicas preocupações se resumiam à tarefa gloriosa de bem ensinar, nada fazia supor que nele coexistissem também vibrantes qualidades revolucionárias, ativos atributos duma cidadania heroicamente não conformista.

Os últimos tempos da luta popular contra a monarquia revelaram-no, exuberantemente, como um perfeito condutor de ideais, possuído dum dinamismo intelectual invulgar em ponderados homens de ciência.

Asúa não desprezava nenhuma ocasião para lançar sôbre a monarquia as imprecizações conscientes da sua alma de liberal.

E na hora febril em que a mocidade espanhola, unida pelo cântico ardente de Riego, se deixava massacrar pelos cavalos da «Guardia Civil», bradando no parainfo universitário pela proclamação duma nova era de Justiça e de Direito, Asúa despia as suas vestes doutorais e vinha até à multidão sequiosa misturar os seus anseios com os calorosos desejos da massa anónima.

Residiu aí o grande triunfo da Democracia.

Perante a consciência espanhola o movimento juvenil não apresentava as características duma explosão moça de arrebatados ideais.

A atitude de Asúa, de Unamuno, de Gasset, de Marañon e de tantos convencia

o mundo espanhol de que esse movimento académico era a verdadeira interpretação dum estado de psicologia colectiva, superexcitada pelos acintes maquiavélicos dum regímen impossível.

A actividade de Asúa não se limitou por aí.

A sua figura de pensador político projectava-se mais além do que a sua figura de mestre catedrático.

As massas reclamavam-no.

Começa então a sua actividade de eminente propagandista, não com o carácter dos velhos propagandistas de gaforina ao vento mas sim revestido da grave preocupação do homem europeizado, para quem a cultura constitui o fulcro de toda a reconstrução social.

Datam daí alguns seus cadernos de cultura e política, onde Asúa transmitia aos seus discípulos — que se contavam pelo número das pessoas ansiosas pela República — a evolução espiritual dos tempos contemporâneos, na análise fria dos seus milhentos problemas, confundindo-se uns com os outros na subida altaneira para um novo Ideal.

Entre êstes ocupam um lugar de notável merecimento *As Novas Mulheres*.

Pedro Veiga, moço estudioso e culto que à causa da Democracia tem ofertado o melhor do seu talento, colaborador que foi do manifesto da *Renovação Democrática*, traduziu êsse livro de Asúa e enriqueceu-o com alguns oportunos comentários finais, onde perpassa toda a vibração dos seus nervos de homem da vanguarda.

As Novas Mulheres compõem-se duma «Resposta aberta a uma senhorinha», duma conferência *As Novas Mulheres*, proferida em 1930, e duma série de colóquios.

Em todos os capítulos dêste formoso livro adivinha-se o intento humanitário de Asúa em elevar, numa magnífica curva ascendente, a mulher da posição humilhante de fêmea até às alturas justas de cidadã, intelectual e fisicamente capaz de enfrentar, com ardor, as lutas ingentes da emancipação humana.

Pressente Asúa nesta obra o advento rápido duma nova era.

Prova-o a seguinte transcrição dum dos mais elegantes trechos da conferência inserta neste caderno :

«Êsse lar, em que as nossas mães reinavam sem direitos, pereceu.

«A mulher fêz a conquista da sua liberdade deambulatória. Pode sair, frequentar as suas relações, gastar com certo arbítrio, dedicar-se ao desporto; mas sem independência económica e sem «responsabilidades».

«A mulher que hoje atinge a maturidade da vida ainda não distingue entre direitos e deveres. É frequente ouvi-la confundir obrigações com faculdades nas suas conversas quotidianas.

«Destas suas atitudes independentes surgiu um tipo de vida nada agradável.

«A esposa e o marido preparam com luxo e coqueteria o lar de ambos. Mas a casa permanece deserta. Os cônjuges fogem dela por caminhos opostos: o varão dirige-se para as suas ocupações ou para as tertúlias com amigos, enquanto que a mu-

lher passeia, faz compras ou diverte-se, só ou acompanhada, indiferente aos trabalhos e inquietações do esposo.

«E' a mulher reclamando direitos e livre de deveres. Mas, a-pesar-dos seus ares de independência, mantém-se subordinada ao homem, sujeita a êle pela grilheta económica, sem ter logrado ainda ser a sua camarada.

«Em outros povos, em que, por ir mais acelerado o progresso social, os fenómenos adquirem uma curvatura mais alta, a mulher sem direitos rompeu com a actividade subordinada que ainda conserva em Espanha. A sua tirania, reprovável em si, é menos injusta porque se apresenta como concentrada vingança de muitos séculos de escravidão feminina. Mas é ingrata, e numa base de ditadura não pode construir-se o harmonioso porvir de dois sêres.

«À Espanha, extremidade da Europa, chegam amansados os tumultos do orbe, como às praias chegam as ondas em suave curva agonizante. Mas pelo tamanho da ondulação costeira, se induz o alto espinhaço das vagas atrás da barra».

Completam o volume, como dissemos, uns comentários de Pedro Veiga que, por informações chegadas até nós, Asúa pensa em englobar nas futuras edições dêste seu livro.

E' uma significativa lembrança de Asúa que assim junta na portada duma obra de mérito o nome de dois peninsulares, democratas por sentimento, por cultura, por inteligência.

As nossas felicitações a Pedro Veiga e os nossos agradecimentos pela gentileza da sua dedicatória.

ASPECTO SANITÁRIO DA EMIGRAÇÃO NO MINHO E ASSISTÊNCIA MÉDICA MUNICIPAL, pelo Dr. José Crespo.

No III congresso dos funcionários administrativos de Portugal, realizado em Setúbal em 1933, e no II congresso municipalista minhoto, realizado em Viana do Castelo em 1929, apresentou o sr. Dr. José Crespo, distinto médico sanitário, duas valiosas teses que mereceram aos congressistas e à imprensa muitos elogios.

Resolveu o sr. Dr. José Crespo reunir essas teses em dois folhetos que teve a amabilidade de nos oferecer.

Andou bem o Dr. Crespo em não fazer esquecer êsses seus trabalhos que, dada a natureza passageira dos Congressos, estavam condenados a um imperdoável esquecimento.

Não nos compete a nós apreciar, tècnicamente, o valor dessas teses. Afastados por imposições profissionais dêsse género de cultura, só nos compete declarar que a sua leitura nos trouxe a consoladora certeza de que o autor é um probo estudioso, com firmeza de opiniões, mostrando um à vontade na abordagem dêsses assuntos que nos convence da sua competência.

Os especializados na matéria encontrarão nestes dois opúsculos vasto campo para as suas especulações.

Resta-nos louvar o afã humanitário do distinto médico e o seu interêsse por tão interessantes modalidades da vida social portuguesa.

ATRAVÉS DE SANTO ANTÃO, por Mário Leite.

Aqui está uma obrinha que, dado o fim a que se destinava, para nada deve ter servido.

Expliquemo-nos. O sr. Mário Leite pretendeu elucidar o público da Exposição Colonial do Porto da valia de Santo Antão, uma das mais formosas ilhas do arquipélago caboverdeano.

E que fez o sr. Mário Leite para isso?

Pensou por acaso em apresentar aos estudiosos um quadro *convencedor* das reais possibilidades económicas da ilha?

Pretendeu, por acaso, mostrar as qualidades costeiras da ilha, na pretensão de a valorizar no aspecto da navegação?

Nada disso.

O sr. Mário Leite fez uma obrinha infeliz, êle que através do folheto mostra certas qualidades literárias dignas de melhor sorte, no dia em que elas se despirem duns pedantescos ressaibos de gongorismo.

Não analisou a vida económica da sua ilha, não estudou nem vincou as necessidades urgentes que ela reclama para sua tão gritante valorização.

Perdeu o sr. Mário Leite muito tempo com ninharias.

E assim vemo-lo a enunciar com cuidado tôdas as ribeiras de Santo Antão — nada menos de trinta e uma! — a comparar a Ilha dos Amores com Santo Antão e reclamando o gigante Adamastor para a «franja lacticolor do grande tapete cerúleo do seu pôrto.»

Em matéria de exageros literários topamos com êste :

«São as ilhas Hesperitanas ou de Cabo Verde — pedras que, sob a opala do céu, falam e choram, soluçam e cantam, — pedras que, havendo desaparecido dos campos do Infinito, dêsse Infinito onde em sonhos habito, há quasi cinco séculos se acham na esplanada azulina e misteriosa das águas áfricas.»

Salvo o devido respeito, entendemos que o sr. Mário Leite teria feito uma obra de merecimento se deixasse as *opalas do céu* e as *águas áfricas* dêsse Infinito onde em sonhos habita para produzir um livro de crítica à situação sempre e secularmente angustiada do seu martirizado arquipélago.

Ganharia o país com isso e os seus conterrâneos louvá-lo-iam pela arrojada iniciativa.

Assim como está, o folheto é uma brincadeira literária, à mistura com submissos elogios a certos *denodados portugueses* que pela colónia nada fazem nem farão.

Os nossos agradecimentos ao sr. Mário Leite pela oferta do seu opúsculo.

QUIDAM.

N. da R. — Serão feitas críticas nesta secção às obras cujos autores ou editores nos enviarem dois exemplares.

A crise do liberalismo político e do liberalismo económico

A evolução política tem vindo a realizar-se do máximo de autoridade para o máximo de liberdade. No próprio período liberal, a-pesar-de a classe predominante, pelos seus privilégios económicos, ser a mais beneficiada, sob o ponto de vista da liberdade, não deixou de o povo ter também conquistado, nesse sentido, algumas regalias e uma melhor situação moral. E, se é certo que a ideia da soberania popular era apenas um mito, que não correspondia a uma realidade concreta, êsse mito não deixou de exercer, no sentido da libertação das massas, uma influência benéfica, por efeito dessa espécie de pragmatismo político que converte as ficções em elementos de acção e de progresso. A liberdade era apenas uma palavra, sem consistência nos factos? Certamente; mas palavra arrebatadora, que provocou uma ideologia, que é o germe duma renovação social.

O mal, no liberalismo, consistiu sempre na desigualdade económica, que dava a preponderância à classe burguesa. Reduzida esta a uma mera cooperação, sendo-lhe vedado exercer a sua função egoísta de exploração do trabalho alheio e sendo-lhe retirada a faculdade de apropriação e acumulação da riqueza, a sua acção política ficaria evidentemente atenuada. A solução, pois, não pode ser o tornar mais forte a autoridade — que tem a sua origem precisamente nos elementos com preponderância económica.

Por isso, o fascismo não conseguiu passar da fase inicial do seu corporativismo político e económico e o nacional-socialismo vai perdendo a sua característica, fundindo-se, pouco a pouco, num mero nacionalismo político e económico, preconizado há muito pelas direitas. Além disso, sendo o mais grave aspecto da crise mundial o económico e tendo ela carácter internacional, todos êsses nacionalismos corpo-

rativistas são insuficientes e até contraproducentes para a sua verdadeira solução.

Que têm tentado, pois, todos êsses regimes, sob o ponto de vista económico? A fixação das classes económicas em instituições que na Idade Média representaram uma utilidade social e apareceram espontâneamente, mas que hoje não podem ser senão uma criação artificial.

Pretende, ao menos, a corporação ser a cooperação de operários, técnicos e capital, e a gradual transformação do regime económico, por forma que, no futuro, a corporação seja proprietária de cada indústria? Explicando-nos melhor: sendo a corporação formada pelos patrões, técnicos e operários, em que os primeiros possuem o capital, os segundos exercem as funções de direcção e os últimos realizam o trabalho da produção, mas sendo também, independentemente dêles, a corporação capaz de adquirir, não irá a corporação substituindo-se pouco a pouco aos capitalistas, avocando a si a propriedade dos meios de produção, acabando por dela desaparecerem os patrões (por morte de cada um dêles, tendo a corporação o direito da expropriação do respectivo espólio) e ficar, em vez do individualismo económico, o sistema corporativo?

Assim sendo, estaríamos em face dum processo, até certo ponto lógico, de defesa social. Reconhecendo o inevitável duma futura transformação económica num sentido social, as classes possuidoras iriam ao encontro dêsse movimento, procurando evitar o choque violento da revolução: pouco a pouco, embora por uma evolução lenta, iriam renunciando ao seu domínio económico em favor dos elementos produtores. A propriedade individual iria cedendo o passo à propriedade colectiva; a riqueza passaria primeiro do patronato para a corporação e acabaria por passar das corporações para o Estado. Chegar-se-ia, assim, ao mesmo objectivo da revolução russa -- mas sem revolução.

Neste caso, as objecções a fazer seriam apenas as que adiante opoemos ao regime bolchevista, isto é ao regime económico estadual, sendo certo que, mais do que êste, o regime corporativista, assim concebido, manteria a continuidade do progresso industrial e teria a vantagem de evitar, pelo assentimento da burguesia a uma gradual socialização da riqueza, a luta violenta entre as duas classes inimigas.

A verdade, porém, é que os defensores do regime corporativista não têm esta preocupação socializante. Supõem que, pelo simples facto de se formarem, as corporações evitam a luta de classes e, conseqüentemente, a revolução social. Com uma concepção diametralmente oposta à do materialismo histórico, na sua inveterada aversão a Marx, consideram as transformações sociais produto apenas das ideas. E, como estas se canalizam pela reunião, pela associação, pela imprensa, pelo livro, pelo teatro, pelo cinema, pela rádio-difusão, bastará, segundo êles, fiscalizar êsses meios de expansão do pensamento, para se neutralizar a influência da propaganda revolucionária e, portanto, o seu efeito: a revolução.

Limitam, por conseqüência, a acção das corporações a um entendimento entre patrões, à sua sindicalização, para a regularização de preços, metodização do regime da produção, de forma a determinar uma maior economia no seu custo e a possibili-

dade de uma melhor remuneração dos técnicos e operários ; à sindicalização também dos operários e dos técnicos, ligando os três sindicatos na corporação. Mas tudo isto sob a fiscalização do govêrno, que impõe o seu veto, ou influi na escolha das direcções dos sindicatos e da corporação, para impor um limite à sua acção, evitando quaisquer veleidades revolucionárias.

Desta forma, a estrutura económica da corporação fica restrita a uma espécie de *consortium* industrial — o sindicato dos patrões — em face do qual técnicos e operários se podem manifestar apenas quanto às questões de organização e higiene do trabalho, sendo-lhes vedada a comparticipação na propriedade dos meios de produção. A corporação, assim formada, tem um carácter definitivo e nela os patrões vão sendo substituídos pelos seus herdeiros, subsistindo, portanto, no futuro, pobres e ricos, que a corporação, em teoria, harmonizará, sem contudo empregar o processo radical da justiça económica, que implica o direito de todos os homens à satisfação das suas necessidades e a abolição de todos os privilégios de classe.

Não nos parece ser uma verdadeira solução do problema político e do problema económico o sistema corporativista, principalmente com êste aspecto restrito de organização técnica da indústria, mantendo a propriedade individual. Se é certo que as revoluções não são apenas impulsionadas pelo factor económico e que as ideas têm também uma poderosa influência para a sua eclosão, também é verdade que as revoluções não são apenas originadas pela acção dos doutrinários, dos idealistas. Além disso, teria que contar-se também com a influência já exercida por êstes na mentalidade da época, o que não é possível já anular. A luta de classes não se destroi, pois, senão no dia em que a humanidade deixar de estar dividida em classes. E, embora a corporação viesse a atenuar a injustiça da má repartição da riqueza, essa injustiça não acabaria, persistindo como elemento de ordem psicológica, junto com o de ordem económica da desigualdade material, a impulsionar as massas para a acção revolucionária.

Vendo na crise do liberalismo apenas um enfraquecimento do princípio da autoridade e não o desequilíbrio entre as aspirações libertárias das massas e a defeituosa organização política e económica, os defensores dum Estado corporativo, não procurando modificar o regime económico num sentido abertamente socializante, limitam a sua intervenção a robustecer o poder executivo e a restringir a liberdade, pretendendo paralizar assim a acção dissolvente dos elementos revolucionários. E o seu ódio ao individualismo não vai, assim, até ao ponto de darem à propriedade um carácter radicalmente social, limitando o seu anti-individualismo à consolidação da família, um dos elementos de conservação da sociedade burguesa e à admissão das corporações na orgânica do Estado.

Desta forma, o corporativismo aparece apenas como um dique, uma reprêsa à torrente impetuosa da evolução. Em vez de a facilitar, procurando conduzi-la num suave declive, êle pretende impedir-lhe a marcha, reduzi-la a uma impossível estagnação. E, assim, pelo receio das violências duma revolução destruidora, talvez mesmo pelo desejo de salvar do dilúvio que se avizinha os restos preciosos duma civilização, êle não fará senão tornar maior a catástrofe, pelo seu retardamento.

Os bolchevistas viram um pouco melhor o problema, mas o processo que adoptaram arrasta-os exactamente ao ponto oposto àquele que pretendiam atingir. Sob o ponto de vista político, o seu diagnóstico está certo : o mal é o autoritarismo, o Estado, a pressão e o domínio de uma minoria privilegiada sobre a grande massa da população. Sob o ponto de vista económico, compreenderam também que ao interesse particular da minoria dominante se deve substituir o interesse geral. Mas, ao pretenderem curar a doença, enganaram-se no receituário.

Como fieis marxistas, pretendem a dissolução do Estado, a destruição do regime de autoridade. E que fizeram para isso ? O que Marx havia recomendado : fortaleceram o Estado, tornaram-no mais autoritário. Quere dizer ; procederam precisamente ao contrário do que seria natural. Em lugar de seguirem a evolução que, partindo do absolutismo, — máximo de autoridade, — se ia aproximando do libertarismo, — a não autoridade, — deram um salto brusco atrás, voltando ao sistema do domínio exclusivo da força, da violência, como processo político.

Fazem-no em defesa, não do interesse geral, mas do interesse particular duma classe. Há apenas uma questão de quantidade. Enquanto o Estado burguês é uma arma de opressão utilizada em favor duma classe, que é uma minoria ; o Estado soviético é uma arma de opressão utilizada em favor duma classe que constitui a maioria. Mas, em vez de darem a todos, sem distinção de origem, a possibilidade de se tornarem úteis colaboradores da obra comum, criaram uma desigualdade, que consiste apenas numa inversão de papéis, em que o operariado passou a ser a classe privilegiada.

Pretendendo caminhar para uma sociedade igualitária em que todos sejam irmãos, mantêm a distinção entre burgueses e operários e entre filhos de burgueses e filhos de operários. Em vez de facilitarem a entrada nas suas escolas aos filhos dos burgueses, para os adaptarem e educarem nas novas ideias de fraternidade, repelem-nos. Fazem pior : criam nos próprios filhos dos operários o espírito sectário, elemento permanente de divisão.

Não é apenas isto. Se é certo, como dissemos, que o Estado soviético é uma arma de opressão utilizada em favor duma classe que é a maioria, não quere isto dizer que a força do Estado esteja nas mãos dessa maioria, dessa classe. Há um partido de governo que a domina, que se apoderou da máquina política e que a maneja : ou melhor : há um partido cujos chefes concentraram nas suas mãos todos os poderes políticos, sendo a chamada ditadura do proletariado a ditadura dessa restrita minoria de pessoas.

Por outro lado, tendo-se feito a socialização dos meios de produção, o poder dos governantes tem uma maior amplitude. Contende com todos os actos da vida de cada indivíduo. Não se restringiu apenas a liberdade do cidadão, restringiu-se também a liberdade do trabalhador, pois que êste passou a ser um funcionário do Estado. Os conflitos do trabalho já não podem ser resolvidos pela greve ; o único recurso é a revolução, pois que o patrão é o Estado. E, porque isso é perigoso, o operário tem de sujeitar-se ao que lhe é imposto. Se se resigna mal a esta situação, torna-se suspeito,

é irradiado do partido comunista, se a êle pertence, e em todo o caso, perseguido, podendo mesmo correr risco a sua vida, se o passam a considerar inimigo do regime.

Criou-se também uma espécie de aristocracia soviética, que veio substituir a burguesia. É a burocracia. Não se trata apenas da burocracia própria de todos os Estados, engrenagem inútil, que o futuro terá de pôr inteiramente de parte. É também a burocracia das indústrias, constituída por indivíduos cuja única função é o registro, a fiscalização, a crítica do trabalho dos outros, o que constitui um pêso morto na vida económica da Rússia e que não é senão uma consequência de se ter adoptado um regime de autoridade nas relações da produção e do consumo.

Como se há-de atingir, pois, na Rússia, o tão decantado objectivo marxista da dissolução do Estado, da abolição do princípio da autoridade, do advento duma sociedade libertária? Tôda a função determina uma transformação do indivíduo que a exerce : é a chamada deformação profissional. Como preparar homens para uma sociedade livre, se, por deformação profissional, êles se tornam mais autoritários? Não vimos nós o que se passou com o anti-militarista Trotsky, que entrou na Rússia de Kerensky a prègar o pacifismo e que, feito depois ministro da guerra, — ou comissário do povo para a guerra, se preferem, — se tornou um tão inveterado militarista que até no seu gabinete de trabalho tinha como pesa-papéis, embora em dimensões minúsculas, uma peça de artilharia? Que podemos nós esperar dos chefes autoritários que dominam hoje o Estado Russo, habituados a impor a sua vontade e para os quais a própria propaganda da teoria libertária, (cuja prática é, em princípio, o objectivo marxista) é considerada subversiva?

Quere isto dizer que consideremos absolutamente inútil o movimento que se operou na Rússia? De modo nenhum. E por isto apenas : porque o bolchevismo, impregnado da doutrina marxista, criou alguma coisa que há-de contribuir para a sua destruição.

Exemplifiquemos. A acção dos governantes, mesmo na sua máxima violência, é proclamada perante a massa da população como exercida no interêsse dessa mesma população e, de facto, bastante se tem empreendido nesse sentido a-pesar-dos embaraços resultantes da própria intromissão do Estado (elemento de fôrça) na sua produção (em que só deveria dominar a técnica). A massa do proletariado e dos camponeses, à fôrça de lhe repetirem que é o seu interêsse que sobreleva a tudo, ir-se-á compenetrando disso como duma verdade axiomática. Por outro lado, nas escolas, é notável o papel desempenhado pela maior parte dos professores criando nos seus alunos espírito de independência, de iniciativa, de solidariedade, sentimento de amor próprio, de dignidade humana, formando em cada um uma vontade consciente, uma aspiração de justiça e liberdade. Assim, tornando-se pouco a pouco a massa da população cõscia dos seus direitos e surgindo uma geração nova com espírito de inadaptação a um regime autoritário, de coacção violenta, será inevitável o choque entre o povo e os bonzos estratificados que pretenderem (como hão-de pretender) manter o Estado, por se terem com êle inteiramente identificado. Mas será ainda uma revolução e não, — como os marxistas o concebem e que, para nós, não passa dum

absurdo, — a abdicação voluntária do Estado, precisamente depois de ter atingido o máximo da sua fôrça.

* * *

Não poderia ter-se feito de outra forma na Rússia? Admitamos que não. Efectivamente a corrente dominante socialista na Rússia era a dos bolchevistas, que defendiam e espalhavam por tôda a parte os princípios de Marx. Além disso, era mais fácil aos revolucionários apoderarem-se da engrenagem do Estado, caído nas mãos hesitantes de Kerensky, do que revolucionarem um país enorme e apático como a Rússia,

É até curioso que a revolução marxista russa tenha sido, assim, determinada por motivos inteiramente divergentes dos que o próprio marxismo considerava deveriam ser as causas do levantamento das massas operárias. Dava-se até a circunstância de nem sequer existirem quasi essas massas operárias, reduzidas a uma exígua população fabril, dado o insignificante desenvolvimento industrial da Rússia. Assim, a primeira determinante da revolução preconizada pelo marxismo faltava: um grande desenvolvimento industrial e a concentração da indústria. O fenómeno económico foi assim suplantado pelo idealismo revolucionário e a própria revolução russa, por mais marxista que quisesse ser, foi um desmentido ao dogma do materialismo histórico.

A revolução russa tomou, pois, a feição marxista — a da conquista do poder, a chamada ditadura do proletariado — porque existia um forte núcleo de propagandistas educados nas concepções de Marx e que conseguiram ter sobre as massas populares o suficiente domínio para as levar a aceitar a permanência do Estado, como arma de esmagamento da burguesia. Poderia acrescentar-se que, na visão dêesses homens, que tão bem conheciam o povo russo, o Estado seria também uma arma contra os próprios camponeses sem instrução, fanáticos nas suas superstições e com a aspiração insofrida de se apoderarem das terras dos kulaks e da corôa, no seu exclusivo interesse particular.

Nestas condições e porque essa era a concepção revolucionária daqueles que se tornaram os chefes, a revolução russa não pôde deixar de se vasar nos moldes marxistas. E porque, na Rússia nem sequer era possível uma aparência de ditadura do proletariado, porque o proletariado não existia, a principal preocupação dos marxistas que se arvoraram em ditadores foi a de criar uma indústria russa, o que os levou, pouco tempo depois a confiar êsse trabalho aos próprios elementos burgueses (fase da Nep). Foi isto uma espécie de errata à revolução, para a adaptar ao figurino marxista. Para se poder dizer que havia uma ditadura do proletariado, era preciso criar o proletariado. E foi o que se fêz. A própria industrialização das explorações agrícolas, se obedeceu à necessidade de desenvolver a produção de géneros alimentícios, também não deixou de ser influenciada por essa preocupação de criar um operariado nos campos, para aumentar a percentagem do elemento operário na grande massa da população.

A revolução marxista na Rússia foi assim como uma peça que, segundo o autor, (neste caso Karl Marx), deveria ter um determinado cenário e que os actores, apresados, começaram a representar num palco desguarnecido deixando ver escancarados

os bastidores. Foi preciso fazer descer o pano, no princípio da representação, armar de repente o cenário próprio da peça, para que este pudesse continuar, de harmonia com tôdas as rúbricas do seu falecido autor.

Como poderiam, pois, estes homens, que assim tanto se tinham deixado impregnar da ideologia marxista, permitir que na Rússia outra corrente ideológica triunfasse? Esboçaram-se, um pouco por tôda a parte, tentativas de comunas livres e livremente federadas e tôdas essas tentativas foram logo violentamente esmagadas pela ditadura marxista. Porquê? Não eram essas comunas o objectivo, o terminus para que se encaminharia, segundo a doutrina de Marx, o Estado operário, pela sua pulverização? Sim, mas não tinham surgido da ditadura do proletariado, eram extemporâneas, deviam por isso, e só por isso, ser aniquiladas. O Estado, arrancado à burguesia, não seria só uma arma de esmagamento da classe burguesa, mas serviria também para abafar todos os movimentos espontâneos da população para se libertar, para se organizar, para viver a seu modo.

Por isso é que a Rússia, que poderia ser um formidável laboratório de experiências sociais, passou a ser um vasto palco para a representação duma tragédia, em que os actores não se podem afastar dos papéis que lhes foram distribuídos, em que não há possibilidade duma atitude que não seja a da rúbrica imposta pelos governantes, que não permitem a iniciativa original, desde que contenda com os dogmas inflexíveis do credo marxista. Mas tudo isto é assim, porque não podia ter sido doutra forma, dadas as circunstâncias em que a revolução se produziu e os elementos que a dominaram. Difícil será agora dar-lhe outro rumo, canalizá-la noutra direcção. Tudo parece indicar que só uma nova geração, mais instruída do que a actual, sentindo-se contrafeita nos moldes autoritários em que pretenderem sujeitá-la, conseguirá libertar-se; mas, para isso, terá que proceder revolucionariamente sem esperar a prometida dissolução do Estado, mas promovendo-a pela insurreição.

Não quiere isto dizer que tudo tenha sido trabalho perdido. Embora discordemos do modelo adoptado pelos russos, não podemos deixar de reconhecer que muito têm feito num sentido humano, para uma verdadeira justiça social e um mais perfeito equilíbrio da actividade de todos os indivíduos. Além da obra material do aproveitamento das energias naturais, que a burguesia dos outros países igualmente realizou, há o facto de ordem moral, e este inexistente nos Estados burgueses, de tudo na Rússia se fazer no interesse geral e não em proveito quasi exclusivo duma minoria privilegiada. Preocupam-se também os russos, como nenhum outro país do mundo, com a educação do povo; e, se é verdade que, em certo modo, ela é um pouco inquinada de superstição política marxista, não deixa de representar um poderoso impulso para despertar nas massas o espírito de solidariedade, de consciência, de carácter, que constituirão no futuro o principal elemento renovador, pela contradição entre esse espírito novo, assim criado, e a carapaça autoritária, que acabará por ser necessário quebrar violentamente.

Seria de desejar que fôsse por um processo não autoritário que os russos se encaminhassem para o objectivo que têm em vista, evitando assim o eclodir duma nova revolução no futuro. Mas sirva-nos de reconforto a idea de que, quando essa nova

revolução se produzir, os russos se encontrarão em melhores condições sociais para a levar a cabo do que se encontraram no momento em que o govêrno de Kerensky pôde ser derrubado.

*

Mas se na Rússia se não pôde fazer de outra forma, quere isso dizer que de outra forma se não possa fazer nos outros países do mundo? Pondo de parte aqueles países onde dominam o hítlerismo, fascismo, etc., que seguem um rumo nacionalista, que vêem a derrota do capitalismo, a insuficiência dêste para debelar a crise mundial, mas que supõem tudo poderem resolver fechando cada vez mais as suas fronteiras e decretando a economia dirigida, não para uma maior justiça na distribuição dos produtos, mas para evitarem o aviltamento dos preços, consequência da concorrência, tentando salvar da derrocada as indústrias nacionais para, juntamente com elas salvarem os seus proprietários; pondo de parte todos êsses países que preferiram êste compasso de espera, espécie de escudo para deter o ímpeto revolucionário, o que farão os outros, renitentes às ditaduras, com tradições democráticas, espírito e de liberdade e uma definida aspiração de justiça social?

A revolução, sob o ponto de vista económico, faz-se evidentemente no sentido colectivo. Marx não errou ao prever a concentração das indústrias, embora tendo-a imaginado como uma apropriação por uma insignificante minoria de patrões. Mas a concentração industrial, implicando a unidade de empresa, tornou fácil a passagem do regíme de direcção do patronato para o da apropriação colectiva. Por outro lado, o seu extraordinário desenvolvimento, a sua constante racionalização, determinando, pelo desemprego, a redução da capacidade de compra das populações e, pela necessidade de conquistar mercados, a limitação de lucros até ao mínimo, tornaram as indústrias um precário meio de enriquecimento dos capitalistas, pelo que êstes serão obrigados a relegá-las, a pouco a pouco, à sua função de servidoras do interesse público. Ou revolucionariamente, pela facilidade de expropriação do aparelho industrial, que para a especulação capitalista começa a tornar-se um elemento sem valor, ou pacificamente, pelo abandono às sociedades anónimas, dirigidas por técnicos, fundindo-se pouco a pouco numa só, que corresponda a tôda a população, as indústrias, ou sejam todos os meios de produção, tenderão inevitavelmente para a sua socialização mais ou menos próxima.

Mas socialização, à maneira da Rússia, em que o Estado substitua o patronato? Não, porque isso, como dissemos já, seria incompatível com o espírito de liberdade e, digamo-lo também, com a própria evolução. É que se, sob o ponto de vista económico, caminhamos para um máximo de socialização dos meios de produção, sob o ponto de vista político caminhamos para a dissolução do Estado, para o seu completo desaparecimento. Não seria lógico que fôsse a uma instituição decrépita, condenada a desaparecer, que se atribuisse uma função de máximo interesse social como é a da regularização da produção, da distribuição do consumo.

O Estado tem vindo, numa escala sempre descendente, desde o máximo de autoridade para a sua máxima redução. Juntar-lhe o poder económico seria robustecê-lo, torná-lo mais autoritário, fazê-lo retrogradar na linha da sua própria evolução.

Que fazer, porém, se a colectividade não tem hoje outra forma de organização que não seja o Estado? — perguntarão aqueles que supõem que a vida em sociedade é mantida pela engrenagem estadual, pela sua administração, os seus tribunais, as cadeias, a força pública. Mas não é então a sociedade, isto é o conjunto dos indivíduos que habitam uma região, qualquer coisa independente do Estado? Porque não atribuir a essa sociedade, existindo fora da ordem política, a apropriação dos meios de produção e consumo?

Porque, poderão objectar nos ainda, a sociedade fora da ordem política não tem uma estrutura jurídica especial, independente do Estado e absolutamente necessária enquanto o Estado subsistir. E é esta, confessemos-lo, a principal objecção a fazer à socialização à-parte do Estado e que ao Estado não deve ser subordinada.

A dificuldade não é, porém, insuperável e, tendo apenas um valor transitório, pois só tem razão de ser na fase da sobrevivência do Estado, fácil é vencê-la. Não tem a sociedade à-parte do Estado uma estrutura jurídica que a habilite, em face daquele, a uma vida autonoma? Tem isso bom remédio: é criá-la.

Vamos tentar fazer-nos compreender. Se, em virtude dum movimento revolucionário, ou pacificamente pela própria tendência das facções políticas dominantes, se pretender pôr em prática a socialização dos meios de produção, sem atribuir a gestão das indústrias ao próprio Estado, só há dois processos de o realizar: ou abolindo êste ou promovendo a organização livre das populações que entre si trocavam produtos e serviços, ou mantendo o Estado e fazendo essa socialização gradualmente, atribuindo a gestão das indústrias que se fôrem socializando à Nação, que poderia tomar a forma duma grande sociedade cooperativa de consumidores, na qual o Estado abdicaria tôda a função económica. As Nações, núcleos económicos autónomos da gestão do Estado, ligar-se-iam livremente, organizando a economia mundial.

A persistência do Estado (consequência da superstição política da maioria ou da insuficiência de força dos que pretendessem a sua abolição) não representaria um robustecimento de autoridade, desde que a organização económica com êle não estaria confundida, mas seria livre e à-parte. O Estado seguiria a sua trajectória, apagando-se pouco a pouco por uma constante democratização, até de todo se pulverizar.

Todos os que se assustam com o desaparecimento do Estado, mas não o querem manter senão com um aspecto democrático de tolerância e de respeito pela liberdade, não têm outro caminho senão êsse: o de criarem, à-parte do Estado, embora dentro dum regime legalista, uma instituição que o substitua na ordem económica, que seja a organização de todos os consumidores, empresa sem carácter capitalista, sem distribuição de dividendos e em que, acima de tudo e defendido pelos seus membros, domine o interesse geral.

CAMPOS LIMA.

VIDA DESPORTIVA

Da educação física e desportiva

SUA FUNÇÃO SOCIAL

Aos efeitos higiênicos, estéticos e morais que se produzem com a prática da educação física e desportiva importa juntar, como já disse, os efeitos correctivos, destinados a combater os defeitos e maus hábitos que se adquirem no exercício das profissões, quer estas sejam sedentárias ou activas. É, por isso, que tal educação tem uma função social muito importante, reconhecida por quási todos os povos civilizados e que os não iniciados nesta actividade constructiva supõem não passar de brincadeiras de rapazes.

Se é certo, porém, que alguns aspectos com que se tem apresentado em Portugal o problema da educação física não têm interessado uma boa parte da nossa população, como seria para desejar, isso se deve, única e exclusivamente, à falta de confiança daquela na probidade profissional de alguns indivíduos, que se alçaram mentores desta Causa. E, porque, êstes indivíduos, encostados a elementos arrivistas no meio desportivo, encontram eco para as suas arengas de elogio mútuo, vá de impingir ao público os seus elixires salvadores da raça. Os competentes professores de educação física, os trabalhadores incansáveis da propaganda desportiva, têm de curvar-se perante os discursos inflamados dos «curandeiros».

O verdadeiro professor de educação física tem uma obra social muito mais elevada a cumprir que a apregoada por aqueles «curandeiros» salvadores. Êstes procuram apenas criar o meio, não importa qual, onde possam exercer a sua actividade para satisfação, ou dos seus interêsses materiais ou das suas ambições pessoais. Aqueles têm, além do justo exercício da sua actividade profissional, o dever de instruir o povo e os seus governantes no aperfeiçoamento das condições da hygiene social, sobretudo no que respeita às classes trabalhadoras.

Os países que têm dedicado a sua melhor atenção à Causa da Educação Física seguiram o melhor caminho. Criaram, primeiramente, os seus organismos de estudo e de preparação inicial.

Em França, por exemplo, a questão da educação física começou tomando orientação definida em 1849, mas só por decreto de 7 de Novembro de 1908 se faz o primeiro esforço para a sua coordenação, criando o chamado método francês, sob uma doutrina que define nitidamente o seu fim: aperfeiçoamento do organismo humano. Para criar esse seu método foi buscar ao suéco a sua ginástica educativa, aos trabalhos de Amoros e aos, então mais recentes, de Hébert a sua ginástica utilitária, à escola alemã a sua ginástica de selecção, ao método inglês os seus jogos e os seus desportos.

Os cinquenta anos que a França empregou para encontrar o seu método, consumiu-os estudando o problema da higiene social, que se tornava também necessário resolver, em face da grande actividade industrial e agrícola por que o país estava passando — higiene nas oficinas para conservação da saúde dos seus operários, higiene nos centros rurais e, sobretudo, higiene nas escolas. Assim, pôde a França assistir à geração daquela época com medidas de higiene social, que lhe permitiram suportar a intensidade de trabalho, derivado da passagem dum estado económico a outro. Cuidando assim dos seus adolescentes pôde ainda, a seguir, instituir, em bases sólidas, a educação física obrigatória para a nova geração, com a certeza de obter os melhores resultados na colheita dos benefícios, depois de ter desbravado o terreno.

A Inglaterra e a Alemanha, onde já se encontram resolvidos de há muito os problemas da educação física, puderam encará-los mais rapidamente que qualquer outro país, devido à situação económica que disfrutaram nos melhores anos do seu poderio industrial.

Muitos dos que aqui clamam pela salvação da raça, ao solicitarem do Estado o seu patrocínio para coisas de que só eles conhecem o fim, falam dos «Sokols» da Chécoslováquia, a melhor organização educativa da juventude que existe na Europa, mas esquecem-se de dizer que as sociedades de ginástica, em grande número instituídas naquele novo país, puderam obter tamanha e incontestada importância por duas razões: a primeira, derivada da posição fortemente industrial herdada dos países centrais, que lhe permitiu um desfôgo económico imediato, com as condições de higiene social adstritas, a segunda, derivada da propaganda junto do seu povo no sentido de criar uma nova geração forte, para manter a grande Nação que nascia.

Em Portugal, os salvadores da raça — devo frisar que chamo «salvadores da raça» aos «curandeiros» e seus apaniguados, que formam equipas com fins pouco nítidos, não me referindo aos competentes professores de educação física — têm pôsto toda a sua esperteza, para conseguirem do Estado a satisfação, por qualquer modo, das suas ambições pessoais e materiais. Alguns desses indivíduos revelaram dessas suas «qualidades» através duma representação — para seu uso solicitada das federações desportivas — entregue ao Presidente do Ministério, a propósito da construção do Estádio Nacional. Nela manifestaram os autores a pobreza de argumentação no pouco

que falaram da educação física e desportiva. Estou mesmo em crer que o chefe do governo se riu do resto da prosa. Em qualquer caso faz pena ver a causa da educação física e desportiva agitada por tais indivíduos. Muitas palavras e nada de útil. Gustave Le Bon escreveu: «A abundância de palavras inúteis é um sintoma certo de inferioridade mental».

Agitar as questões é útil, quando as pessoas que tomem êsse caminho mostram claramente as suas intenções a favor da Causa a que se dizem devotados, mas, quando, o fazem para satisfazer ambições pessoais, não chegam a convencer ninguém e cometem um mau acto social.

É absolutamente necessário fazer tudo — com método, disciplina e competência — para melhorar as condições físicas da raça portuguesa, mas torna-se preciso conhecer qual a orientação a seguir, sabendo-se que nos encontramos desprovidos de quasi todos os meios de hygiene social, os mais rudimentares :

- Officinas de condições higiénicas de trabalho ;
- Medidas de protecção à mulher-operária grávida ;
- Crèches e lactários para crianças ;
- Parques infantis ;
- Defesa dos menores trabalhando nas oficinas ;
- Bairros higiénicos para pobres ;
- Balneários públicos, ginásios e terrenos para recreio.

Conseguido isto, o Estado ocupar-se-ia, a seguir, das leis de assistência social que se tornam necessárias.

Os tais salvadores a única bandeira que têm agitado tem sido a dos cursos de ginástica infantil. Quem controla isso ? Disse-me alguém que assistiu a um desses cursos que viu o instrutor de gabardine vestida e luvas calçadas regendo o curso e as crianças de nuca para o sol ! E eu pergunto ainda. Terão as crianças desses cursos, gente pobre, as condições higiénicas necessárias e complementares da ginástica ? Banhos, roupas limpas para vestir depois do exercício ginástico ? Infelizmente não têm, como não terão também a alimentação suficiente. E a ginástica nestas condições não basta para atender aos seus delicados órgãos.

Julgo da máxima importância ver a questão da educação física agitada por professores competentes e conhecidos pedagogos que queiram emprestar a esta Causa os seus vastos conhecimentos. O seu campo de acção será, certamente, muito largo. Portugal não é só Lisboa. Atendem no que se passa com as crianças nas escolas da aldeia. Algumas caminham diariamente quilómetros para as frequentar, de inverno de baixo de chuva, como alimentação uma triste côdea de broa. Muitas dessas escolas estão instaladas em casas de habitação, de pedra solta, e junto a estábulos, como sucede nas atrasadas províncias do Minho e Trás-os-Montes. No Porto as malfadadas «Ilhas» continuam perdurando. Em Lisboa os bairros insalubres — conhecidos por bairros da lata — continuam instalados à sua volta.

Quero crer que só às Câmaras Municipais do País lhes fôsse apresentado por pessoas capazes um vasto projecto de realizações de carácter social, a confiança em

tais estudos viria da parte do próprio governo central com o seu auxílio financeiro.

Os professores de educação física teriam, assim, o seu maior triunfo no revigoroamento da raça portuguesa e as gerações futuras bendiriam da sua obra. Os vendedores de elixires seriam reduzidos à sua insignificância depois de se lhes ter acabado o reinado do elogio mútuo.

Sejamos pelo revigoroamento da raça através as conquistas da Higiene Social.

PLÁCIDO DE SOUSA.



Casa Francesa

Depósito de Relojoaria e Ferramentas
para Relojeiros e Ourives

Mais de UM MILHÃO de relógios, distribuídos em Portugal e Colónias, são a garantia absoluta do êxito conquistado por tão reputada marca

Exigir sempre **C Y M A**

À venda em todas as boas
relojoarias e ourivesarias

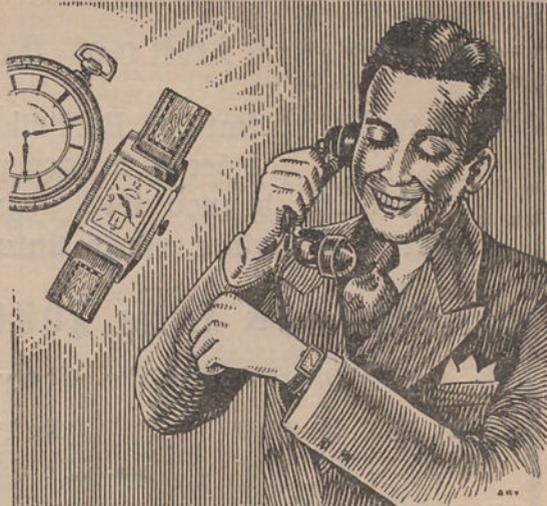
Manoel Teixeira da Rocha & C.^a
LIMITADA

—: Rua Sampaio Bruno, 33 —:

Telefone 4493

PORTO — PORTUGAL

CYMA



Relógio sem igual

G. VINHAS, L.^{DA}

Escritório e sede: R. dos
Correiros, 29, 2.^o — Telegrama TE-
LHEPA, Telefone 2 0600.

Armazém: R. do Açúcar, 105
— Telefone P. B. 32.

Vinhos para exportação das me-
lhores procedências

CARDIAL FINE—Finíssima aguardente
velha, rivalizando com os melhores conhaques
estrangeiros

Casa dos Espartilhos
e Cintas

Santos Mattos & C.^a

123 — Rua do Ouro — 125

LISBOA

Empresa da Fiação e Tecidos de Bemfica

S. A. R. L.

Fábricas de fiação — Tecidos e malhas de algodão

Av. Barjona de Freitas — LISBOA

TELEFONE } Bemfica } 320
 } P. B. X. } 321

BORGES

MARCA REGISTADA

é a grande marca dos melhores

Vinhos do Porto

e dos melhores **Vinhos de Mesa**

Clarete Lello, tinto — Borgello, grande vinho adamado

Pérola, branco para peixe

Ermida, branco leve — Juncal, verde branco

Gatão, o melhor verde tinto, tipo regional gazoso

Sociedade dos Vinhos BORGES & IRMÃO, L.^{DA}

Vila Nova de Gaya — PORTO

Telef. P. B. X. 2418

End. Telegr. BORGELLO-PORTO

FILIAL EM LISBOA:

Praça do Município, 1 a 3

Telefone 3582 Central

BORGES & IRMÃO

(Banqueiros) — PORTO

FILIAES :

Lisbôa, Braga, Ovar, Matosinhos e Rio de Janeiro

Descontos, cobrança de letras, depositos à ordem e a prazo, abertura de creditos; compra e venda de cambiaes e saques sobre todos os paizes; compra e venda de todas as moedas nacionaes e estrangeiras, e quaesquer papeis de credito

SECÇÃO DE TABACOS E LOTARIAS

Sociedade de Vinhos Borges & Irmão L.^{da}

ARMAZENS : GAIA — PORTO



EUROPÊA COMPANHIA DE SEGUROS

FUNDADA EM 1922

Seguros de incêndio, Seguros marítimos, Seguros de cauções, Seguros de automóveis, Seguros de acidentes individuais, Seguros de acidentes de trabalho, Seguros de roubos e de tumultos, Seguros de responsabilidade civil, Seguros de mercadorias e bagagens em serviço combinado com os Caminhos de Ferro

Séde em Lisboa — R. Nova do Almada, 64, 1.º — Tel. 2 0911

Representada no Porto pelo :

Banco Comercial do Porto — Praça da Liberdade, 33

COMPANHIA DE SEGUROS

« TAGUS »

SOCIEDADE ANÓNIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

FUNDADA EM 1877

CAPITAL SOCIAL ESC. 1:200 000\$00 - CAPITAL EMITIDO E PAGO ESC. 500 000\$00
FUNDOS DE RESERVA ESC. 3:700.000\$00

SEDE NO SEU PRÉDIO
48 Rua do Comércio-56-LISBOA

Telefone 2.2183

End. teleg. SEGUTAGUS — LISBOA

Efectua : SEGUROS TERRESTRES, MARÍ-
TIMOS, AGRÍCOLAS, VIDA (em
diversas modalidades), POSTAIS, GRÉVES,
E TUMULTOS, etc.

Aos melhores prémios

Seguros em libras esterlinas e nou-
tras moédas

Agentes e correspondentes nas
principais terras do Continente,
MADEIRA, AÇORES E ULTRAMAR

MANNHEIMER V. G.

Antes de fazer os seus seguros
peça as nossas condições

▼
A economia obtida
compensar-lhe-á
o tempo que despendeu
com a sua consulta

▼
Largo Barão de Quintela, 11, 2.
Telefones 2 3533 e 2 4464

LISBOA

RIBEIRO & LOPES, L.^{DA}

CAMBISTAS

Telefone: 2.3818

Telegramas: APINO

Moédas e Notas Estrangeiras — Papéis de Crédito
Coupons Nacionais e Estrangeiros

103, Rua Áurea, 105 — LISBÓA

Porto Covo & C.^a
BANQUEIROS

**Correspondentes nas principais
praças do País e do Estrangeiro**

Efectuam-se tôdas as operações bancárias

Rua do Ouro, 175 a 191 — LISBOA

TELEFONES 2 4161-2 4162

FIBRO-CIMENTO NACIONAL

— LUSALITE —

Tubos de 50 a 400^{mm} de diâmetro interior
resistência até 25 quilos por cm²

Chapas onduladas para telhados

Chapas lisas para divisórias, tectos, etc.

Agentes gerais

Corporação Portuguesa Mercantil, Limitada

— RUA DO ALECRIM, 10 — TELEF. 2 3948 e 2 8941 —

L I S B O A

ADMIRE

ESTES

DENTES!



São tratados com a

PASTA BENAMÔR



CUSTA APENAS 3\$00

A que tem maior percentagem de elementos activos. Basta uma pequena porção para a perfeita limpeza e conservação dos dentes.

A mais poderosa-mente antiséptica. A mais económica.

PHILIPS



MARCA O PONTO MAIS ALTO DA PERFEIÇÃO EM RADIOFONIA

O possuidor de um receptor Philips tem sempre a certeza de que dispõe de um aparelho com o qual pode contar em tudo e por tudo e que lhe dará sempre audições puras e intensas. Um receptor Philips é, por si só, uma garantia.

Com um Para-Raios Philips preservará a sua instalação de todas as descargas electricas da atmosfera.

Peça uma demonstração sem compromisso nem encargos ás casas da especialidade ou a



PHILIPS

RADIO